



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

IVONE CRISTINA DE SÁ CAVALCANTE

**MOVIMENTO PIQUETEIRO:**  
REFLUXO DA RADICALIDADE OU REINVENÇÃO DA  
ORGANIZAÇÃO?  
A EXPERIÊNCIA DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN

IVONE CRISTINA DE SÁ CAVALCANTE

**MOVIMENTO PIQUETEIRO:**  
REFLUXO DA RADICALIDADE OU REINVENÇÃO DA  
ORGANIZAÇÃO?  
A EXPERIÊNCIA DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

Londrina  
2012

IVONE CRISTINA DE SÁ CAVALCANTE

**MOVIMENTO PIQUETEIRO:  
REFLUXO DA RADICALIDADE OU REINVENÇÃO DA  
ORGANIZAÇÃO?  
A EXPERIÊNCIA DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
UEL – Londrina - PR

---

Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas  
UFCG – Campina Grande - PB

---

Prof. Dr. Pedro Roberto Ferreira  
UEL – Londrina - PR

Londrina, 29 de março de 2012.

## Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C376m Cavalcante, Ivone Cristina de Sá.  
Movimento piqueteiro: refluxo da radicalidade ou reinvenção da organização? A experiência da frente popular Darío Santillán / Ivone Cristina de Sá Cavalcante – Londrina, 2012.  
125 f.: il.

Orientador: Eliel Ribeiro Machado.  
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2012.

1. Movimentos sociais (Argentina) – Teses. 2. Conflito social – Teses. 3. Trabalhadores – Teses. 4. Poder (Ciências sociais) – Teses. 5. Conflito social. – Teses. 6. Frente Popular Darío Santillán – Teses. I. Machado, Eliel Ribeiro. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU 316.48

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais, que saindo do sertão de Pernambuco para ganhar a vida na “cidade grande”, foram da roça para a fábrica, não sobrando tempo para os estudos tão desejados. Suportaram as mazelas impostas pelo capital para ver a filha com o diploma na mão.*

*Aos piqueteiros, aos movimentos sociais, aos trabalhadores das fábricas recuperadas, aos presos políticos, à classe trabalhadora.*

*A Darío, Maxi, Teresa e a todos aqueles que deram a vida lutando por uma sociedade sem classes.*

## AGRADECIMENTOS

Boa parte de minha trajetória acadêmica está vinculada ao estudo do movimento de trabalhadores desempregados da Argentina. Desde o final da graduação em Ciências Sociais busco acompanhar o movimento, na tentativa de compreender como a classe trabalhadora organizada está enfrentando a cada vez mais desigual sociedade capitalista. Mesmo com diversas lacunas, houve um amadurecimento em minha formação intelectual e pessoal. As lacunas são de minha inteira responsabilidade, mas o amadurecimento só foi possível pela contribuição direta e indireta de diversas pessoas.

Ao meu orientador e amigo Eliel Machado, que me apresentou a experiência do movimento piqueteiro. Sempre com paciência, aclara minhas confusões intelectuais, profissionais e pessoais, compartilha os momentos de angústia e vibra por cada pequena conquista.

Aos amigos e pesquisadores do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina), que se dedicam a compreender as formas de organização da classe trabalhadora, na expectativa da construção de uma sociedade sem exploradores e explorados. Participar do grupo me proporciona um espaço de crescimento intelectual, onde posso compartilhar minhas inquietações.

Ao professor Pedro Roberto Ferreira, com sua precisão teórica e dedicação profissional, sempre oferece indicações precisas e estimula meu processo de criação com ainda mais inquietudes, como fez não só na qualificação e defesa desse trabalho, mas em toda minha trajetória acadêmica.

À Gonzalo Rojas, que com muita atenção observa meu trabalho desde o primeiro mapeamento do movimento até a defesa dessa dissertação, apontando lacunas e apresentando questões de extrema importância para a compreensão da história da classe trabalhadora argentina.

Ao PIMSA (*Programa de Investigación Sobre el Movimiento de la Sociedad Argentina*), que me receberam de braços abertos em Buenos Aires e disponibilizaram seu rico acervo para meus primeiros passos nessa pesquisa. Em especial, agradeço a Nicolás Carrera, por acompanhar como um tutor meu trabalho de campo.

Aos piqueteiros de diversas organizações, que me receberam e compartilharam suas experiências, mas em especial aos da FPDS, que permitiram

meu olhar “intruso” em suas reuniões, oficinas e assembleias. Aos queridos companheiros de Neuquén: Mauri, Sol, Ceci, Javi. Às queridas Celina e Maru em Buenos Aires e a Miguel Mazzeo, que articulou toda a hospedagem solidária e permitiu que eu conhecesse essas pessoas maravilhosas.

Aos meus pais, Dona Ivanilde e Sr. José Antônio, que sempre apoiaram minhas escolhas e continuam torcendo para que eu consiga alcançar todos os meus objetivos, mesmo sem entender exatamente quais são.

À Suzana, minha irmã, meu porto seguro e minha referência de força feminina. Sempre consegue acalmar minhas ansiedades e me transmitir força para continuar. Sem seu apoio incondicional, eu não seria a pessoa que sou.

À Juliana Caetano, pelas madrugadas de discussões, inquietações e risadas, por todos esses anos de amizade e por ter sido meu porto seguro em Londrina.

Ao Lucas e à Paulinha, que sempre contribuíram com sorrisos e conversas agradáveis nos momentos em que mais precisava, me contagiando com a serenidade que emanam.

À família Elid, por demonstrarem que a resistência contra as classes dominantes atingem as gerações futuras na dor, mas também na esperança de se fazer a diferença. Obrigada por reforçarem meu compromisso com os oprimidos.

Um agradecimento especial à Tarik Elid, grande amigo de companheirismo incondicional, que perdeu horas de sono para contribuir na melhora textual dessa dissertação.

Sem todas essas contribuições intelectuais, financeiras, culturais e espirituais, eu não teria concluído mais essa etapa de formação intelectual e pessoal. Os meus mais sinceros agradecimentos a todos.

*Uma ideia torna-se uma força material  
quando ganha as massas organizadas.*

*Karl Marx*



CAVALCANTE, Ivone Cristina de Sá. **Movimento piqueteiro: refluxo da radicalidade ou reinvenção da organização?: A experiência da Frente Popular Darío Santillán.** 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## RESUMO

Discute a organização dos trabalhadores desempregados da Argentina, o chamado Movimento Piqueteiro, e as mudanças ocorridas no interior desse movimento após os anos 2000, a partir da experiência e das formulações da Frente Popular Darío Santillán (FPDS), entendendo essa organização como uma tentativa de rearticulação dos trabalhadores em um contexto de refluxo do movimento. Analisa sua composição social, forma de organização e concepções políticas e ideológicas. Contextualiza esta experiência na constituição econômica, social e política da Argentina.

**Palavras-chave:** Movimento piqueteiro. Organização. Desempregados. Poder popular.

CAVALCANTE, Ivone Cristina de Sá. **Piquetero movement: reflux or radical reinvention of the organization?:** The experience of the Popular Front Darío Santillán. 2012. 125 f. Dissertation (Master's degree in Social Sciences) – State University of Londrina, Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

Discuss the organization of unemployed workers in Argentina, called the *Piquetero* Movement, and changes that occurred after the year 2000 from the experience and the formulations of the Popular Front Darío Santillán (FPDS), understanding the organization as one of the attempts at rearticulation of workers in a context of the movement reflux. Analyze its social composition, form of political organization and ideological conceptions. Contextualize this experience in the settings of economic, social and political development of Argentina.

**Keywords:** Piquetero movement. Organization. Unemployed. People power.

CAVALCANTE, Ivone Cristina de Sá. **Movimiento Piquetero: reflujo del radicalismo o reinención de la organización?: La experiencia de la Frente Popular Darío Santillán.** 2012. 125 f. Disertación (Maestría in Ciencias Sociales) – Universidad Estatal de Londrina, Londrina, 2012.

## **RESUMEN**

Discute la organización de trabajadores desocupados en Argentina, el llamado Movimiento Piquetero, y los cambios en el interior de ese movimiento después de los años 2000, a partir de la experiencia y las formulaciones de la Frente Popular Darío Santillán (FPDS), entendiendo la organización como un intento de rearticulación de los trabajadores en un contexto de reflujo del movimiento. Analiza su composición social, la forma de organización y concepciones políticas e ideológicas. Contextualiza esta experiencia en la constitución económica, social y política de la Argentina.

**Palabras claves:** Movimiento Piquetero. Organización. Desocupados. Poder Popular.

## LISTA DE GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS

### GRÁFICOS

**Gráfico 1** – Os grupos sociais fundamentais na Argentina (1960-2001) .....72

### TABELAS

**Tabela 1** – Argentina. Os grupos sociais fundamentais (1960-2001).....72

**Tabela 2** – Número de trabalhadores sindicalizados Argentina (1936-1941) .....96

**Tabela 3** – Número de sindicatos filiados às centrais sindicais.....96

**Tabela 4** – Número de sindicalizados em cada central sindical .....96

### QUADROS

**Quadro 1** – Organizações Piqueteiras Kirchneristas (até 2007) .....62

**Quadro 2** – Organizações Piqueteiras “Brandas” (até 2007) .....63

**Quadro 3** – Organizações Piqueteiras “Duras” (até 2007).....64

**Quadro 4** – Organizações que compõem a FPDS, por região de atuação .....85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOP –	<i>Bloque Obrero y Popular CUBA - Coordinadora de Unidad Barrial</i>
CCC –	<i>Corriente Clasista y Combativa</i>
CGT –	<i>Confederação Geral do Trabalho</i>
COBA –	<i>Coordinadora de Organizaciones Barriales Autónomas</i>
COC –	<i>Composição orgânica do capital</i>
CONADEP –	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>
COPA –	<i>Coordinadora de Organizaciones Populares Autónomas</i>
CTA –	<i>Central de Trabajadores Argentinos</i>
CTD –	<i>Coordinadoras de Trabajadores Desocupados</i>
CTD-AV –	<i>Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón</i>
FAP –	<i>Forças Armadas Peronistas</i>
FAP-PB –	<i>Forças Armadas Peronistas – Peronismo de Base</i>
FOA –	<i>Federação Operária Argentina</i>
FOL –	<i>Frente de Organizaciones en Lucha</i>
FORA –	<i>Federação Operária Regional Argentina</i>
FORA V –	<i>Federação Operária Regional Argentina V</i>
FORA IX –	<i>Federação Operária Regional Argentina IX</i>
FOU –	<i>Frente de Desocupados Unidos</i>
FPDS –	<i>Frente Popular Darío Santillán</i>
FREPASO –	<i>Frente Por Un País Solidário</i>
FRUTRADEYO –	<i>Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados</i>
FTC –	<i>Federación de Trabajadores Combativos</i>
FTV –	<i>Federación Tierra, Vivienda y Hábitat</i>
INDEC –	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
MAS –	<i>Movimiento al Socialismo</i>
MIA –	<i>Movimiento Independente de Agronomia</i>
MIJD –	<i>Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados</i>
MST (Brasil) –	<i>Movimento de Trabalhadores Sem Terra</i>
MST (Piqueteiros)	<i>Movimiento Sin Trabajo</i>
MST –	<i>Movimiento Socialista de los Trabajadores</i>
MTC –	<i>Movimento de Trabalhadores Comunitários</i>

MTD –	<i>Movimiento de Trabajadores Desocupados</i>
MTL –	<i>Movimiento Territorial de Liberación</i>
MTR –	<i>Movimiento Teresa Rodríguez</i>
MUP –	<i>Movimiento de Unidad Popular</i>
PAN –	Partido Autonomista Nacional
PCA –	Partido Comunista da Argentina
PCR –	Partido Comunista Revolucionário
PDN –	Partido Democrata Nacional
PDP –	Partido Democrata Progressista
PJ –	Partido Justicialista
PO –	<i>Partido Obrero</i>
PO (Piqueteiro) –	<i>Polo Obrero</i>
PS –	Partido Socialista
PSI –	Partido Socialista Internacional
PTS –	<i>Partido de los Trabajadores por el Socialismo</i>
SIDE –	Secretaria de Inteligência
UCRP –	União Cívica Radical do Povo
UCR –	União Cívica Radical
UGT –	União Geral dos Trabalhadores
USA –	União Sindical Argentina
UTD –	<i>Unión de Trabajadores Desocupados</i>
UTDOCH –	<i>Unión de Trabajadores Desocupados, Ocupados y Changanines</i>
UTP –	<i>Unión de Trabajadores Piqueteros</i>
YPF –	<i>Yacimientos Petrolíferos Fiscales</i>

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	15
<b>1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL ARGENTINA</b> .....	19
1.1 O MODELO AGROEXPORTADOR (1880-1930) E A FORMAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS NA ARGENTINA.....	19
1.2 O MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1930-1976).....	25
1.3 ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO MODELO NEOLIBERAL (1976-2008) .....	35
1.3.1 Aprofundamento das Políticas Neoliberais e o Governo de Carlos Menem (1989-1999).....	39
1.3.2 A Crise do Modelo Neoliberal .....	42
<b>2 PIQUETEIROS: O MOVIMENTO DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS DA ARGENTINA</b> .....	46
2.1 CORTES DE RUTA E PUEBLADAS: ANTECEDENTES DO MOVIMENTO PIQUETEIRO ARGENTINO .....	47
2.2 OS PIQUETEIROS COMO SUJEITOS POLÍTICOS .....	51
2.3 ASCENSÃO E REFLUXO: DAS ASSEMBLEIAS NACIONAIS À COOPTAÇÃO ESTATAL .....	52
2.4 A SAÍDA ASSISTENCIALISTA PARA O DESEMPREGO: OS PLANOS SOCIAIS .....	56
2.5 PANORAMA DAS ORGANIZAÇÕES PIQUETEIRAS .....	59
2.5.1 Formas de Organização e Estratégias de Luta.....	59
2.5.2 Objetivos, Alianças Políticas e Concepções de Transformação Social.....	60
<b>3 REINVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN</b> .....	68
3.1 ESTRUTURA SOCIAL ARGENTINA E A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO PIQUETEIRO .....	71

3.2	A FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN .....	79
3.2.1	De La Verón à “ <i>Lucha y Organización</i> ” .....	79
3.2.2	O Massacre de Avellaneda .....	81
3.2.3	De Organização Territorial à Multisetorial.....	83
3.2.4	Autonomia e Autogestão Frente à Dependência Estatal .....	92
3.2.5	Antecedentes Históricos e Síntese das Ideologias .....	94
3.2.5.1	A <i>pueblada</i> de 17 de outubro de 1945 e a resistência peronista (1955-1969) .....	94
3.2.5.2	As rebeliões inauguradas pelo <i>Cordobazo</i> (1969-1973) e as coordenadoras fabris de base (1974-1975) .....	98
3.2.5.3	Síntese das ideologias .....	99
3.2.5.3.1	A questão do poder popular .....	101
3.2.5.3.2	A questão do partido, da vanguarda e da transição .....	106
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121



## APRESENTAÇÃO

A preocupação central deste trabalho é compreender as mudanças ocorridas no chamado movimento piqueteiro<sup>1</sup> argentino após os anos 2000: se em um primeiro momento, em meados dos anos 1990, ele era constituído basicamente por trabalhadores desempregados em função das privatizações das empresas estatais<sup>2</sup>, nos anos seguintes, com o reaquecimento da economia e a diminuição do desemprego, foram “incorporados” os trabalhadores empregados. Ou seja, o movimento deixou de ser constituído quase exclusivamente por trabalhadores desempregados. Além disso, o movimento em seu conjunto passou por um realinhamento político iniciado no governo de Eduardo Duhalde (2002-2003) e que toma corpo a partir da eleição de Néstor Kirchner (2003-2007).

A hipótese que norteia nossa investigação é a de que, com a mudança de conjuntura política e econômica, outros sujeitos sociais se inserem no movimento, o que provoca a incorporação de novas reivindicações até então impensáveis. O movimento se vê obrigado a mudar as suas formas de organização e as estratégias de luta. Se nos anos 1990 até princípios dos 2000, a principal arma de luta eram os *cortes de ruta* (bloqueio de estradas e vias de acesso), mais recentemente uma parte relevante do movimento passou a atuar em organizações políticas programáticas com objetivos de mais longo prazo, como é o caso da Frente Popular Darío Santillán (FPDS). O neoliberalismo continuou a ser combatido também em termos da construção de outra sociedade.

A escolha dessa organização como objeto de investigação se deu em função do seu surgimento no exato momento de realinhamento político do movimento piqueteiro, quando ainda se organizavam em torno dos *Movimientos de Trabajadores Desempregados* (MTD's). A FPDS se constituiu então, em uma organização multisetorial e policlassista de base popular. Critica as formas tradicionais de organização do proletariado, como os partidos e sindicatos, embora não deixe de se constituir em partido político no sentido amplo do termo. Organiza-se internamente pela distribuição de tarefas em “setores”: assalariados,

---

<sup>1</sup> O termo “piquete” refere-se ao impedimento, pelos grevistas, dos “fura-greves” entrarem nas fábricas durante as paralisações. Na Argentina, o método foi além ao ser utilizado pelos trabalhadores desempregados (piqueteiros) que, por estarem fora das fábricas, não podem parar o processo de produção das mercadorias, mas, mesmo assim, paralisam temporariamente a sua circulação com os bloqueios de rodovias e vias públicas.

<sup>2</sup> Inúmeras empresas de diversos setores como o setor petrolífero, de transporte aéreo e terrestre (trem e metrô), canais de televisão e rádio, telefonia, correio, água, gás e energia elétrica.

desempregados, estudantes, gênero e rural, como forma de envolver a pluralidade de sua base social. Nesse sentido, interessa-nos discutir as formas de organização e estratégias de luta, os seus antecedentes históricos e o projeto político que os “movimenta” em direção à construção de uma sociedade socialista.

Para darmos conta dessas discussões, dividimos esta dissertação em três capítulos: no primeiro, *Algumas Considerações sobre a Formação Econômico-Social Argentina*, arriscamos uma síntese dos modelos de acumulação responsáveis pela constituição econômica e social desse país, assim como o processo pelo qual a classe trabalhadora se forma. Partimos da premissa de que para a compreensão mais completa do modelo neoliberal, sob o qual surgiram as organizações piqueteiras, é necessário entendermos as bases econômicas que alicerçaram o atual modelo de acumulação. Da mesma maneira, entendemos que as classes trabalhadoras se (des)constituem na própria luta de classes, o que torna fundamental o levantamento histórico de suas ações, até para evitarmos a conclusão fácil de que o movimento piqueteiro é um “novíssimo” movimento social. Ou seja, ele é o resultado da história de luta das classes trabalhadoras de seu país.

O primeiro capítulo, portanto, foi subdividido pelos modelos de acumulação da formação econômico-social argentina: o modelo agroexportador (1880-1930), responsável pela constituição da classe trabalhadora cujas principais influências ideológicas advêm do anarquismo, do sindicalismo revolucionário e do socialismo, correntes trazidas pelos imigrantes, principalmente europeus. Já o modelo de industrialização por substituição de importações (1930-1976) coloca o proletariado industrial como ator central das lutas sociais. O pacto entre capital e trabalho ocorre sob este modelo, dando origem ao chamado Estado “nacional-popular”, cujo dirigente mais proeminente foi Juan Domingo Perón. Este período também foi marcado por uma das mais violentas ditaduras militares da América Latina (1976-1983), que deixou um saldo de 30 mil desaparecidos reivindicados por organizações de direitos humanos, como as *Madres de Plaza de Mayo*. A forte intervenção da ditadura militar abriu as portas para o processo de desindustrialização do país e o levou à adoção do modelo neoliberal que se prolonga até os dias atuais.

Encerramos este capítulo com uma análise do neoliberalismo argentino, suas origens, seu processo de consolidação e o início de sua crise econômica e política. Este processo proporcionou o surgimento do movimento

piqueteiro em meados dos anos 1990 e uma intensa e generalizada manifestação popular, o *Argentinazo*, em dezembro de 2001. Mesmo em crise, o modelo neoliberal de acumulação permanece vigente, não com a mesma legitimidade dos seus anos iniciais, o que demonstra que as classes dominantes ainda não esgotaram todas as suas formas de dominação.

No segundo capítulo, *Piqueteiros: o movimento de trabalhadores desempregados da Argentina*, discutimos a experiência política do movimento. Partimos de um levantamento histórico dos primeiros levantes populares contra as políticas neoliberais, causadoras de altos índices de desemprego, passamos pelo período de sua consolidação e pela tentativa de construção de um projeto político unitário, como ocorreu nas Assembleias Nacionais Piqueteiras (2001) até o seu realinhamento político, iniciado no governo de Eduardo Duhalde (2002-2003) e materializado no governo de Néstor Kirchner (2003-2007). Nesse último processo, o movimento sofre grandes diluições e readaptações, ocorre uma nova correlação de forças políticas e ideológicas e o método de luta inicial - o piquete - é praticamente “abandonado”. Quase ao mesmo tempo, observa-se uma reconfiguração da composição social do movimento, como já dito, que passa a não ser somente de desempregados, aglutinando setores como os trabalhadores assalariados.

Ainda neste capítulo, debruçamo-nos, de modo geral, sobre as formas de organização do movimento piqueteiro argentino, suas estratégias de luta, seus objetivos, suas alianças políticas e suas concepções de transformação social, bem como os tipos de relação que estabelecem com o Estado, sobretudo em relação aos planos assistencialistas. Esse panorama demonstra, entre outras questões, a heterogeneidade do movimento piqueteiro.

O contexto de realinhamento político das organizações piqueteiras é o mesmo que dá origem à FPDS, objeto do terceiro capítulo: *Reinvenção da Organização: a experiência da Frente Popular Darío Santillán*. Como fruto do movimento piqueteiro, estabelecemos a relação entre a estrutura social daquele país e a sua composição social. Recuamos até o início dos anos 2000 para estabelecer os possíveis vínculos históricos com os MTD's que são as primeiras organizações de desempregados, onde surge a necessidade de formação de uma Frente de luta.

É importante citar que fatos marcantes ocorridos com os MTD's contribuíram para sua fragmentação, e posteriormente, conformação da FPDS, como o Massacre de Avellaneda (2002), repressão violenta do Estado que resultou

no assassinato de dois militantes piqueteiros: Darío Santillán e Maximiliano Kosteki. O nome da Frente é uma homenagem ao primeiro.

Da FPDS, analisamos as suas formas de organização, os princípios e conceitos que norteiam as suas ações, a relação que estabelecem com o Estado e seus antecedentes históricos. Discutimos, ainda, o seu entendimento de construção do “poder popular”, principal bandeira de luta do movimento.

Por fim, analisamos as suas principais críticas às formas tradicionais de organização do proletariado (partidos e sindicatos), como concebem a transformação social e a questão da transição ao socialismo. Nesse ponto, questionamo-nos se as propostas de organização da FPDS, em um contexto de refluxo do movimento operário, sinalizam ou não para a superação das formas tradicionais de organização criticadas por ela.

## **1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL ARGENTINA**

Nesse capítulo, reconstituímos, brevemente, os processos de acumulação econômica na Argentina, ou seja, as formas pelas quais o capitalismo se desenvolve em um país de economia dependente e que desembocam no chamado modelo neoliberal, modelo este que gera os principais fatores para o surgimento do movimento piqueteiro. Com isso, queremos compreender o processo de constituição da classe trabalhadora argentina, uma vez que partimos da premissa de que ela se reorganiza e se reinventa a partir de seu próprio processo histórico. Entender a sua formação é primordial para analisarmos as atuais formas de organização das classes trabalhadoras desse país.

Divide-se em três períodos que contemplam as mudanças fundamentais no processo de acumulação capitalista: o modelo agroexportador (1880-1930), o modelo de industrialização por substituição de importações (1930-1976) e o modelo neoliberal.

### **1.1 O MODELO AGROEXPORTADOR (1880-1930) E A FORMAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS NA ARGENTINA**

A história da Argentina traz marcos de entusiasmo econômico e estabilidade laboral que muito destoam do atual cenário. No final do século XVIII, a Argentina já experimentava o gosto da integração à economia mundial. O país passou por um longo ciclo de crescimento e, na segunda metade do século XIX, já se encontrava entre os países mais ricos do mundo. A Argentina, assim, insere-se no capitalismo mundial como um país exportador de matérias-primas sob um modelo de acumulação pautado na exportação de produtos agropecuários e no baixo preço de alimentos e insumos de origem agropecuária. “Em meados dos anos vinte, a Argentina era responsável por 72% das exportações mundiais de linho, 66% de milho, 32% de aveia, 20% de trigo e mais de 50% de carne”. (BEIRED, 1996, p. 44).

Segundo Rojas (2006), na Argentina não houve feudalismo, mas economias pré-capitalistas que se vinculavam a um capitalismo em ascensão através das mediações impostas pelos países colonizadores. Ao contrário do processo europeu em geral, na Argentina o capitalismo não age contra o latifúndio, e

sim, opera em seu interior, tendo como fração de classe hegemônica os grandes latifundiários em aliança com o capital estrangeiro.

O partido que representava os interesses políticos dessa fração era o PAN (Partido Autonomista Nacional). Objetivava a fundação de um Estado liberal nos moldes dos estados absolutistas europeus dos séculos XVI e XVII. Apesar de se manter no poder por 36 anos, seu modelo econômico foi hegemônico por 50 anos, como veremos mais à frente.

Embora a indústria não fosse o setor mais dinâmico da economia argentina nesse período, o crescimento do setor agroexportador impulsionou a ampliação dos setores secundário e terciário. A classe média crescente impunha novas necessidades de consumo, o que faz com que surjam novas atividades profissionais. Nessa ampliação do mercado de trabalho, a imigração entra fortemente no país, principalmente de italianos, espanhóis, eslavos, árabes e judeus. Em 1914 havia em Buenos Aires cerca de 500 mil operários, sendo três quartos deles imigrantes. (BEIRED, 1996). Iniciava-se a formação da classe operária argentina, majoritariamente imigrante, que traz consigo para a luta de classes três correntes do movimento operário europeu: anarquista, sindicalista-revolucionária<sup>3</sup> e socialista. Isso resultou no movimento operário mais mobilizado e organizado da América Latina.

Unindo socialistas e anarquistas, em 1901 foi fundada a FOA (Federação Operária Argentina), que por divergências ideológicas, não durou muito tempo. Dois anos depois os socialistas fundaram a UGT (União Geral dos Trabalhadores), e em 1904 os anarquistas constituíram a FORA (Federação Operária Regional Argentina).

Com o fortalecimento do movimento sindical, as greves e manifestações operárias passaram a ser cada vez mais intensas e frequentes. Até 1915 o movimento anarquista tem maior influência no movimento operário. Este tinha como estratégia política a organização de sindicatos e acreditava que era a partir dessa forma de organização que se chegaria à transformação social, negando assim, qualquer participação política nos partidos. Negava também a estratégia de tomada do poder pelo proletariado e defendia a greve geral como mecanismo para

---

<sup>3</sup> Essa corrente resulta da cisão do sindicalismo socialista (1905) que combinava elementos do anarquismo e do socialismo. Defendia a derrubada do capitalismo por meio da greve geral. Seus ideais eram influenciados pelo francês Georges Sorel.

acabar com o Estado burguês, que resultaria em uma sociedade de produtores independentes e associados livremente.

A estratégia de organização dos sindicatos de diferentes categorias, associada a uma ideologia política tão estreita, acabou rendendo ao anarquismo algumas divisões internas. As correntes de Pietro Gori e Antonio Pellicer Peraire expressavam concepções mais “flexíveis” do anarquismo, admitindo alianças com os socialistas. Gori defendia a unicidade sindical, mesmo sendo preciso abrir mão de alguns princípios do anarquismo. Pellicer criticava os “doutrinários” e os “antiorganizadores” pelo perigo que corriam ao isolamento. (CARVALHO, 2008).

O resultado de posicionamentos diferentes no interior de uma mesma fração ideológica foi o esfacelamento. Em 1915, no IX Congresso da FORA, decidiu-se pelo abandono do anarquismo, com isso, diversos sindicatos optaram pela desfiliação e criaram a FORA V, “revolucionária”. Os remanescentes fundaram a FORA IX, “reformista”. Em 1922, esta se auto dissolve para fazer parte da USA (União Sindical Argentina) que, em 1930, será uma das fundadoras da CGT (Confederação Geral do Trabalho). A FORA V<sup>4</sup> foi perdendo força e representatividade e em 1930 praticamente já não existia. Com o esfacelamento e enfraquecimento contínuo do movimento anarquista, é o sindicalismo-revolucionário que passa a tomar corpo:

Entre 1911 e 1916, 525 greves foram registradas na cidade de Buenos Aires, com a participação de 111.217 operários. Mas foi um período de declínio da influência dos anarquistas. Foram suplantados pelos sindicalistas-revolucionários, que hegemonizaram o movimento operário entre 1916 e 1921. Nesse período, foram registradas 993 greves com 851.837 operários, na capital Argentina. Nos anos seguintes houve um decréscimo da mobilização operária, que só veio a recuperar-se em meados dos anos de 1930. (BEIRED, 1996, p. 45).

Para conter o avanço do movimento sindical, em 1902 foi criada a Lei de Residência, que decretava a expulsão de imigrantes nos casos de delitos de direito comum ou risco à segurança nacional e à ordem política, ao mesmo tempo em que proibia a entrada de imigrantes com históricos políticos e criminais. Essa lei só foi revogada em 1958.

---

<sup>4</sup> A FORA V fazia referência ao V congresso, quando foi aprovado o anarquismo como linha política da organização.

Em 1912, pelas pressões das classes média e operária que exigiam participação política, os conservadores representados pelo PAN se viram obrigados a fazer uma reforma política e instituíram o sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório para maiores de 18 anos, por meio da Lei Sáenz Peña. Essa reforma acabou com a hegemonia política do PAN, sendo substituído pela UCR (União Cívica Radical) em 1916, com a eleição de Hipólito Yrigoyen.

A UCR, que surge em 1891, é um partido liberal democrático composto por diversas frações das classes médias, como universitários, profissionais, comerciantes, filhos de imigrantes e pequenos burgueses. Com um discurso que separava a política da economia, propunha algumas reformas democráticas, mas sem questionar o modelo agroexportador. Na prática, a UCR defendia os interesses da grande burguesia e mantinha uma política anti-operária. (ROJAS, 2006).

No governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922), a classe operária argentina vislumbrou uma nova relação com o Estado, embora as reformas estivessem longe de representar mudanças que colocassem em xeque um modelo econômico que, respeitando as regras do capitalismo, pautava-se na desigualdade social. Com a intenção de conquistar o proletariado, Yrigoyen implantou leis trabalhistas e reduziu a jornada de trabalho. Houve também uma expansão da sindicalização. A FORA IX aumentou em 25 vezes o número de sindicalizados, passando de 20 mil em 1915 para 500 mil em 1919. (DIAZ, 1999 *apud* CARVALHO, 2008, p. 30). O número de greves também aumentou significativamente, como já demonstrado por Beired (1996). No entanto, recordemos que os interesses da grande burguesia não são colocados em xeque por esse governo e essa postura flexível com os sindicatos só dura até o momento em que as greves direcionaram-se contra os interesses do modelo agroexportador. Nesse momento, os sindicatos passam a ser fortemente reprimidos.

Trata-se da política do Estado “acima das classes”. Política esta que, estando em primeiro lugar a favor dos interesses da grande burguesia, nos momentos de conflito de interesses aplica uma intensa repressão contra a classe trabalhadora, como ocorreu na Semana Trágica de 1919.

A Semana Trágica começa em janeiro de 1919, com a greve dos trabalhadores da metalúrgica Vasena, em Buenos Aires. Esses trabalhadores reivindicavam a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, aumento



salarial, descanso dominical e readmissão dos delegados sindicais que haviam sido demitidos. No dia 07 de janeiro, um conflito entre fura-greves e grevistas, juntamente com a intervenção da polícia, resultou em quatro mortes e quarenta feridos. Em repúdio ao ocorrido, a FORA IX e a FORA V se unem e chamam uma greve geral, que começa no dia 09 de janeiro. Nesse mesmo dia, houve um cortejo fúnebre para acompanhar o enterro dos operários mortos. Enquanto ouviam o discurso de um delegado sindical, policiais e bombeiros armados atiraram contra os trabalhadores também armados<sup>5</sup>. As estimativas dos números de mortos nesse episódio são difusas, sendo que no jornal *La Prensa* se contabilizaram oito e no jornal socialista *La Vanguardia* foi contabilizado mais de cinquenta óbitos. A partir desse acontecimento, o conflito passou a ser mais intenso, tendo seu ápice entre os dias 10 e 13. O número de sindicatos que aderiam à greve aumentava cada vez mais.

Para dar fim à greve, Yrigoyen colocou a cidade sob o poder do exército e exigiu que os donos da metalúrgica Vasena atendessem as reivindicações dos trabalhadores. A burguesia também se organizava através de grupos armados, como a Liga Patriótica Argentina que defendia valores conservadores, a propriedade e a tradição, perseguia e matava centenas de trabalhadores, além de dar início a um movimento antissemita que resultou em uma morte e 71 feridos da comunidade judia.

Por parte das organizações dos trabalhadores, a FORA IX aceita um acordo e faz uma chamada de volta ao trabalho, mas os trabalhadores discordam e continuam nas ruas. A FORA V continuava impulsionando a greve, mas a intensa repressão armada faz com que seus dirigentes ponham fim à greve. O saldo da Semana Trágica foi o atendimento das reivindicações dos trabalhadores, mas para isso custaram 800 mortos e quatro mil feridos. (BEIRED, 1996).<sup>6</sup>

Em 1921, o governo de Yrigoyen protagonizou outro massacre contra a classe trabalhadora argentina, a Tragédia da Patagônia, ao reprimir os trabalhadores rurais em greve por melhores salários e que, por isso, feriam os interesses dos grandes latifundiários do sul. Novamente, os trabalhadores foram perseguidos, torturados e fuzilados. Não há dados precisos sobre o número de mortos, mas estima-se em torno de 1500.

---

<sup>5</sup> Cerca de 100 trabalhadores portavam armas nesse cortejo. (CARVALHO, 2008).

<sup>6</sup> Com tantos mortos e feridos, o nome dessa Semana não poderia ser outro a não ser "Trágica".

Nesse mesmo ano, ocorre uma greve que exigia o desmantelamento da Liga Patriótica - ativa desde 1919 -, o fim das leis repressivas e a liberdade dos operários presos. Yrigoyen responde com a prisão de todos os dirigentes sindicais, passando de “conciliador de classes” para mutilador da classe trabalhadora.

Em 1922, Yrigoyen abre espaço na presidência para Marcelo de Alvear (1922-1928), que liderava sua oposição no interior da UCR. Com perfil oposto ao seu predecessor, não era amante do populismo, ao contrário, nunca escondeu suas raízes na aristocracia bonairense. Em seu governo, a economia argentina apresentou forte declínio, o que permitiu a reeleição de Yrigoyen em 1928.

Yrigoyen, em seu segundo mandato (1928-1930), enfrenta uma forte crise econômica com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, que causou grande queda de preços nas exportações, somada aos resquícios de seu antecessor. No campo político, enfrentou a oposição de setores nacionalistas, de militares, da classe média e de proprietários em geral, o que enfraqueceu a sua influência política e deu espaço ao golpe militar de setembro de 1930, encerrando a hegemonia da UCR.

Em síntese, o modelo agroexportador (1880-1930) foi economicamente bem sucedido para a grande burguesia e estritamente desigual e excludente para as classes populares. A classe trabalhadora manteve o enfrentamento através dos socialistas, anarquistas, comunistas e sindicalistas revolucionários. Como resultado das forças políticas nacionais que atuaram nesse período, temos o PS (Partido Socialista), formado em 1894; o PSI (Partido Socialista Internacional), cisão da esquerda do PS depois da Revolução de Outubro de 1917 e que, em 1918, se transformou no PCA (Partido Comunista da Argentina); a UCR, fundada em 1891; as forças políticas conservadoras agrupadas primeiro no PAN e posteriormente no PDN (Partido Democrata Nacional), fundado em 1931; e o PDP (Partido Democrata Progressista), criado em 1914 por Lisandro De la Torre, depois de seu afastamento da UCR e que defendia os interesses dos terratenentes. (ROJAS, 2006).

## 1.2 O MODELO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES (1930-1976)

A crise capitalista mundial de 1930, também chamada de A Grande Depressão, teve início em 1929 com a quebra da bolsa de valores de Nova York e se arrastou por todo o mundo ao longo da década de 1930. Ela impôs transformações às economias nacionais e às relações internacionais. Embora não seja objeto principal de nossas preocupações, queremos compreender suas consequências econômicas, políticas e sociais para a classe trabalhadora argentina.

De maneira geral, para os países industrializados, a crise financeira atingiu seu estopim em 1929 como consequência de várias crises: superprodução, subconsumo e distribuição. Esgotou-se o padrão de acumulação vigente até então, que se pautava no consumo concentrado nos setores sociais com grande poder aquisitivo e, que eram também, os maiores beneficiários do processo de crescimento e riqueza. Com a expansão da capacidade de produção da sociedade industrial, o novo padrão de acumulação exigia também a expansão do consumo para os demais setores sociais. As consequências imediatas que se apresentaram para os Estados Unidos foram a quebra de 10 mil bancos, a queda brusca das importações e exportações, a queda de toda atividade econômica (volume e preços da produção industrial, produtos agrários, comércio e consumo) e grande aumento no número de desempregados. Pelo grau de integração à economia internacional, na qual os norte-americanos eram protagonistas como país exportador de capitais, a crise se espalha rapidamente pelo mundo, atingindo os países industriais e os países de produção primária.

A saída encontrada para a crise foi o desenvolvimento das economias nacionais e a quebra de acordos econômicos multilaterais:

Es importante subrayar que este sistema entró en una crisis terminal. En lugar de la especialización, cada país trató de desarrollarse autárquicamente y, así como en muchas naciones industriales europeas se tendió a sustituir las importaciones primarias con producción propia, en algunos países productores de bienes primarios se desarrollaron procesos de industrialización. Las relaciones comerciales multilaterales fueron abandonadas y, en su lugar, se tendió a la firma de acuerdos bilaterales y a la formación de bloques comerciales entre las grandes potencias y sus colonias o ex colonias. (LUQUE; SCALTRITTI, 2006, p. 112).

Estas transformações estão intimamente ligadas ao questionamento das concepções liberais fortemente arraigadas até então. Com isso, crescem as concepções nacionalistas e, conseqüentemente, o aumento da intervenção do Estado nas economias nacionais:

Los años 30 pueden caracterizarse, por lo tanto, como años de transición desde el capitalismo liberal hacia un capitalismo caracterizado por una intervención creciente del Estado en la economía y la sociedad. Estas tendencias cobrarán mayor fuerza o se profundizarán después de la Segunda Guerra Mundial, pero los años 30 constituyen un antecedente. (LUQUE; SCALTRITTI, 2006, p. 113).

Na América Latina, as mudanças se pautaram na passagem de um modelo de acumulação baseado na exportação de matérias-primas para um modelo de industrialização por substituição de importações. Em cada país, este processo teve suas particularidades e tempos distintos. Na Argentina, o marco se dá com o golpe de Estado de 06 de setembro de 1930, liderado por Félix Uriburu (1930-1932), que representou um governo autoritário com inspirações fascistas e recolocou os antigos conservadores no controle político, somados a dois novos atores, os militares e os nacionalistas.

Apoiado pela burguesia agroexportadora, que vislumbrava o retorno do poder oligárquico aos moldes da década de 1900, e vendo-se pressionado por ela, em 1931 Uriburu convoca eleições à presidência e Agustín P. Justo assume o governo (1932-1938). Este foi apoiado por setores conservadores e radicais antipersonalistas, opositores de Yrigoyen. A UCR não pôde participar das eleições, pois havia sido proibida de entrar na disputa política, o que levou o partido a defender a abstenção do eleitorado.

A ditadura de Uriburu exerceu forte repressão contra a classe trabalhadora. Com o enfraquecimento dos anarquistas e dos sindicalistas-revolucionários, a direção do movimento operário passou para as mãos do Partido Comunista e do Partido Socialista.

O golpe de Estado de 1930 marca assim, a restauração do regime oligárquico, o crescimento do intervencionismo estatal e a mudança no modelo de acumulação capitalista da Argentina. Como vimos, até 1930 as indústrias não representavam o setor mais dinâmico da economia argentina, ao contrário, estavam

subordinadas às exportações agropecuárias. Com o novo modelo de acumulação, as indústrias ganham um novo espaço, ampliam-se e tornam-se o principal motor da economia do país. Surgem novas frações da burguesia e a classe trabalhadora industrial se expande.

Rojas (2006) apresenta o modelo de industrialização por substituição de importações em duas subetapas: a primeira vai de 1930 até o golpe de Estado de 1943, cuja composição orgânica do capital (COC) é mais estável - em termos relativos, uma vez que sua estabilidade depende, entre outras coisas, da luta de classes -, e há uma grande quantidade de força de trabalho disponível, com predominância dos ramos têxteis e alimentícios. Nesta etapa, prepondera a extração da mais-valia absoluta. O autor ressalta que o processo de industrialização se originou da transferência de parte da renda agrária diferencial com valor excedente. A segunda subetapa ocorreu entre 1943 até o começo da crise do segundo governo peronista em 1952. Esse processo conta com uma COC mais alta e a extração da mais-valia relativa, uma vez que há uma substituição da mão de obra por capital. Isso “devido tanto à expansão do mercado interno a partir de 1943 como à hegemonia da indústria metalúrgica no processo de industrialização a partir da década de 50, a qual tem uma maior COC”. (p. 92).

Embora o modelo de industrialização por substituição de importações tenha seu fim na década de 1970, já no início da década de 1950 começa a apresentar sinais de esgotamento. Rojas (2006) explica que, no âmbito interno, havia limitações para aumentar a produção e a produtividade, ao mesmo tempo em que a demanda interna de mantimentos e insumos industriais aumentou, assim como o consumo dos trabalhadores, graças ao crescimento demográfico e ao aumento dos ganhos. Isso fez com que os saldos exportáveis diminuíssem. Já no âmbito externo, os problemas estavam na queda da demanda, queda nos preços internacionais dos produtos agropecuários e na deterioração dos termos de troca<sup>7</sup>, o que fez com que a importação de insumos intermédios estratégicos, de equipamentos e bens de capital, sofresse um grande refluxo. Sendo esses essenciais para a ampliação da produtividade na indústria, torna-se impossível uma segunda etapa do processo de substituição de importações bem sucedida.

Assim como nos países industrializados, na Argentina o contexto econômico implicava também em uma maior intervenção do Estado. Não que isso já

---

<sup>7</sup> Relação entre o valor das importações e exportações de um país, no âmbito do comércio internacional.

não ocorresse durante o modelo agroexportador, mas ampliou-se na década de 1930, como nos aponta Luque e Scaltritti (2006):

Los años treinta son en Argentina tiempos de transición desde el Estado liberal al Estado interventor. Si bien el Estado nunca había dejado de intervenir, como lo demuestran sus políticas para asegurar el despliegue del modelo agroexportador, desde los años treinta su intervención en la economía y en la sociedad llegó a niveles hasta entonces nunca practicados. Durante la presidencia del general José Félix Uriburu (1930-1932), pero mucho más con su sucesor el general Agustín P. Justo (1932-1938), el Estado fue ampliando sus ámbitos de actuación y su aparato institucional. Esta tendencia se fortaleció aun más durante la gestión del presidente Ramón S. Castillo (1940-1943), para llegar a su cenit ya bajo otro régimen, el peronista. (1943-1955) (p. 126).

Mas, diferente dos países capitalistas europeus centrais, na Argentina, assim como em outros países da América Latina, esse período não foi marcado por uma articulação entre capitalismo e democracia. Ao contrário, ele foi caracterizado pela instabilidade política e a constante troca entre regimes ditatoriais e “semidemocráticos fracos”. (Rojas, 2006).

Como vimos, após a ditadura de José Félix Uriburu (1930-1932) foi eleito Agustín P. Justo (1932-1938). De 1938 a 1942, a Argentina esteve sob a presidência de Roberto Ortiz e, entre 1942 e 1943, Ramón S. Castillo. De 1943 a 1946, passaram pela Casa Rosada três presidentes: Arturo Rawson (1943), Pedro Pablo Ramírez (1943-1944) e Edelmiro Farrell (1944-1946). À exceção de Castillo, todos eram militares.

Entre 1932 e 1944, a Argentina viveu a chamada “Democracia Fraudulenta”, ou “Fraude Patriótica”. Esse período é caracterizado pela corrupção, fraude eleitoral, perseguição a setores políticos e sindicais vinculados ao radicalismo e à esquerda, e estabelecimento de contratos com empresas e governos estrangeiros. Esse seria o grande cenário para a projeção das ideologias nacionalistas, que deram origem ao Estado “nacional-popular” do primeiro peronismo. (1945-1955).

Em 1943, um grupo de coronéis de aspirações nacionalistas impõe um novo golpe militar liderado por Arturo Rawson, Pedro Pablo Ramírez e Edelmiro Farrell. Diferente do golpe de 1930, que consagrou a aliança com a grande burguesia com o objetivo da restauração do regime oligárquico, este golpe contou

com o apoio dos operários e dos sindicatos a fim de criar uma nova fonte de legitimidade política. A principal estratégia utilizada foi a intervenção do Estado nas relações trabalhistas. (BEIRED, 1996).

Nesse momento, Juan Domingo Perón, responsável pela Secretaria de Trabalho e Previdência, fez o papel de articulador entre Estado e sindicatos, no qual favorecia os sindicatos “amigáveis” na relação com o governo. No entanto, para aqueles que não mantinham esta relação amistosa, coube a perseguição e prisão de líderes comunistas e socialistas e o fechamento desses sindicatos.

Perón conseguiu ascender politicamente pelo trabalho desenvolvido e, em 1945, já ocupava os cargos de vice-presidente, ministro da Guerra, além da secretaria de Trabalho e Previdência. Mas a política de Perón, de aproximação com o proletariado argentino, o colocou contra a burguesia industrial que o acusava de jogar os operários contra o patronato. Ainda, no plano exterior, o nacionalismo de Perón era percebido pelos Estados Unidos como uma variante de defesa do imperialismo inglês e de enfrentamento ao imperialismo norte-americano. Isso resultou na mobilização da embaixada norte-americana e de frações burguesas industriais e latifundiárias contra Perón e pela convocação de eleições. Em 1945, Edelmiro Farrel, então presidente, se vê obrigado a afastá-lo dos cargos que ocupava. O que não durou muito tempo pela proximidade que havia estabelecido com os sindicatos. Em 1946 Perón retorna como presidente por meio de eleições diretas.

A intervenção do Estado na economia argentina, assim como nos outros países da América Latina, não pode ser confundida com o Estado do bem-estar social europeu, dado o caráter periférico e dependente das economias latino-americanas. Nesses países, são os regimes populistas que articulam os interesses das classes populares em um pacto com o capital. Isso se manifesta no primeiro peronismo.

Rojas (2006) afirma que o pacto entre capital e trabalho tem duas características fundamentais que, como se sabe, não resultaram na consolidação de uma esquerda socialista revolucionária de massas. A primeira refere-se à execução do pacto por uma fração modernizadora da classe dominante, opositora às frações conservadoras, que objetivava adaptar o aparelho produtivo e o papel do Estado às novas necessidades da acumulação capitalista.

A disputa de interesses entre essas frações internas da burguesia são atravessadas pelos interesses das frações externas que estão ligadas à economia mundial e que direcionam o processo de industrialização para seus interesses. Assim, mesmo com altas taxas de crescimento econômico, não havia consenso entre as frações da burguesia, o que impossibilitava a construção de um projeto hegemônico de longo prazo para a nação. No plano político, isso se refletiu na falta de representação orgânica dos representantes do projeto industrialista e na falta de consenso da inserção do peronismo no sistema político, resultando nas sucessivas intervenções militares, na crise do modelo e na impossibilidade de manutenção de um regime democrático:

A “crise” se apresenta como a manifestação da ineficiência dinâmica da acumulação na Argentina. Quando as distintas variantes de financiamento do gasto público, através das transferências da renda agrária diferencial com valor excedente se esgotaram e quando o esquema de regulações se tornou disfuncional, despiram-se as consequências da incapacidade dos capitais individuais argentinos de tornarem-se competitivos a nível internacional. Esta ineficiência dinâmica será produto da particular forma de acumulação dos grupos econômicos dominantes na Argentina, das pressões privadas sobre o aparelho do Estado para criar esses atalhos de ineficiência e de uma lógica *lobbystica* de interesse de preservação dos capitais individuais por cima da eficiência global [...].

Isto tem como consequência a debilidade estrutural do pacto populista para dar sua continuidade através das instituições democráticas. A dependência das frações impulsoras do desenvolvimento industrial da renda agrária diferencial com valor excedente e a subordinação às tendências industrializantes prefixadas pela lógica do mercado mundial, impediram de sustentar um nível de ganhos indispensável para resolver os gastos do “Estado-nacional-popular”. Esta impossibilidade enclausurou por muito tempo a relação entre o capitalismo e a democracia na periferia em geral e na Argentina em particular. O impacto das condições materiais sobre o regime político, vê-se assim claramente exposta. (ROJAS, 2006, p. 98-99).

A segunda característica refere-se ao fato de que as classes populares estavam em formação no momento do pacto, e sua formação enquanto classe, sua organização em partidos e sindicatos se dá sob a intervenção estatal. Isso não significa que não ocorreram lutas importantes que impulsionaram o pacto e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das organizações políticas e sindicais autônomas da classe trabalhadora. No entanto:



Se no pacto keynesiano a classe operária termina subordinando-se ao capital, pela dinâmica própria da luta de classes e o efeito contraditório das conquistas operárias no marco dos capitalismo desenvolvidos, no pacto populista, já arranca subordinada. (ROJAS, 2006, p. 99).

O modelo de industrialização por substituição de importações manteve-se por um longo período de crise até seu efetivo definhamento. A partir da década de 1950, a economia, outrora relativamente fechada ao comércio e aos investimentos internacionais, se abre e as empresas transnacionais passam a ter um peso decisivo na industrialização e na exportação de bens “não tradicionais”, principalmente aquelas que produziam bens de consumo duráveis e insumos intermediários. Com esse papel decisivo das transnacionais, a economia passa a ser cada vez mais composta por monopólios e oligopólios.

A crise do modelo de industrialização por substituição de importações pode ser dividida em três subetapas: a primeira, entre 1953 e 1963, é caracterizada por um grande desequilíbrio no processo de crescimento econômico. Perón havia ampliado a capacidade de consumo da população, o que favoreceu a ampliação do mercado interno, principalmente de bens industriais. O crescimento da indústria de bens de consumo e de bens intermediários gerou maior demanda por equipamentos, combustíveis e bens de capital que não eram gerados pela indústria nacional, sendo necessário importá-los. O capital para isso provinha, basicamente, da exportação de insumos agropecuários, mas o setor agrário não havia dinamizado sua produção para atender a demanda interna e obter saldos exportáveis, o que gerou constantes crises na balança de pagamento. A saída encontrada foi o que os economistas chamam de *stop and go*:

Frente a esta situación, fue común – una excepción se dio bajo el primer gobierno peronista – que los gobiernos aplicaran una devaluación. Ella repercutía en un aumento de los beneficios para los sectores exportadores, constituidos fundamentalmente por la gran burguesía agraria. Además, provocaba un alza del costo de vida de la población en general, expuesta al aumento de los alimentos, pues el sector agrario trasladaba los precios externos al mercado interno. También se encarecían los bienes industriales, afectados por el aumento de precios de los insumos importados. Como consecuencia, se contraía la actividad industrial, disminuía el empleo, caían los ingresos urbanos y la demanda de productos. Así aumentaban las reservas alimentarias para exportar y se reducían las importaciones industriales, lo que posibilitaba, luego, una recuperación de las reservas y el recomienzo del ciclo de crecimiento. De allí la expresión

*stop and go* (freno y arranque) acuñada por los economistas para referirse a las crisis periódicas, cíclicas, de la economía argentina. (SCIRICA, 2006, p. 226).

No plano político, esse período foi permeado por descontinuidades de regimes. Perón governa até 1955, quando é derrotado por uma junta militar e sucedido, inicialmente, por Eduardo Lonardi que governou por menos de dois meses, sendo substituído por Pedro Eugenio Aramburu (1955-1958). Este golpe de Estado, chamado pelos golpistas de “Revolução Libertadora”, refletiu o desgaste das alianças que Perón havia estabelecido com a burguesia industrial. Ao contrário dos trabalhadores que estiveram ao lado de Perón até a sua queda, a burguesia industrial adotou uma postura de conflito contra ele no final de seu governo. Essa postura de conflito se deu por conta do descontentamento em relação ao grau de capitalização que vinham atingindo. (GIULIANI, 2006).

Em 1958, Arturo Frondizi (1958-1962) foi eleito. Durante esse processo eleitoral, o peronismo foi proibido na Argentina. Frondizi firmou um acordo com Perón em que se comprometia a anular as leis de proibição do Partido Justicialista (PJ) e, em troca, Perón pediria a seus eleitores para que votassem em Frondizi, como ocorreu.

No governo de Frondizi, houve uma maior abertura para o capital estrangeiro e, a partir de alianças com multinacionais, iniciam-se grandes projetos de hidroeletricidade e a produção de petróleo triplica, tornando o país autossuficiente no produto. A indústria de base também foi impulsionada, o que fez com que a economia voltasse a crescer.

Em 1961 Frondizi cumpriu o acordo com Perón, e o PJ obteve grande maioria nas eleições legislativas em Buenos Aires, levando as Forças Armadas a exigirem a anulação das eleições. Não atendendo a ordem, Frondizi é destituído pelos militares, sendo substituído por José María Guido (1962-1963).

A segunda subetapa da crise, entre 1964 e 1972, representou um período de maior estabilidade econômica com baixas taxas de inflação, desenvolvimento de exportações não tradicionais e crescimento econômico estimulado pelo aumento do comércio mundial. Assistiu-se também o crescimento da produção e do emprego sem desajustes entre produtividade e salários reais. Isso durou até 1972, quando por uma crise na balança de pagamentos o governo aplica novamente uma política de desvalorização, acelerando a inflação. Para aumentar os

saldos exportáveis e controlar a inflação, o governo passa a conter os aumentos salariais, reduzindo a demanda interna. (ROJAS, 2006).

De 1963 a 1966 a Argentina foi presidida por Arturo Umberto Illia, da União Cívica Radical do Povo (UCRP), que também foi derrotado pelos militares. Estes, por sua vez, agiram com ainda maior força repressiva. Segundo Nicanoff e Rodríguez (2006), os motivos são:

En primer lugar, las elecciones para la gobernación de la provincia de Mendoza – donde en realidad se estaba dirimiendo la interna entre Perón y Vandor, líder de los metalúrgicos y de las 62 organizaciones peronistas – cuyos resultados ratificaban el liderazgo del General, preanunciaban además un triunfo del justicialismo para las elecciones nacionales de renovación de gobernadores del año entrante. Esto a su vez hacía temer a los sectores antiperonistas del Ejército y la Marina la reedición del resultado de las elecciones del 18 de marzo del 62, donde el peronismo se había alzado con un claro triunfo. En este sentido, la figura de un golpe de Estado “preventivo” aparecía como la única salida viable para esos sectores. En segundo lugar, las políticas económicas de Illia que ponían límite a las prebendas que las empresas petroleras y químicas norteamericanas habían conseguido en los anteriores gobiernos – fundamentalmente en el de Frondizi – comenzaban a incomodar peligrosamente a los grupos más poderosos de la economía. [...] Por último, la postura ambigua del presidente argentino en relación con la intervención norteamericana en Santo Domingo en el año de 1965, parecía indicar – a los ojos de sus detractores – una posición favorable a los gobiernos de corte comunista. Sumado a esto y en relación con la misma cuestión, la incompetencia de la cual se acusaba al gobierno para reprimir los conflictos obreros en torno de los ingenios azucareros en la provincia de Tucumán, parecía ser el disparador de la cuenta regresiva camino al golpe. (p. 261-262).

O golpe de Estado de 1966 destituiu todos os membros da Corte Suprema de Justiça, os governadores e intendentes eleitos, dissolveu o Congresso, as legislaturas provinciais e os partidos políticos. Contou com o apoio da fração da burguesia ligada ao capital mais concentrado e aos grandes capitais estrangeiros, e que tinha por objetivo impor uma modernização capitalista benéfica à grande burguesia e ao capital transnacional. Os militares mantêm-se no governo de 1966 a 1973<sup>8</sup>. As medidas econômicas instauradas em 1972, somadas ao fechamento do

---

<sup>8</sup> Juan Carlos Onganía (1966-1970), Roberto Marcelo Levingston (1970-1971), Alejandro Agustín Lanusse (1971-1973).

sistema político e às restrições ao peronismo, marcaram um processo de radicalização política e crescimento dos conflitos sociais<sup>9</sup>.

A terceira subetapa, entre 1973 a 1976, coincide com o período do terceiro governo peronista, permeado por crises econômicas e políticas. Perón regressa ao governo em função dos conflitos sociais gerados pela situação econômica e, sem dúvida, devido aos levantes populares inaugurados pelo *Cordobazo*<sup>10</sup>. Era necessário que o Estado recuperasse seu poder de conter o conflito social e, para isso, a burguesia e as Forças Armadas optaram por permitir o retorno de Perón, que prometia conter as agitações a partir da institucionalização, cooptação e repressão. Mas, não conseguiu:

[...] el conflicto de clases había llegado a un grado de agudeza tal que se tornaba imposible su absorción por medio de la institucionalización. La disconformidad con los aumentos salariales otorgados por el pacto social, al no poder expresarse directamente por la vigencia del acuerdo, trasladó los reclamos hacia la renegociación de las condiciones de trabajo en las empresas, así como a la lucha por la reincorporación de los trabajadores despedidos (tanto los cesanteados por los anteriores gobiernos militares como los generados durante ese gobierno peronista). El estado de rebelión de la base obrera en las fábricas, nacido durante la dictadura en el interior del país, llegaba finalmente al conurbano bonaerense con su impronta de democracia de base y acción directa. Ese resurgir de los trabajadores conducía, irreversiblemente, al choque con la burocracia sindical dado su compromiso estructural con las patronales. (NICANOFF; PITA, 2006, p. 335).

Com a morte de Perón, em julho de 1974, assume o governo María Estela Martínez de Perón (1974-1976), no qual a crise econômica se exacerba. Em 1974 o Mercado Comum Europeu se fecha para as importações de carne argentina, causando um desequilíbrio inesperado na balança comercial desse país. As exportações caem 11% e os termos de troca 25%, o que produz um déficit na balança de pagamentos de cerca de 40% das exportações. Paralelamente há uma queda nas taxas de produtividade, de ganho e de investimento, causando um incremento do déficit fiscal e um drástico processo inflacionário. As taxas de inflação que até 1974 eram de 2,6% ao ano, em 1975 passam para 11,9%, e em 1976

<sup>9</sup> É nesse período que ocorrem o *Cordobazo* e as rebeliões populares inauguradas por ele (1969-1973), eventos considerados como antecedentes históricos da FPDS, que serão abordados no terceiro capítulo desse trabalho.

<sup>10</sup> Ver capítulo 3.

atingem 32%. O modelo de industrialização por substituição de importações entrava em uma crise estrutural. (ROJAS, 2006).

Neste modelo, como se pode notar, o Estado exerceu papel fundamental para a reprodução e acumulação capitalista, principalmente entre 1953 e 1976, quando a intervenção estatal foi claramente favorável aos interesses gerais da burguesia. Em alguns momentos chegou a desenvolver o capital “nacional”, em outros, privilegiou o capital transnacional, cedendo certos “benefícios” à classe trabalhadora com o pacto entre capital e trabalho. Mas também retirou dos trabalhadores e cedeu ao capital quando lhes convinha.

Percebe-se, ao longo de todo esse período, que as classes dominantes sofreram uma crise de hegemonia manifestada, principalmente, nas disputas entre peronistas e antiperonistas. As Forças Armadas tiveram papel importante em cinco golpes de Estado, entre 1930 e 1975, sendo o de 1976 o mais marcante e repressivo da história, como veremos adiante. Para o proletariado, esse período representou sua inserção na vida política do país por meio do “pacto social”, embora sem autonomia do Estado ou da burguesia.

### 1.3 ORIGEM, CONSOLIDAÇÃO E CRISE DO MODELO NEOLIBERAL (1976-2008)

O modelo de acumulação predominante na Argentina até a década de 1970 foi o de industrialização por substituição de importações, durante o qual o proletariado industrial ocupou o lugar central na atividade produtiva. Esse modelo, juntamente com o “pacto social” entre capital e trabalho, propiciou uma relativa incorporação das classes trabalhadoras no que diz respeito aos direitos sociais e aos planos de proteção estatal, além de certa estabilidade no trabalho, especialmente em seu primeiro período na década de 1950 e antes da sua crise. Em termos globais, este processo corresponde ao modelo fordista de desenvolvimento, que predominou no capitalismo mundial desde o final do século XIX até meados do século XX.

Segundo Alain Bihl (1998), a acumulação com característica dominante intensiva só pôde desenvolver sua dinâmica de expansão contínua com base no quadro institucional definido pelo “compromisso” entre burguesia e proletariado: direitos sociais, seguridade social, poder de compra. Os obstáculos a esse modelo são o inchaço da demanda de meios de produção pela conversão da

mais-valia em capital constante e a limitação da demanda de meios de consumo em relação à capacidade de produção que se acumula. Resultado: crise de superprodução, esgotamento das normas de consumo e baixa rentabilidade dos investimentos industriais<sup>11</sup>.

Como o capital necessita de uma contínua revolução nos meios de produção e de troca e, conseqüentemente, no conjunto das relações sociais<sup>12</sup>, para driblar a crise do fordismo, a saída foi a reconstituição do capital portador de juros e a predominância do capital financeiro por meio da implantação de políticas neoliberais.

A despeito das diferenças históricas, econômicas, sociais, políticas e ideológicas de cada país, na América Latina o modelo neoliberal foi sendo implantado em praticamente todos os países da região no mesmo período. Em alguns, de forma mais acelerada, em outros, todavia, de forma mais lenta.

Na Argentina, as primeiras investidas neoliberais ocorreram no final do segundo peronismo, com a intervenção do golpe militar de 24 de março de 1976. A última ditadura militar argentina (1976-1983) marcou a mudança nos rumos econômicos deste país. É nesse período que ocorre o desmantelamento do modelo de industrialização por substituição de importações, para dar espaço a uma economia cuja hegemonia foi comandada pela fração financeira. Um dos principais atores desse processo, José Alfredo Martínez de Hoz, Ministro da Fazenda em 1976, foi responsável pela eliminação das barreiras aduaneiras, desregulamentação do mercado nacional e diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) destinado direta ou indiretamente aos salários.

A intervenção do Estado se mantém na economia, mas agora para favorecer a fração burguesa ainda mais concentrada e transnacionalizada, pondo fim ao “compromisso nacional-popular”. A presença do capital internacional, por meio da tomada de créditos do exterior, fez com que as instituições estatais se tornassem virtualmente colonizadas, formando um capitalismo assistido e parasitário. (ROJAS, 2006).

Esse processo resultou em uma maior centralização da riqueza e da propriedade privada. Com as privatizações e a queda no número de postos de

---

<sup>11</sup> Sobre esse assunto ver Bihl (1998) e Chesnais (1996,1997).

<sup>12</sup> Este fato foi ressaltado por Karl Marx e Friedrich Engels no *Manifesto do Partido Comunista*: “A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade”. (1998, p. 14).

trabalho, as condições de vida do proletariado e da pequena burguesia se precarizaram ainda mais.

A ditadura militar, por si só, daria um objeto de estudo de extremo interesse. Infelizmente, o recorte que propomos neste trabalho não nos permite melhores detalhamentos teóricos, mas ela pode ser interpretada como mais uma saída “bonapartista” pela burguesia daquele país, uma vez que foi o instrumento para a resolução da crise de hegemonia no interior do bloco no poder, que perdurou desde a derrocada de Perón em 1955 até 1976<sup>13</sup>. Essa crise de hegemonia retorna em 2001, como veremos mais à frente.

A ditadura desfez um duro golpe nos setores proletários organizados em sindicatos, fábricas, partidos e organizações de esquerda com o objetivo de desarticulá-los, uma vez que vinham se fortalecendo. Mas, mais do que isso, somente com a derrota do movimento operário é que foi possível realizar as mudanças necessárias para a inserção do modelo neoliberal:

A derrota das esquerdas na Argentina, neste período, foram as que permitiram realizar um conjunto de mudanças no terreno econômico, político e social, que conduziu em um processo de fôlego amplo, à adaptação da economia às novas condições do mercado mundial capitalista sob a hegemonia do capital financeiro: à transformação do Estado e à cristalização de uma separação entre o social e o político, coisa que por sua vez gerou consequências com repercussões na atualidade. (ROJAS, 2006, p. 111).

Sendo uma das mais sangrentas ditaduras da história da América Latina, Rojas (2006) ressalta que na Argentina a ditadura não perseguiu “qualquer um” da sociedade. Os perseguidos e desaparecidos eram, em sua grande maioria, militantes, quadros políticos e sociais da esquerda marxista e não marxista. Essa “caça as bruxas”, já havia se iniciado no terceiro peronismo e contou com o apoio de parte da “sociedade civil”:

Insisto em que não desaparecia qualquer um, essa versão adoçada da realidade evita a responsabilidade política da sociedade civil e oculta deliberadamente seu apoio à ditadura. Estas leituras ao estilo “todos fomos vítimas”, “a sociedade civil é boa” e “os militares são

---

<sup>13</sup> Nessa leitura, o que queremos ressaltar é o papel que os militares assumem na crise de hegemonia do bloco no poder. Ou seja, seria uma digressão do conceito de “bonapartismo”: em um momento onde as frações da burguesia não conseguem chegar a um consenso, recorrem aos militares para colocar “a casa em ordem”, não pondo em risco a hegemonia burguesa. O próprio peronismo poderia receber uma leitura similar, também podendo ser considerado uma saída “bonapartista”. Sobre o conceito “bonapartismo”, consultar Marx (1988).

maus por natureza”, clara exposição da teoria dos demônios, coloca aos militares como uns monstros por fora da sociedade não como um braço armado dessa sociedade que os educou, constituiu-os e os apoiou para que aniquilem como exigiu o peronismo em 1975 à guerrilha marxista. Essas leituras despolitizantes negam que na Argentina existiu de fato luta de classes, quer dizer uma guerra civil mais ou menos larvada e que os militares e o bloco de classes dominantes triunfaram com o apoio dessa mesma sociedade civil para aqueles que se postulavam como os defensores da pátria, os defensores da sociedade ocidental e cristã frente às forças sociais do ateu marxismo apátrida. [...] A ditadura deu golpes de maneira precisa, atacou os quadros políticos e sociais, buscou-se quebrar as bases sociais que alimentavam a uma força social visualizada como anticapitalista por ambos os campos do conflito social Argentino. (p. 113-114).

Nesse cenário, um importante sujeito surge para reivindicar justiça frente às atrocidades cometidas pelo regime militar e os cerca de 30 mil desaparecidos: trata-se das Madres de Plaza de Mayo, um movimento de direitos humanos<sup>14</sup>.

Com a retomada democrática, Raúl Alfonsín (1983-1989), membro da UCR, assume a presidência. Seu governo não questiona o modelo econômico vigente, assim como não traz alterações substanciais em relação à situação das classes trabalhadoras que estavam cada vez mais precarizadas.

O movimento de direitos humanos seguia organizado. Com o objetivo de enfraquecê-lo e institucionalizá-lo, Alfonsín cria a CONADEP (*Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*), composta por pessoas escolhidas pelo próprio governo. Ao mesmo tempo em que tentava se mostrar favorável às reivindicações dos movimentos de direitos humanos, aprovou as leis de Obediência Devida e Ponto Final, que permitiram a impunidade dos militares pelos crimes cometidos.

Em 1989, uma onda de saques (principalmente de alimentos) tomou conta do país, efetuados pelos setores mais empobrecidos da sociedade. As ações começaram em Rosário, continuaram em Córdoba, até chegarem à Grande Buenos Aires. A principal reivindicação era contra os altos preços e pelo congelamento de tarifas. Só neste ano foram registrados 282 saques. Segundo Carrera e Cotarelo (1997), o elemento comum dessas ações está em demonstrarem a impossibilidade

---

<sup>14</sup> Nesse momento, as *Madres de Plaza de Mayo* mantinham relativa autonomia frente ao Estado. Com a entrada de Néstor Kirchner no governo, aliaram-se a ele.



de uma parte da população em conseguir seus meios de vida dentro da legalidade do sistema social vigente.

O contexto de crescente conflito social, aliado a uma situação econômica de hiperinflação e aumento da dívida externa<sup>15</sup>, foram fatores que levaram Alfonsín ao abandono do governo: as eleições foram antecipadas e a vitória coube ao justicialista Carlos Menem. O final da década de 1980 deixara a Argentina num contexto de crise econômica (dívida externa, hiperinflação), crise política (renúncia do presidente) e crise social, cuja expressão máxima foi os saques que duraram entre maio-julho/1989 e fevereiro- março/1990. (CARRERA; COTARELO, 1997).

### 1.3.1 Aprofundamento das Políticas Neoliberais e o Governo de Carlos Menem (1989-1999)

É no governo de Carlos Menem (1989-1999) que as políticas neoliberais se aprofundam, por mais estranho e contraditório que possa parecer um justicialista abrir mão das políticas nacionalistas. Contraditório porque Menem chega à presidência através do estabelecimento de alianças com um setor que não era tradicional ao peronismo, o grande capital nacional e internacional:

La presidencia Menem fue, como ninguna otra de la tortuosa historia de los gobiernos elegidos por sufragio popular en la Argentina, expresión de una alianza estrechísima entre los sectores más concentrados del gran capital, o más genéricamente, el *establishment* económico y político del país y del extranjero. Lo que aparecía en 1989 como una malversación de las promesas electorales y una ruptura con la orientación tradicional del peronismo (cuando no de su significado social e histórico en su totalidad) [...] El matrimonio no previsto entre el peronismo y el programa de máxima del gran capital local e internacional para la Argentina, se veía enriquecido por la legitimación electoral *ex post*, interpretable como consentimiento [...] con el tipo de políticas que se venían implementando. (GAMBINA; CAMPIONE, 2002, p. 20-21).

Em outra leitura, poderia não parecer tão contraditório se considerarmos, como alguns autores, o *menemismo* como uma variante do peronismo que, em um dado momento, quando a conjuntura não favorecia a

<sup>15</sup> Segundo Almeyra (2004), a dívida externa ficou oito vezes maior no período de 1976-1983, em comparação ao período anterior à inserção das políticas neoliberais.

doutrina nacionalista e o pacto nacional-populista, deixa claro que o peronismo sempre foi uma aliança policlassista, hegemônica pela burguesia.

*[...] Ao falar de menemismo não estamos aderindo à tese que sustenta que o governo de Carlos S. Menem representa uma ruptura com o significado profundo da doutrina e práticas peronistas [...] esta formulação expõe uma distinção – errônea em meu entender – entre o ‘autêntico’ peronismo e o menemismo, a partir do qual se pode postular uma oportuna contradição entre ambos que evita ter que fazer-se cargo dos estragos realizados pelo último em nome do primeiro e que, de passagem, convida a lutar por um retorno do ‘autêntico’ peronismo ao poder [...] o menemismo está muito longe de ser uma traição ao ‘verdadeiro’ peronismo: constitui a culminação involutiva de uma aliança policlassista em que jamais ficou em questão a hegemonia da burguesia [...]. (BORÓN apud ROJAS, 2006, p. 115).*

Acreditamos que, sendo ou não uma brusca ruptura com o “significado profundo da doutrina e práticas peronistas”, as classes trabalhadoras sentiram as políticas de Menem como um afastamento do peronismo de suas bases sociais. Para entendermos o impacto dessa mudança, é importante frisarmos que é por meio do pacto corporativo propiciado pelo peronismo na década de 1940, que os setores populares entram como sujeito coletivo na negociação política do país:

*Constituiu-se um arranjo institucional de tipo corporativo que, a partir de um padrão pendular de cooptação e repressão [...], foi integrado politicamente à classe trabalhadora organizada através das organizações sindicais. Estas, por sua vez, inseriram-se nos polos de resistência e integração no Partido Peronista/Justicialista (PJ) e seus governos. Assim, como ator político subalterno e como produtora de um pacto desigual em relação ao capital, a classe trabalhadora ingressou em determinadas esferas de negociação coletiva como grupo de interesse com status público [...]. (MANEIRO, 2006, p. 100).*

Utilizando-se das simpatias dos trabalhadores argentinos pelo peronismo, justamente em função do pacto corporativo, Menem apresenta-se ao eleitorado como sucessor de Perón. Embora sua campanha eleitoral propagasse a necessidade de reformas sociais, políticas e econômicas, ocultava sua verdadeira intenção: as privatizações das empresas estatais para o grande capital internacional e a flexibilização das leis trabalhistas e de seguridade social.

O apoio de grandes grupos econômicos possibilitou que Menem estabelecesse diversos acordos políticos em direção à desnacionalização da

economia argentina. Em seu primeiro ano de governo, aprovou no Congresso duas grandes leis: uma que iria suspender os subsídios e regime de promoção e que autorizava a demissão de funcionários públicos, e outra, a Lei de Reforma do Estado, que conferia ao presidente a escolha de qual seria a melhor maneira para realizar a privatização de uma longa lista de empresas públicas, aumentando a dependência externa. Aos poucos, a Argentina foi deixando de criar emprego e riqueza:

As políticas estatais abertamente favoráveis às frações do capital imperialista de um lado correspondeu, no governo Menem, ao desfavorecimento oculto e/ou aberto das classes populares de outro. Toda a operação política e ideológica de implantação do projeto neoliberal baseou-se em promessas alentadoras para todos os argentinos. Entretanto [...] os efeitos perversos e mais dramáticos começaram a surtir efeitos em meados dos anos 90. O desemprego se tornou o maior problema para as classes populares. (MACHADO, 2004, p. 118).

A implantação do *Plan de Convertibilidad* (1991) estabeleceu a paridade entre o dólar e o peso, assim como reduziu barreiras aduaneiras, aumentou a pressão fiscal e reduziu significativamente os gastos públicos. Essa paridade entre moedas desestruturou a economia de várias províncias e de suas empresas. Esse processo se aprofunda em 1995 com o agravamento da recessão econômica e o início do desemprego em massa:

As taxas de desemprego na Argentina durante esse ano bateram um novo recorde e chegaram a 18,4%, evidenciando que a desocupação e a subocupação somadas chegaram a 31% da população economicamente ativa. Os 10% mais ricos, que em 1975 recebiam 24% do PIB, ficavam com 33,6% em 1990 e com 36,7% em 1999 enquanto os 10% mais pobres, que obtinham 3,2% do PIB em 1975, passaram a 2,1% em 1990 e a 1,5% em 1999. (MANEIRO, 2006, p. 91).

Durante toda a segunda metade da década de 1990, enquanto a população economicamente ativa cresceu 28%, o número de trabalhadores assalariados formais cresceu apenas 9%, sendo que o desemprego cresceu 156,3% e o subemprego 115,4%. As taxas de desemprego que em 1990 estavam em 6%, em 1996 eram de 18,5%, em outubro de 2000 caíram para 14,7%, chegando a um novo pico em 2002 de 21,5%. (SVAMPA; PEREYRA, 2003, p. 22).

A década menemista resultou, de um lado, na concentração e centralização da riqueza e da propriedade privada e, de outro, na pauperização e proletarização de massas de trabalhadores, incluindo setores da pequena burguesia. Com isso, um volume crescente de proletários é lançado fora do mercado de trabalho formal. Neste contexto, manifestações populares começaram a surgir como resposta às políticas econômicas instauradas e desembocaram no então chamado *movimento piqueteiro*, que analisaremos mais adiante.

### 1.3.2 A Crise do Modelo Neoliberal

Saindo do governo com uma grande rejeição por parte do eleitorado, Menem dá lugar a Fernando De la Rúa (1999-2001), eleito pela *Alianza*, uma unificação da FREPASO (Frente Por Un País Solidário)<sup>16</sup> com a UCR. Porém, este governo não apresenta as mudanças que a população exigia depois da década menemista:

Entre Menem y la Alianza no parecía haber sino continuidades. El “impuestazo” de fines de 1999, el *affaire* de las Banelco (pago de coimas a los senadores por parte del gobierno para aprobar una nueva ley que completara el proceso de flexibilización laboral), un recorte a los sueldos del sector público hacia mediados del año 2000, un recorte de gastos para el presupuesto de 2001, y finalmente, la vuelta de Domingo Cavallo, eran evidencias de continuidad para las clases subalternas que se hundían en la pobreza más profunda. La fuga masiva de capitales y el endeudamiento de 2001 permitían una comprensión más cabal de los circuitos de valorización financiera que ya habían sido denunciados durante la última dictadura y el menemismo. (SCALTRITTI et al., 2006, p. 503).

O governo da *Alianza* assume em um contexto de crise econômica, altas taxas de desemprego e crescentes conflitos sociais. A situação da dívida externa faz com que o governo aumente os impostos para estabelecer novas negociações com o FMI e conseguir novas linhas de crédito, na tentativa de resolver o déficit fiscal. As medidas econômicas não contavam com o apoio da população, gerando uma crise de legitimidade cada vez mais latente. Assim como seu companheiro de partido, Alfonsín, De la Rúa não termina seu mandato. O levante popular de 19 e 20 de dezembro de 2001, conhecido como *Argentinazo*, leva à

<sup>16</sup> A FREPASO reunia uma série de partidos e linhas políticas, como a democracia cristã, o Partido Intransigente e setores provenientes do peronismo.

renúncia de De la Rúa e quem assume a presidência é Eduardo Duhalde (2002-2003)<sup>17</sup>. Este membro do PJ, além de não colocar em xeque as medidas econômicas que vinham sendo instauradas, agiu de forma truculenta contra as organizações piqueteiras, sendo crucial para o surgimento da FPDS<sup>18</sup>. Após ser o mandante político dos assassinatos de dois militantes do movimento piqueteiro, a pressão das organizações sociais contra Duhalde faz com que ele chame novas eleições, quando é eleito o peronista Néstor Kirchner (2003-2007).

Um dos principais sintomas da crise do neoliberalismo argentino é o colapso de uma economia que se pautou na acumulação financeira e na transferência de recursos ao exterior, com uma abertura irrestrita. Os dois principais pilares desse modelo foram o endividamento externo e o setor público como promotor de todo o processo, o que acabou com uma parte significativa do aparelho produtivo estatal e privado, desembocando em altíssimas taxas de desemprego. Em um contexto de crise mundial do capitalismo, com a diminuição de recursos para os países de capitalismo dependente e com o aumento da dívida pública, o país teve enormes dificuldades para captar novos créditos. O cenário social era sombrio: desemprego em massa, maior precarização das condições de trabalho e maior desigualdade social. (ROJAS, 2006).

O *Argentinazo* demonstrou a ilegitimidade do modelo neoliberal perante a sociedade, sobretudo por sua heterogênea composição social e espontaneidade:

O 'Argentinazo', sinteticamente, foi uma manifestação de composição social heterogênea e com um forte espontaneísmo que expulsou do governo o Ministro da Economia Domingo Felipe Cavallo e até o próprio presidente De la Rúa, abrindo uma crise política sem precedentes no país. O heterogêneo leque do protesto social integrava os mencionados setores médios cujas economias tinham sido expropriadas em benefício do sistema bancário e financeiro; setores inorgânicos, extremamente marginalizados que saquearam supermercados, muitas vezes instigados pelos "ponteiros" do peronismo e a convocatória permanente da esquerda orgânica,

<sup>17</sup> Após a saída de De la Rúa, antes que Duhalde assumisse o governo, passaram pela Casa Rosada três presidentes interinos que não chegaram a "esquentar" as cadeiras presidenciais: Ramón Puerta (21 a 23/12/2001); Adolfo Rodríguez Saá (23 a 30/12/2001); Eduardo Camaño (30/12/2001 a 01/01/2002). Essa "rotatividade" entre os presidentes evidencia o momento de crise de hegemonia política das classes dominantes.

<sup>18</sup> Como veremos no capítulo 3.

contando em muita menor medida com a presença de piqueteiros<sup>19</sup> e sindicatos. (ROJAS, 2006, p. 117).

O modelo de acumulação continua vigente, mesmo em crise. No entanto, ainda segundo Rojas (2006), o *Argentinazo* demonstrou a existência de uma crise de governabilidade, resultado das divisões internas no bloco das classes dominantes que, por sua vez, demonstraram as relações conflitivas no modelo capitalista argentino baseado na acumulação financeira. Após esse levante popular, a Argentina não seria mais a mesma:

Depois do 'Argentinazo' nada é o mesmo na Argentina, no caso das esquerdas marxistas ampliaram sua participação social e política real tanto na organização dos parados<sup>20</sup> no movimento dos desempregados, conhecidos como piqueteiros, na recuperação das empresas e fontes de trabalho e colocadas em funcionamento em alguns casos sob o controle operário, no terreno sindical onde listas classistas recuperaram corpos de delegados e até sindicatos logo depois de décadas de controle social do sindicalismo peronista sobre os trabalhadores. Nada é o mesmo na consciência de uma grande parte da sociedade argentina desde esses acontecimentos, entretanto, a continuidade da ditadura se expressa na incapacidade ou impossibilidade das esquerdas de transladar ao plano político sua maior inserção social e a subestimada por certa esquerda capacidade de recomposição política do regime e do peronismo iniciada com Eduardo Duhalde e culminada, com sucesso por Néstor Kirchner. (p. 118).

Assim, mesmo em um contexto de intenso conflito social, a esquerda fragmentada foi incapaz de levar ao plano político um projeto de transformação social. A recomposição da hegemonia das classes dominantes ocorre primeiro com a adoção de políticas repressivas, protagonizada por Duhalde, contra os setores populares organizados. O segundo passo de Duhalde foi romper com o Congresso Partidário, que desejava o retorno de Menem e levar Kirchner à presidência. Kirchner assume um discurso de defesa dos direitos humanos e contra a criminalização dos protestos sociais, mas o que faz efetivamente é cooptar parte do movimento piqueteiro e criminalizar os opositores.

<sup>19</sup> Embora apontado pelo autor que a presença dos piqueteiros no *Argentinazo* se dá em menor medida em comparação com os outros setores sociais, é importante ressaltar que é nesse período em que ocorrem as Assembleias Nacionais Piqueteiras, um importante momento de articulação política do movimento. Em um contexto de intensos conflitos sociais, o estágio de organização em que se encontravam os agrupamentos piqueteiros possibilitou a estes sujeitos se constituírem como interlocutores entre os setores populares e os representantes políticos, como veremos no capítulo 2.

<sup>20</sup> Entendemos "parados" como desempregados.

Do ponto de vista político, o governo Kirchner apresenta uma saída da crise de hegemonia distinta das anteriores, ou seja, não rompe com o regime democrático-burguês. A sua eleição representou uma recomposição política e econômica<sup>21</sup> do país, com maior oferta de empregos, cenário que permaneceu relativamente inalterado com a sua sucessora e atual presidente do país, Cristina Kirchner: as taxas de desemprego (7,2%) e subemprego (8,8%) do terceiro trimestre de 2011, somadas se encontram na faixa de 16%, bem abaixo das taxas de 2002, onde o desemprego sozinho atingiu 21,5%<sup>22</sup> (INDEC).

No próximo capítulo, daremos continuidade à análise do neoliberalismo, porém com mais afinco às consequências que esse modelo trouxe para as classes populares e como estas se organizaram para enfrentar a deterioração de suas condições de vida. É sob o neoliberalismo que surgem as primeiras manifestações populares que posteriormente se consolidaram como *movimento piqueteiro* e em suas diversas organizações. Por se tratar de nosso objeto de análise, tentamos compreender fundamentalmente os seus antecedentes históricos, a sua composição social e as formas pelas quais organizaram os principais embates em torno dos trabalhadores desempregados daquele país.

---

<sup>21</sup> Entre o primeiro trimestre de 2003 e o primeiro trimestre de 2008, o PIB argentino aumentou em 52,2%. (VICENTE; FÉLIZ, 2008).

<sup>22</sup> Ressalve-se que os dados oficiais não são plenamente confiáveis, uma vez que consideram os trabalhadores inseridos em trabalhos de curta duração como trabalhadores empregados. Assim como desconsideram aqueles que já não procuram emprego por não terem mais esperanças de encontrá-lo. Em todo caso, não podemos deixar de considerar que houve relativa transformação.

## 2 PIQUETEIROS: O MOVIMENTO DE TRABALHADORES DESEMPREGADOS DA ARGENTINA

A efetivação das políticas neoliberais na Argentina provocou nos setores populares uma importante reação como resposta às políticas econômicas instauradas, uma tentativa de rearticulação da classe trabalhadora daquele país.

A segmentação do emprego e a desocupação estrutural reduziram relativamente as parcelas sindicalizadas. Com a privatização de importantes empresas que mantinham economias locais, teremos o terreno para o surgimento de organizações que se utilizam de um método de luta que lhes permite uma significativa visibilidade política: os piquetes<sup>23</sup> (*cortes de ruta*), agora adaptados às lutas de trabalhadores que se encontram fora do “núcleo duro” das relações capitalistas. Na impossibilidade de parar a produção, dificulta temporariamente o trânsito das mercadorias, fechando as principais vias de acesso.

Estas manifestações se estenderam por praticamente todo o país, apresentando substancialmente as mesmas reivindicações e, de uma maneira ou de outra, o repúdio aos representantes políticos que, embora não tenha culminado em um movimento unificado, propiciou o surgimento de diversos agrupamentos organizados a partir dos bairros. Estes movimentos foram marcados por um intenso processo de fusão e cisão, criação e dissolução, apresentando particularidades e semelhanças entre si.

O desafio que nos colocamos nesse capítulo foi mapear o caráter político-ideológico dos diversos agrupamentos do movimento piqueteiro argentino, no período de 1990 a 2007. Nesta aferição, apreendemos as formas de organização política, composição social, alianças, estratégias e objetivos de luta, para identificar o norte político e a concepção de transformação social destas organizações de trabalhadores desempregados, sob um contexto do modelo neoliberal de acumulação capitalista<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> Forma de luta tradicionalmente utilizada em greves. Para impedir a entrada de “fura-greves”, assim como para a produção de mercadorias, os trabalhadores impedem o acesso através de barricadas.

<sup>24</sup> Parte das análises aqui empreendidas, é fruto da pesquisa de campo realizada durante a iniciação científica, em 2007. Tivemos a oportunidade de entrevistar lideranças de diversos agrupamentos piqueteiros em Buenos Aires.



## 2.1 CORTES DE RUTA E PUEBLADAS: ANTECEDENTES DO MOVIMENTO PIQUETEIRO ARGENTINO

Em 1993, iniciaram-se manifestações populares que são consideradas antecedentes diretos do movimento piqueteiro. Estas mobilizações apresentavam o rechaço de parte da população argentina contra as chamadas políticas de “ajustes”, instauradas em 1991, e preconizaram a utilização dos piquetes, ou *cortes de ruta*, como método de luta.

A primeira destas manifestações ocorreu em La Rioja, mas foi a *pueblada* de Santiago del Estero, também conhecida como *Santiagoueño*, datada de dezembro de 1993, que configurou o marco dos novos rumos que estavam tomando as lutas populares no país. Depois dela, aumentou-se consideravelmente o número de protestos sociais<sup>25</sup>, representando uma crise de representatividade do sistema político.

El motín de 1993 señala, [...], que ha comenzado una fase ascendente de las luchas de la clase obrera y el pueblo. A la vez, se observa que, a diferencia de las luchas producidas antes de diciembre de 1993, desde entonces los trabajadores logran, si no evitar la aplicación que apuntan a eliminar conquistas históricas, al menos evitar que se apliquen de la manera y con la velocidad con que la oligarquía financiera pretende. También puede observarse que en el motín de 1993, y en algunos de los cortes, se pone en evidencia una ruptura en la relación pueblo-representantes. (CARRERA; COTARELO, 2000, p. 3-4).

Como estopim do *Santiagoueño*, podemos citar: demissão de dez mil servidores públicos; rebaixamento e atraso salarial dos que se mantiveram empregados; acusações de corrupção contra o governo provincial e falta de recursos públicos para atender as demandas sociais. Como resposta a esta situação, os manifestantes atacaram todas as sedes das instituições do poder político provincial e as mansões dos políticos considerados corruptos, tanto os oficialistas como os opositores, resultando na derrubada do governo local. Para Carrera & Cotarelo (2000), mesmo apresentando elementos espontâneos, esse levante popular estaria numa fase embrionária da ação consciente por ter expressado um protesto contra o governo e a política econômica. Como um reflexo deste rechaço, as abstenções e os

<sup>25</sup> Desde o *Santiagoueño*, até agosto de 1997, foram registrados 156 levantes populares em que se utilizaram os *cortes de ruta* ou *cortes de calle* como estratégias de luta. (CARRERA; COTARELO, 1998).

votos brancos e nulos ocuparam o primeiro lugar nas eleições de 1994 desta província.

Outro antecedente direto do movimento piqueteiro são as lutas dos trabalhadores estatais e municipais da província de Jujuy. Os efeitos do *Plan de Convertibilidad* (1991)<sup>26</sup> e do “Pacto Fiscal” que reduziu a participação das províncias nos recursos públicos e praticamente liquidou com as finanças locais, gerou no município uma crise política. As manifestações iniciadas em 1990 tiveram como protagonistas trabalhadores assalariados da administração provincial e municipal, assim como docentes e outros trabalhadores, tendo o apoio de frações da pequena burguesia. As manifestações tiveram continuidade e provocaram, em 1993, a renúncia de dois governadores.

Mas foi na província de Neuquén que o nome “piqueteiro” passou a ser popularizado. Nessa província, as manifestações se iniciaram no final de 1994, em um cenário de paralisação da indústria de construção, de crise das finanças públicas locais e, principalmente, de desemprego causado pela privatização da YPF (*Yacimientos Petrolíferos Fiscales*),<sup>27</sup> em 1991.

O primeiro *corte de ruta* neuquino foi no município de Senillosa, cujos protagonistas foram os trabalhadores do setor de construção. Eles organizaram uma assembleia popular que desencadeou uma greve geral. A manifestação foi seguida por outras cidades da província, chegando à capital, onde criaram uma coordenação de desempregados com delegados que representavam cerca de vinte bairros. As forças políticas mais expressivas nesse momento eram o *Movimiento al Socialismo* (MAS) e o *Partido Obrero* (PO). Ambos atuaram diretamente na organização dos desempregados.

Diante de toda esta mobilização e da expressão que estavam tomando as coordenações de desempregados, as centrais sindicais não podiam mais ignorá-las e convocaram uma marcha em agosto de 1995. Na tentativa de desmobilizar a população, o governador Jorge Sobisch, do *Movimiento Popular Neuquino*, promulga a Lei 2128 que previa um subsídio de 200 pesos para os chefes de família desempregados. Porém, a lei só foi sancionada sob pressão popular e, mesmo assim, com restrições: o desempregado deveria ser a única fonte de renda

<sup>26</sup> Ver capítulo 1, 1.3.1 *Aprofundamento das Políticas Neoliberais e o Governo de Carlos Menem (1989-1999)*.

<sup>27</sup> A YPF, maior empresa pública produtiva nesse período, em 1990 apresentava um quadro de 51 mil empregados. Após ser privatizada, esse quadro cai para 5.600. Somente em Neuquén, foram 4.246 demissões. (SVAMPA; PEREIRA, 2004, p. 108).

da família, ter filhos e residir por no mínimo dois anos na província; se fosse estrangeiro, o tempo passava para cinco anos.

As organizações provinciais de desempregados criticaram as limitações dessa lei que não reconhecia, por exemplo, mães solteiras como chefes de família. Além disso, a primeira bandeira de luta do movimento foi o subsídio de 500 pesos para todos os desempregados maiores de dezesseis anos. Esta bandeira seguiu como reivindicação da *Coordinadora de Desocupados de Neuquén Capital*, que realizou, poucos dias após a sanção da lei, uma manifestação com 3.000 pessoas. A luta continuou no interior de toda a província e obteve como resposta apenas a repressão estatal.

Em 1996, ocorreram manifestações em Cutral-Có e Plaza Huinul, cidades petroleiras de Neuquén, que tinham a economia local totalmente dependente da YPF. Com uma população de 57 mil habitantes, o desemprego já chegava a 30% nesse período. A população reivindicava um plano de criação de empregos. Foram organizadas assembleias populares que contaram com cerca de 5.000 participantes e exigiam a presença do então governador Felipe Sapag no piquete para restabelecimento das negociações. O governador compareceu após ter enviado uma juíza como representante que se declarou incompetente para resolver a situação. As negociações foram feitas e o piquete encerrado, porém, o governador não cumpriu o acordo.

Em 1997, os docentes entraram em greve por não obterem resposta às suas reivindicações. Utilizaram os mesmos métodos piqueteiros ao bloquearam as rodovias que davam acesso a Neuquén. O movimento foi violentamente reprimido e ganhou adesão popular. Surgiram bloqueios em Cutral-Có em solidariedade aos docentes, protagonizados pelos *fogoneros*, jovens que haviam participado dos *cortes de ruta* no ano anterior e que se utilizavam desta terminologia para se diferenciarem dos piqueteiros, acusados de traírem os demais lutadores nas negociações com o governo.

Durante a manifestação, uma empregada doméstica, Teresa Rodriguez, foi assassinada. Neste mesmo dia, o sindicato docente negocia com o governador o fim da greve, mas a *pueblada* de Cutral-Có continua com os *fogoneros*. Em assembleia popular, foi eleita uma comissão para negociar pontos não cumpridos no ano anterior. O governo, por sua vez, atendeu apenas

parcialmente as reivindicações, e o fim do bloqueio foi votado, mesmo contra a vontade dos manifestantes de Cutral-Có.

A partir de Neuquén, ainda em 1997, outras províncias aderiram aos métodos piqueteiros, como em Salta – nas cidades petroleiras de Tartagal e General Mosconi –, Jujuy, Córdoba, Rosário e Mar del Plata.

Em Salta, porém, havia elementos diferenciais em relação às manifestações de Neuquén. A privatização da YPF provocou a queda de 75% no índice de empregos fornecidos por essa empresa em Tartagal e Mosconi. Os planos assistenciais também foram reivindicados, mas a exigência maior foi por trabalho formal e que a YPF fosse reestatizada. Também reivindicaram a redução da jornada de trabalho, o pagamento de horas extras e, dentre outras coisas, a elevação dos salários. Além disso, aglutinavam em torno dos protestos diferentes grupos sociais. Como resultado, alguns trabalhadores recuperaram seus empregos na YPF. Laufer e Spiguel (1999) consideram que:

La pueblada de Tartagal/General Mosconi reveló la existencia de un notorio nivel de organización previa al estallido, que también aparecería reflejado en la conjunción de un heterogéneo espectro de sectores populares detrás del programa de la pueblada; un programa que centrado en la exigencia de subsidios y trabajo para los desocupados, recogió las principales reivindicaciones de diferentes grupos sociales (desempleados, comerciantes, industriales madereros). El alto grado de unidad se manifestó también en la organización de los piquetes para el corte de ruta y para su sostenimiento a través de “ollas populares”, y en la autodefensa de los piquetes, en la que se considero la preparación para la eventualidad de un enfrentamiento violento a la represión de la gendarmería. (p. 24-25).

Estes são os acontecimentos que imediatamente precederam o surgimento movimento piqueteiro. Por terem utilizado os piquetes, as experiências de Neuquén e Salta são consideradas originárias do movimento. Com o emprego da ação direta, dos métodos antiburocráticos de organização, da combatividade no enfrentamento às forças repressivas do Estado e dos *cortes de ruta*, os manifestantes registraram uma nova forma de organização coletiva, com o poder de parar a circulação das mercadorias e demonstrar aos poderes públicos que não estavam calados diante das políticas instauradas contra as classes populares. As autoridades, por sua vez, se utilizaram da repressão violenta, mecanismo que se mostrou ineficaz para acabar com as manifestações.

De todo este histórico, podemos classificar as ações sociais até metade da década de 1990 como mais espontâneas. Entretanto, a partir de então, adquiriram um caráter mais organizativo, com uma maior definição de seus objetivos. No lugar da desmobilização popular, tão buscada pelo Estado repressivo, surgiram outras mobilizações por todo o país, cada vez mais organizadas.

## 2.2 OS PIQUETEIROS COMO SUJEITOS POLÍTICOS

Os primeiros piqueteiros situavam-se entre os trabalhadores mais bem pagos e com carreiras estáveis do período de estabilidade econômica na Argentina. Eram funcionários públicos que, ao perderem seus empregos, saíram às ruas e reivindicaram a reinserção no mercado de trabalho. Com o agravamento da situação econômica, os *cortes de ruta* ganharam amplitude e passaram a contar com a presença de diversos setores sociais afetados de maneira desigual pela desestruturação das economias locais.

As mulheres surgiram como importantes sujeitos entre os piqueteiros. Impulsionadas pela fome de seus filhos e pela depressão de seus maridos que se sentiam impossibilitados de dar sustento à família, elas saem em busca de recursos para garantir o mínimo necessário para a subsistência de seus familiares com o trabalho doméstico ou comunitário, e encontram nas organizações de desempregados uma forma de se articular frente à situação de pauperização. Em todas as organizações e cooperativas de trabalho, a presença das mulheres é massiva.

Os jovens também se destacam. Sem perspectiva de estabelecerem vínculos com o mercado de trabalho formal, eles têm se mostrado como sujeitos combativos nas ações engendradas pelos piqueteiros. Em algumas das organizações, como é o caso da FPDS, eles são importantes porta-vozes e organizadores de atividades políticas e culturais.

Encontraremos assim, entre os piqueteiros, desde ex-trabalhadores assalariados a jovens que nunca se vincularam ao mercado de trabalho formal, passando por trabalhadores semiempregados ou aposentados, como é o caso do MIJD (*Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados*) e da CCC (*Corriente Clasista y Combativa*).

A base social do movimento piqueteiro é constituída, desde os anos 1990, por setores desempregados em processo de pauperização, esquecidos pelo capital e pelo Estado. Entre eles, estão frações da pequena burguesia proletarizada, da classe operária e até mesmo setores do lumpemproletariado que aderem pelo seu caráter assistencial.

Um ponto interessante a ser ressaltado é a solidariedade de parte da população aos piqueteiros nas cidades onde ocorreram os primeiros *cortes de ruta*. Mesmo não participando diretamente das manifestações, estas pessoas também viviam a mesma situação de pobreza, o que fez com que elas prestassem apoio aos piqueteiros. Em determinados momentos, esta solidariedade criou dificuldades para as ações repressivas do Estado.

### 2.3 ASCENSÃO E REFLUXO: DAS ASSEMBLEIAS NACIONAIS À COOPTAÇÃO ESTATAL

A primeira Assembleia Nacional Piqueteira ocorreu em 24 de julho de 2001, em La Matanza, onde comparecem 2.000 pessoas. Frente ao processo de pauperização em curso, associados à redução dos planos sociais, além da repressão violenta com que vinham sofrendo em suas ações, os piqueteiros colocaram o desafio de discutir estratégias de luta em comum com a presença das mais distintas organizações.

A assembleia aprovou, por unanimidade, um plano de luta nacional cujo método de conquista seria os *cortes de ruta* progressivos com objetivo de anular a lei de ajuste, libertar os presos políticos e pôr fim nos processos judiciais contra os militantes. Estudantes, trabalhadores da Aerolíneas, aposentados e todos os demais afetados pelas políticas neoliberais, foram convocados para integrar as lutas. O encontro também aprovou a criação de uma coordenação nacional e distrital.

Após a assembleia, foram registrados mais de 300 *cortes de ruta* espalhados por diversas localidades, mesmo sob ameaças do governo de eliminar os *Planes Trabajar* e das inúmeras prisões que ocorriam por todo o país.

A segunda Assembleia Piqueteira Nacional, realizada em setembro de 2001, coincidiu com o aprofundamento da crise política do governo da *Alianza*. Pelo êxito do plano de luta da primeira assembleia, o movimento piqueteiro se

encontrava ainda mais forte e as manifestações populares se tornaram mais numerosas, não só entre os piqueteiros, mas englobou outros setores sociais.

Esta segunda assembleia também foi mais numerosa e votou um programa que contemplava as reivindicações aprovadas na primeira, dando continuidade ao plano de luta de *cortes de ruta* de 36 horas. Tais *cortes* deveriam culminar em ações nas principais praças do país sob a bandeira “*fuera el régimen hambreador*” como um rechaço ao governo da *Alianza*.

Nas eleições de outubro de 2001, a *Alianza* perdeu cinco milhões de votos e o PJ perdeu um milhão. Os votos brancos e as abstenções chegaram a quatro milhões. Isto expressava o descontentamento geral com os representantes políticos.

Os piqueteiros, por sua vez, desenvolveram grandes mobilizações em províncias como Córdoba, Neuquén, Tucumán e Entre Ríos, além de um *corte de ruta* nacional que se iniciou em 19 de novembro. Nesta fase, o governo havia imposto o “*corralito*” – confisco dos depósitos bancários, como tentativa de salvar os bancos da quebra e continuar o pagamento da dívida externa. Esta medida provocou o aumento do desemprego, o não pagamento de salários e aposentadorias, o fim da assistência estatal e, como consequência, a dificuldade da população em adquirir alimentos.

Em dezembro desse mesmo ano, estouram rebeliões populares em Córdoba e Neuquén. As manifestações sindicais também cresceram, assim como os *cacerolazos*, manifestações da classe média e de comerciantes. A crise no poder aquisitivo da população argentina, provocou manifestações nos supermercados em Entre Ríos e Mendoza e depois se estenderam por todo o país, principalmente nos bairros populares da Grande Buenos Aires. O interessante dessas mobilizações é que os manifestantes não tinham como objetivo imediato os saques, mas, diante dos supermercados, exigiam a entrega de alimentos por parte do governo. Os saques foram consequências do não atendimento desta reivindicação.

Outro elemento importante dessas inúmeras mobilizações é que sua organização se dava por meio de assembleias populares nos bairros. O governo, por sua vez, respondeu com uma velha prática: a repressão violenta. Mas a repressão não foi suficiente para desarticular a mobilização das massas.

No dia 19 de dezembro, De la Rúa declara estado de sítio. Sua intenção era conquistar a classe média em nome da defesa da propriedade privada.

No entanto, boa parte desta mesma classe também foi golpeada pela política econômica que lhe tomou os empregos estáveis e precarizou suas condições de vida. Por isso, alguns setores da classe média compartilhavam do mesmo descontentamento das classes populares e optaram pela mobilização:

A través de una larga y dolorosa experiencia política, esa clase media porteña hambreada, golpeada, esquilhada y desocupada, se había hecho piquetera: lo había demostrado en el conflicto de Aerolíneas (con cortes de calles, avenidas y pistas de aterrizaje); en las movilizaciones contra las inundaciones en distintos barrios de la Capital; en las movilizaciones de los técnicos del Conicet contra Cavallo, en el derrumbe de la Franja Morada en la Universidad a manos de las corrientes de izquierda que reivindicaban a los piqueteros y en los crecientes “cacerolazos” en los centros comerciales. La clase media porteña había recorrido el mismo camino que unos años antes habían recorrido las de Santiago del Estero, Cutral Co, Tartagal. (OVIDEO, 2004, p. 232).

Na mesma noite, milhares de pessoas saíram às ruas na cidade de Buenos Aires, caminharam até a sede do Congresso e dali para a *Plaza de Mayo* para rechaçar o estado de sítio. A mesma mobilização ocorria nos principais municípios da Grande Buenos Aires e nas capitais provinciais. O grito da multidão, “*Que se vayan todos*”, se tornou o lema principal da rebelião popular conhecida como *Argentinazo*.

A imprensa burguesa argentina qualificou este acontecimento como uma manifestação pacífica. No entanto, a repressão policial com gases lacrimogênicos, prisões, feridos e mortos desmentem as manchetes dos meios de comunicação. Os manifestantes, por sua vez, não se dispersaram nem mesmo sob o anúncio da renúncia do Ministro da Economia, Domingo Felipe Cavallo.

Sem registros de saques, os manifestantes atacaram estabelecimentos que simbolizavam o grande capital como os bancos. A rebelião se estendeu até a noite do dia 20 de dezembro, quando De la Rúa renunciou e deixou um saldo de três mil manifestantes presos, 33 mortos e centenas de feridos.

O contexto de intenso conflito social e o estágio de organização em que se encontravam os agrupamentos piqueteiros, possibilitou a estes sujeitos se constituírem como interlocutores entre os setores populares e os representantes políticos. A CCC e a FTV (*Federación Tierra, Vivienda y Hábitat*) foram recebidas na



Casa Rosada pelo governo transitório de Rodríguez Saá<sup>28</sup> que concedeu 120 mil novos planos sociais para as províncias, organizações sociais e piqueteiras.

Pode-se dizer que após as Assembleias Nacionais, o movimento piqueteiro passa por um período de “transição” da radicalidade ao refluxo de suas ações mais combativas: o governo Duhalde inicia este processo ao enfraquecer a radicalidade do movimento com sua política repressiva e atinge seu ápice com a cooptação de várias organizações sob o governo Kirchner.

Até a crise de governabilidade com a queda de De la Rúa, boa parte do movimento piqueteiro e alguns setores sociais compartilhavam do rechaço aos governantes e às políticas econômicas implantadas. Com a assunção de Néstor Kirchner, o quadro político e a correlação de forças se alteram: além de ter criado uma grande expectativa sobre amplos setores sociais, representou um realinhamento das organizações piqueteiras. Diferentemente de seus antecessores, as suas políticas se voltaram, em grande medida, para a cooptação de parte do movimento piqueteiro mais próximo ideologicamente e, ao mesmo tempo, para a desarticulação dos que despontavam no cenário nacional por sua radicalidade. Em outras palavras, observou-se a institucionalização e integração dos agrupamentos que se identificavam com a ideologia nacional-populista e daqueles que buscavam um retorno aos tempos do justicialismo. Com isso, conseguem uma posição privilegiada na distribuição dos planos sociais:

Estas agrupaciones reciben hoy un tratamiento privilegiado de parte del gobierno nacional y han sido beneficiadas por algunos de los nuevos programas sociales, entre ellos el Plan Arraigo y Manos a la Obra, que contempla la construcción de viviendas y el financiamiento de emprendimientos productivos. (SVAMPA; PEREYRA, 2004, p. 213).

Com relação às organizações opositoras, Kirchner tentou, principalmente se utilizando dos meios de comunicação, criminalizá-las com o argumento de que era preciso reestabelecer a “normalidade institucional”. Como se estes movimentos, em função de seus métodos de luta, estivessem contra o regime democrático. Afirmando isso, Kirchner foi vitorioso: legitimada sua premissa, a repressão aos movimentos sociais aumentou e os protestos sociais não contavam

---

<sup>28</sup> Em meio à crise de governabilidade com a queda de De la Rúa, o governo de Rodríguez Saá teve duração de apenas sete dias.

mais com amplo apoio popular. Para os setores que não se deixaram levar por seu discurso, a contradição estava às claras: um governo que se apresentava como defensor dos direitos humanos reprimindo violentamente os movimentos que se opunham a ele.

#### 2.4 A SAÍDA ASSISTENCIALISTA PARA O DESEMPREGO: OS PLANOS SOCIAIS

A segunda metade da década de 1990 é caracterizada pelas tentativas, por parte do governo, de criar estratégias de contenção dos protestos sociais. A saída fora a implantação de programas emergências que dessem conta de inserir – de maneira extremamente precária – a grande massa excluída do mercado de trabalho. Assim, o Estado passa a fornecer subsídios como os *Planes Trabajar* (implantado pelo Estado nacional), e *Plan Barrios Bonaerenses* (implantado pelo governo de Eduardo Duhalde em Buenos Aires). Mas, a própria *Nueva Ley de Empleo* (lei 24.013), de 1991, já era uma das estratégias de contenção social uma vez que o próprio Estado reconhecia a necessidade – para o capital – da flexibilização do contrato de trabalho. (SVAMPA; PEREYRA, 2004).

Os *Planes Trabajar*, implantados a partir de 1996, tiveram três versões. Eram subsídios cedidos em troca de prestação de serviços e os beneficiários poderiam fazer parte do programa por um período de quatro a seis meses, recebendo quatro pesos por dia no período de capacitação e oito pesos diários no período restante. Com isso, o governo conseguia maquiar o índice de desemprego, uma vez que os envolvidos no programa eram considerados trabalhadores empregados, mesmo tendo data marcada para perdê-los, além da remuneração muito abaixo do salário mínimo. Nas pesquisas de ocupação e desocupação, os trabalhadores que já não saem em busca de emprego por não terem mais nenhuma perspectiva de consegui-lo, não são considerados como desempregados:

Como toda medición de desempleo, especialmente en épocas de alta desocupación, estos registros minimizan el problema ya que no se considera 'desocupado' a aquel trabajador que dejó de buscar empleo porque ha perdido las esperanzas de encontrarlo. Más tarde, cuando se implanten los 'planes de empleo' ('plan Trabajar' y otros), las estadísticas no considerarán como 'desocupado' a quien los reciba (lo cual es, naturalmente, un artilugio ya que recibe los 'planes' precisamente porque está desocupado). (OVIEDO, 2004, nota 15, p. 19).

O *Plan Barrios Bonaerenses* pode ser considerado uma versão provincial dos *Planes Trabajar*, mas sua remuneração ia de 200 a 400 pesos, dependendo do tipo de trabalho desenvolvido e a possibilidade de renovação era maior.

De toda forma, com estas medidas assistencialistas, Menem se empenhou, por um lado, em mascarar as altas taxas de desemprego e, por outro, em conter os protestos sociais. Outro ponto a ser ressaltado é que, mesmo estes planos sociais fazendo parte de uma estratégia do governo, eles não foram cedidos sem a luta dos trabalhadores nas ruas com os *cortes de ruta*, onde reivindicavam determinado número de subsídios e, na maioria das vezes, conquistavam um número bem menor.

A entrada do governo da *Alianza* foi um importante marco para as organizações de desempregados. Embora tenha mantido a política assistencialista de distribuição de planos sociais, passou a transferir parte desses planos para o gerenciamento das próprias organizações ao mesmo tempo em que exigia a sua institucionalização. Por outro lado, esta transferência proporcionou maior autonomia na utilização dos recursos ao movimento e serviu de impulso para a sua expansão.

O gerenciamento de tais subsídios, por parte das organizações, foi um atrativo para muitos desempregados que integravam o movimento piqueteiro apenas por seu caráter assistencialista. Muitas organizações tiveram de redefinir os seus critérios de distribuição dos planos sociais, vinculando-os à participação nas assembleias, marchas, protestos, *cortes de ruta* etc. Mesmo assim, o desafio era enorme: conscientizar esses militantes de que a luta do movimento devia superar o âmbito econômico imediato, embora nem todas conseguissem superar essa escala de luta.

Esta "institucionalização" das organizações não significou, de imediato, uma diminuição das ações diretas. O número de subsídios cedidos no

governo de Fernando De la Rúa diminuiu substancialmente, o que elevou o número de manifestações em torno dos planos sociais:

Según los datos del Ministerio de Trabajo, de los 89.665 beneficiarios que tenían en todo el país los planes Trabajar II y III en octubre de 1999, sólo quedaban 29.066 en mayo de 2000, momento en el que dicha cantidad comienza a aumentar nuevamente. Entre mayo de 2000 y enero de 2001 la cantidad de planes se incrementó considerablemente, aunque nunca volvieron a repetirse cifras como las de 1999 y menos aún los más de 200 mil planes que estaban vigentes en octubre de 1997. (SVAMPA; PEREYRA, 2004, nota 68, p. 96-97).

As organizações continuaram a utilizar os *cortes de ruta* como estratégia para conquistarem e ampliarem os planos sociais. Duhalde, com o objetivo de frear as lutas sociais, universalizou o plano *Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* e retirou a autonomia das organizações. Néstor Kirchner manteve a mesma postura de seu antecessor e, mais do que isso, aprofundou-a. Seu governo foi marcado pelos cargos políticos criados para os líderes piqueteiros aliados. Isso fez com que os piqueteiros kirchneristas tivessem acesso privilegiado aos planos, em detrimento das organizações opositoras ao governo.

Cristina Kirchner também mantém a mesma postura: cooptar o movimento social e diminuir sua relativa autonomia frente ao Estado. Em agosto de 2009, lançou o *Plan Argentina Trabaja* e prometeu 100 mil postos de trabalho em cooperativas de Buenos Aires, deixando de fora as organizações piqueteiras.

Os planos sociais representavam para muitas famílias piqueteiras uma forma de manter sua subsistência básica, mas, para a organização, a autonomia ficava comprometida. Os projetos produtivos e as cooperativas de trabalho encontravam grandes entraves em relação à obtenção de matérias-primas, instrumentos de produção, capacitação profissional e, sobretudo, às vendas, pois, evidentemente não conseguiam competir com o capital e passavam a depender do consumo estatal. Mais uma vez, aumentava a dependência do Estado, tanto na gestão e produção, quanto no consumo.

## 2.5 PANORAMA DAS ORGANIZAÇÕES PIQUETEIRAS

### 2.5.1 Formas de Organização e Estratégias de Luta

As primeiras ações instauradas na década de 1990 não tinham a estrutura organizativa que os piqueteiros apresentam hoje. Talvez tenham sido mais espontâneas, expressões de revolta ou vingança dos mais atingidos pela crise econômica. Os principais alvos dos protestos eram o governo e a política econômica.

A partir de 1997, eles passaram a ser mais politizados, com estratégias de luta melhor definidas, como a utilização consciente de *cortes de ruta* para impedir a circulação de mercadorias, na impossibilidade de pararem a sua produção. Os *cortes de ruta* se mostraram uma estratégia de luta tão eficiente na década de 1990, que foram executados não só pelos desempregados, mas por outros setores sociais, como os pequenos e médios proprietários<sup>29</sup>.

A partir do governo Kirchner, muitas das organizações deixaram de utilizar este método que consagrou o movimento piqueteiro e passaram a fazer manifestações e passeatas sem o bloqueio de rodovias. A justificativa dos “governistas” era que o cenário político havia se alterado e, com isso, suas estratégias de luta também tinham mudado. Só não podemos nos esquecer de que a diminuição dos *cortes de ruta* também esteve vinculada à criminalização do movimento, que fez com que perdesse parte do apoio outrora recebido por diversos setores sociais.

No que concerne às estratégias para superar as dificuldades enfrentadas num contexto de crise econômica, as organizações têm encontrado basicamente as mesmas soluções: a gestão de projetos produtivos, traduzidos em cooperativas de trabalho que se mantêm com os subsídios estatais e cuja produção está destinada ao consumo interno, ao Estado e, em menor medida, ao mercado.

Em relação às formas de organização interna, o território é a base<sup>30</sup> com as comissões de bairros e os delegados locais. Desenvolvem reuniões

<sup>29</sup> Sobre este assunto, ver Carrera e Cotarelo (1998).

<sup>30</sup> O que tornou comum a expressão “a fábrica é o bairro” entre diversos estudiosos do movimento piqueteiro. Entre as organizações, uma das formas mais comuns de denominação são os MTDs – (*Movimiento de Trabajadores Desocupados*), pequenos núcleos organizados territorialmente. A sigla MTD é seguida do nome do bairro onde estão localizados, sendo que a característica em comum entre os diversos MTDs é a condição de desempregados, não tendo necessariamente as mesmas concepções políticas e ideológicas, embora

regulares, primeiramente nos bairros, onde tiram os pontos que são levados para as assembleias gerais. As decisões são tomadas nestas assembleias, porém aqui se encontra uma linha sinuosa, pois todas as organizações declaram o princípio da horizontalidade na tomada de decisões, mas percebemos que isso não se efetiva em algumas delas, por exemplo, na distribuição hierárquica de cargos na qual os líderes nacionais acabam por ter mais peso do que os delegados locais. Em organizações como o MIJD, o personalismo do líder é tão grande que os militantes passam a falar das conquistas que Raúl Castells obteve, sem reconhecer todo o trabalho do conjunto do movimento.

Encontramos também entre as organizações, comissões de saúde, educação, comunicação e outras, que têm por objetivo sanar as necessidades dos integrantes do movimento e, muitas vezes, da população local que não está diretamente ligada a ele. Neste caso, os agrupamentos não perdem a oportunidade de denunciar o abandono do Estado para com os setores populares, assim como também é uma estratégia para superar as investidas do governo na criminalização do movimento piqueteiro.

### 2.5.2 Objetivos, Alianças Políticas e Concepções de Transformação Social

A maioria das organizações do movimento piqueteiro se autodefine herdeira do movimento operário argentino. Muitos de seus líderes possuem um histórico anterior de luta em partidos e sindicatos. Todavia, em suas bases quase não se encontram militantes com esse histórico.

Algumas das organizações também reconhecem as influências do peronismo, tão fortemente arraigado na cultura política da Argentina. Esta influência pode ser encontrada em muitas organizações que partilham da concepção de que a solução dos problemas das classes trabalhadoras está no estabelecimento de alianças políticas entre o capital e setores populares, com uma maior divisão da riqueza nacional.

Em relação às vinculações políticas e concepção de transformação social, as diferenças são maiores. Neste sentido, traçamos um panorama das diversas organizações, agrupando-as, em um primeiro momento, pelos seus

---

compartilhem muitas das formas de organização. Desde seu surgimento nos anos 1990, vários MTDs já se diluíram.

objetivos e perspectivas políticas e, em seguida, pela concepção de transformação social que defendem<sup>31</sup>.

“Kirchneristas”:

Como o próprio nome sugere, estão diretamente ligados ao governo atual (Néstor Kirchner/Cristina Kirchner). Nacionalistas e populistas, defendem que a resolução dos problemas do povo argentino está no estabelecimento de alianças entre o capital e os setores populares organizados em partidos, sindicatos e movimentos sociais. O apoio ao governo resultou na conquista de cargos oficiais, como foi o caso de Luís D’Elía da FTV (subsecretário de *Tierras para el Hábitat Social*, órgão criado para ele); Roberto Baigorria de *Barrios de Pie*<sup>32</sup> (funcionário do Ministério de Desenvolvimento Social); e Emílio Pérsico do MTD Evita (vice-chefe do gabinete bonaerense do governador Felipe Solá). Estas posições estratégicas também permitiram às organizações “kirchneristas” maior controle sobre os planos sociais e subsídios cedidos pelo Estado.

---

<sup>31</sup> Em função das mudanças conjunturais e o constante movimento de fusão, cisão e dissolução das organizações piqueteiras, é necessário ressaltar que o panorama que apresentamos aqui vai até 2007, período em que nos dedicamos ao estudo do movimento em geral. A partir desse ano, debruçamo-nos apenas sobre a FPDS. As terminologias aqui propostas são apenas de caráter ilustrativo. As organizações que não apresentam informações no campo “Vinculação Política” é porque o seu surgimento não está diretamente atrelado a nenhuma outra organização, conforme informações obtidas em nosso trabalho de campo.

<sup>32</sup> Atualmente, a organização se afastou do governo e assumiu uma postura mais combativa.

**Quadro 1 – Organizações Piqueteiras Kirchneristas (até 2007)**

ORGANIZAÇÃO	VINCULAÇÃO POLÍTICA
<i>Barrios de Pie</i>	Inicialmente vinculada ao <i>Patria Libre</i> – organização nacionalista de esquerda de forte inspiração populista. Integra o <i>Movimiento Libres del Sur</i> – organização nacionalista revolucionária.
<i>Federación Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)</i>	Organização peronista, vinculada à <i>Central de Trabajadores Argentinos (CTA)</i> .
<i>Frente Barrial 19 de Diciembre</i>	Organização nacionalista de esquerda, vinculada ao <i>Movimiento Libres del Sur</i> .
<i>Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD) Evita, Resistir y Vencer</i>	Vinculado ao Partido Justicialista (PJ).
<i>Corriente Nacional y Popular 25 de Mayo</i>	-
<i>Agrupación 26 de Julio</i>	-
<i>Frente de Desocupados Eva Perón</i>	-

Fonte: Svampa e Pereyra (2004); Almeyra (2004). Elaboração própria.

### Os “brandos”<sup>33</sup>:

Trata-se das organizações críticas ao governo de Néstor Kirchner, porém, não diretamente ao modo de produção capitalista. Defendem que a solução dos problemas econômicos está na maior repartição da riqueza socialmente produzida (maior igualdade de consumo) e no pagamento “justo” pelas horas trabalhadas, ou seja, trata-se, no fundo, da “humanização” do modo de produção capitalista. Suas principais reivindicações giram em torno do trabalho com registro em carteira e contribuição de benefícios, além de planos sociais e subsídios do Estado.

<sup>33</sup> Os “brandos” e “duros”, que veremos a seguir, são classificações utilizadas por Almeyra (2004), porém, nem todas as organizações definidas pelo autor foram mantidas por nós.



**Quadro 2 – Organizações Piqueteiras “Brandas” (até 2007)**

ORGANIZAÇÃO	VINCULAÇÃO POLÍTICA
<i>Agrupación 17 de Julio</i>	-
<i>Bloque Obrero y Popular (BOP)</i>	-
<i>Frente de Desocupados Unidos (FOU)</i>	-
<i>Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD)</i>	-
<i>Movimiento de Trabajadores por la Dignidad de Cipolletti</i>	-
<i>Movimiento de Unidad Popular (MUP)</i>	-
<i>Movimiento Sin Trabajo (MST)-La Matanza</i>	-
<i>Movimiento Territorial de Liberación (MTL)</i>	Vinculado ao Partido Comunista Argentino e à <i>Central de Trabajadores Argentinos (CTA)</i> .
<i>MTD “Maximiliano Kosteki” de Guernica</i>	-
<i>MTD 17 de Julio</i>	-
<i>MTD 1º de Mayo de Parque Patricios, Floresta e Mataderos</i>	-
<i>MTD 23 de Julio de Allen, Neuquén</i>	-
<i>MTD Berazategui</i>	-
<i>MTD Claypole</i>	-
<i>MTD Florencio Varela</i>	-
<i>MTD Ituzaingó</i>	-
<i>MTD La Boca</i>	<i>Ex-Barrios de Pie.</i>
<i>MTD Mataderos</i>	<i>Ex-Barrios de Pie.</i>
<i>MTD Moreno</i>	-
<i>Unión de Trabajadores Desocupados (UTD)</i>	-
<i>Unión de Trabajadores Desocupados, Ocupados y Changanines (UTDOCH)</i>	Integram o <i>Bloque Obrero y Popular (BOP)</i>
<i>Unión de Trabajadores Piqueteros (UTP)</i>	-

Fonte: Svampa e Pereyra (2004); Almeyra (2004). Elaboração própria.

Os “duros”:

Os “duros” são críticos do capitalismo e consideram que a superação do mesmo ocorreria com a tomada do poder pela classe trabalhadora. Não recusam os subsídios do Estado e, como outras organizações, utilizam-nos para a gestão de suas cooperativas, embora enfatizem a luta pelos postos de trabalho. Entre as suas principais reivindicações estão a redução da jornada de trabalho e o aumento dos salários. Defendem a tomada do poder de Estado e privilegiam as ações de massa na tentativa de abarcar setores sociais cada vez mais amplos na luta contra o capitalismo e o imperialismo.

**Quadro 3 – Organizações Piqueteiras “Duras” (até 2007)**

<b>ORGANIZAÇÕES</b>	<b>VINCULAÇÃO POLÍTICA</b>
<i>Corriente Clasista y Combativa (CCC)</i>	Vinculada ao Partido Comunista Revolucionário (PCR)
<i>Coordinadora de Unidad Barrial (CUBA)</i>	Vinculada ao <i>Partido Revolucionário de la Liberación</i> (marxista-leninista). Estabeleceu aliança com um setor do MTR.
<i>Frente de Organizaciones en Lucha (FOL)</i>	Ex- CTD Aníbal Verón.
<i>Frente Único de Trabajadores Desocupados y Ocupados (FRUTraDeyO)</i>	Ex- <i>Partido Obrero</i> (PO).
<i>Movimiento 29 de Mayo</i>	Define-se como marxista.
<i>Movimiento Sin Trabajo (MST)-Teresa Vive</i>	Vinculado ao <i>Movimiento Socialista de los Trabajadores</i> (MST), de perspectiva trotskista.
<i>Polo Obrero (PO)</i>	Diretamente vinculado ao <i>Partido Obrero</i> , de perspectiva trotskista.
<i>Unidad y Lucha</i>	-
<b><i>Bloque Piquetero Nacional</i></b>	
<i>Federación de Trabajadores Combativos (FTC)</i>	Vinculada ao <i>Movimiento al Socialismo</i> (MAS). Define-se como trotskista.
<i>Movimiento Teresa Rodríguez (MTR)</i>	Definem-se como marxistas de tendência guevarista.
<i>Unión de Trabajadores en Lucha</i>	-

**Fonte:** Svampa e Pereyra (2004); Almeyra (2004). Elaboração própria.

“Autonomistas” e “Autonomizantes”<sup>34</sup>.

Críticos das formas tradicionais de organização do proletariado (partidos e sindicatos), apresentam-se como anticapitalistas e consideram que as lutas pela emancipação humana passam pela construção de novas relações sociais e de novas subjetividades. Horizontalidade, autonomia, democracia direta e independência de partidos e sindicatos são os seus princípios norteadores. A assembleia é a principal forma de tomada de decisão; rejeitam a utilização do termo “líder” e preferem, em seu lugar, o de “referente”. Os “referentes” atuam como porta-vozes do movimento. Da mesma forma que em outras organizações, dependem dos subsídios do Estado para os seus projetos produtivos<sup>35</sup>.

Em relação à composição social, os diversos agrupamentos piqueteiros não se diferenciam substancialmente. Entre eles, diferentes setores sociais compartilham da precarização e pauperização de suas condições de vida, geradas pelas políticas econômicas à favor do capital.

As formas de organização e as estratégias de luta também são semelhantes: constituem-se em âmbito territorial. Algumas das organizações, por sua expressividade, têm visibilidade nacional e encontraram nas cooperativas de trabalho, mantidas com o subsídio estatal, a forma de garantir a subsistência de seus integrantes.

No que diz respeito à transformação social, elas estão divididas entre as que acreditam na possibilidade de um capitalismo mais humano, com maior repartição da riqueza nacional e as que acreditam na necessidade da superação do capitalismo. Dentro deste quadro é que nos propomos a discutir teórica e politicamente o papel dos “autonomistas” e “autonomizantes”, uma vez que fazem críticas às tradicionais formas de organização da classe trabalhadora (partidos e sindicatos) e, ao mesmo, se apresentam anticapitalistas.

Se a composição social é um elemento praticamente comum às diversas organizações, a maioria tem pautado suas lutas pela reposição das necessidades imediatas de seus integrantes. Mesmo os “duros”, que apresentam um discurso voltado para a superação do capitalismo, têm dificuldades para estabelecer

<sup>34</sup> Os “autonomistas”, que tem por expressão o MTD Solano, são influenciados pelas ideais de John Holloway e a consigna “mudar o mundo sem tomar o poder”. Os “autonomizantes” não compartilham dessas ideais, mas compartilham dos princípios autonomizantes descritos.

<sup>35</sup> O panorama dessas organizações será apresentado no 3º capítulo, uma vez que dele faz parte a FPDS, o objeto de nossa pesquisa.

estratégias que contribuam para a efetivação de um plano político alternativo e que perpassa a luta por questões mais imediatas, como os planos sociais.

Não desconsideramos, obviamente, a situação draconiana que estes sujeitos estão submetidos, cuja primeira reivindicação não pode ser outra a não ser a de saciar a fome. Sendo assim, não negamos que, neste contexto, a luta para suprir necessidades imediatas é importante. Todavia, o desafio que se coloca para diversas organizações é superar o plano imediato e avançar para o mediato. Também não desconsideramos que aquilo que se apresenta como “imediato” em um determinado momento não guarda potencial de luta de longo prazo. Isso depende de vários fatores, entre os quais a disposição político-ideológica destes sujeitos, a capacidade de mobilização das organizações, o papel do Estado em frustrar a revolução social etc.

No entanto, são poucos os movimentos piqueteiros com disposição de ir ao cerne dos problemas enfrentados. E mesmo nos cursos de formação política de suas bases sociais sem militância anterior alguma, o desvendamento das relações sociais ocultadas pelo Estado burguês é colocado em segundo plano por boa parte das organizações, o que fortalece o seu caráter assistencialista, especialmente nos corações e mentes daqueles que se vincularam com o objetivo principal de ter acesso aos planos sociais.

Talvez o maior problema encontrado pelo movimento piqueteiro tenha sido a sua própria fragmentação. Ao focarem nas reivindicações econômicas, parece-nos que caminham em direção ao “corporativismo”, impedindo-as de estabelecerem alianças mais sólidas entre si. Estas, quando ocorrem, ficam relegadas a momentos mais específicos, quando a conjuntura e a reivindicação necessitam de uma maior visibilidade do movimento. Mas, no geral, após as assembleias nacionais – que representaram um momento de alinhamento e unificação de diversas organizações - e o realinhamento do movimento, as ações são feitas isoladamente mesmo que apresentem substancialmente as mesmas reivindicações.

Atualmente, muitas das organizações se diluíram e as que restaram deixaram de utilizar o seu principal método de luta, os *cortes de ruta* que deram origem ao termo “piqueteiro”. Como vimos, os bloqueios de vias de acesso davam muita visibilidade às condições de vida dos setores populares e às contradições sociais da sociedade capitalista. Mas, com o “reaquecimento” da economia e com a

diminuição relativa do desemprego no governo de Néstor Kirchner, quando comparado aos anos 1990 e início dos 2000, o refluxo do movimento se tornou evidente.

Este quadro nos leva à indagar qual será o destino do movimento piqueteiro, especialmente do que sobrou dele. Será que este refluxo aponta o seu fim definitivo ou para uma reinvenção da organização?

Embora não temos respostas definitivas e não nos propomos a uma análise futurista, justifica-se uma investigação sobre a Frente Popular Darío Santillán (FPDS) exatamente por que surge no período em que o movimento piqueteiro sofre seu pior golpe, sob o governo Duhalde que provoca o início do realinhamento das organizações. Nesse sentido, parece-nos que a FPDS é resultado dessa tentativa de rearticulação de alguns setores frente às políticas de cooptação e repressão do Estado.

### 3 REINVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN

Nesse capítulo nos debruçaremos sobre a experiência da FPDS, buscando compreender sua composição social, suas formas de organização e plataforma política, seus antecedentes históricos e o que compreende por “poder popular”, sua principal bandeira de luta. Mas, antes de mergulharmos na sua experiência, é necessário delimitarmos alguns pressupostos teóricos que norteiam nossa análise.

O primeiro deles contraria as teorias dos “novos movimentos sociais” que têm como uma das características a negação da centralidade da luta de classes<sup>36</sup>. Nosso esforço nesse trabalho será compreender a organização em questão a partir de uma leitura marxista que prima pela centralidade das classes sociais e da luta de classes. Embora haja lacunas na teoria marxista dos movimentos sociais, talvez em função de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, entre outros, terem priorizado os partidos e sindicatos próprios do movimento operário fabril, esse é um desafio que deve ser assumido na atualidade. Longe de querermos esgotar o tema, pretendemos apenas oferecer uma pequena contribuição ao debate.

Inicialmente partimos do conceito de classe social: pressupomos que as relações de produção são determinantes, porém, insuficientes para a constituição das classes sociais.

As relações de produção são o campo concreto do antagonismo entre os produtores diretos não proprietários (proletários) e os não produtores proprietários dos meios de produção (burguesia). No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels ressaltaram esse confronto em função dos produtores não usufruírem da riqueza social produzida por eles e apropriada pelos não produtores. No entanto, eles já apontavam a importância da organização política no processo de constituição do proletariado em classe. Segundo os autores, o proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Assim que nasce, inicia sua luta contra a burguesia. Primeiro operários isolados empenham-se nessa luta; depois, inicia-se a luta de operários de uma mesma fábrica e alonga-se para operários de um mesmo ramo de indústria, de uma mesma região. É nessa fase que

---

<sup>36</sup> Podemos citar diversos autores, entre eles Alain Touraine (1982) e John Holloway (2003).

constituem o “proletariado massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência”. (s/d, p. 28).

Com o crescimento da indústria, cresce também o número de proletários concentrados em massas, o que os fortalece e os faz adquirir maior consciência de sua existência enquanto classe, já que compartilham interesses, condições de vida, os mesmos salários baixos. Daqui, surgem as primeiras associações de proletários contra os burgueses e em defesa de seus salários cada vez mais instáveis devido às frequentes crises comerciais. As lutas sociais até então mais isoladas, transformam-se em motins.

O proletariado nasce do próprio desenvolvimento da burguesia e se constitui em classe nas inúmeras tentativas de organização política autônoma. Enquanto “proletariado massa”, toma consciência de que não está só, compartilha das mesmas condições de vida e da mesma posição nas relações de produção, passando a se organizar politicamente. Ainda, é essa organização política que constitui, efetivamente, o proletariado em classe.

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, ao analisar as dificuldades do campesinato francês para se constituir em classe social autônoma, Marx (1988) nos apresenta mais elementos para definição de classe social para além das relações de produção, embora não as desconsidere:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos de outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (p. 75).

Nesse sentido, podemos extrair que para a constituição da classe, não é suficiente compartilhar das mesmas condições de vida e da mesma posição nas relações de produção, mas sim, é necessário que essas similitudes sejam capazes de criar laços e uma organização que se oponham aos interesses de outras classes sociais. As disputas entre os interesses divergentes dessas classes as colocam em luta. Assim, aqui traçamos a nossa segunda premissa, a de que as classes sociais não se definem exclusivamente pelas suas posições no processo de produção, mas também na luta de classes. (POULANTZAS, 1977).

Isso explicita as duas esferas que compõem as relações de produção capitalista: a da exploração e a da dominação. Segundo Miliband (1999), as relações de dominação permitem as relações de exploração. As classes dominantes só conseguem explorar e se apropriar da mais-valia porque, além da propriedade dos meios de produção, também detêm o seu controle, assim como dominam o Estado e os meios de produção de consenso social.

Se as classes sociais se constituem na luta de classes, se a exploração e a dominação delimitam o campo de interesses entre os sujeitos em oposição, ao analisarmos a atuação dos movimentos sociais podemos fazê-la dentro da estrutura de classes existente no capitalismo contemporâneo, pois os conflitos e interesses que tais movimentos manifestam estão intimamente relacionados aos efeitos da exploração e da dominação. Nesse sentido, concordamos com as proposições apresentadas por Galvão (2010):

[...] é possível relacionar a eclosão desses movimentos à posição de classe de seus participantes. A relação entre classes e movimentos sociais pode ser apontada pelo analista, ainda que este elemento não apareça claramente no discurso dos movimentos (que podem não se ver como um movimento de classe, nem considerar suas demandas como demandas de classe – e sim culturais; identitárias, como afirmam as teorias dos novos movimentos sociais e do reconhecimento. [...]

[...] os movimentos sociais não são necessariamente uniclassistas, mas pluriclassistas (ou policlassistas), já que estamos considerando classes em sentido amplo, incluindo classes médias e camponesas no âmbito das lutas dos trabalhadores. Como as classes não são homogêneas, os movimentos também não o são, nem do ponto de vista de sua composição, nem de suas demandas. (p. 7)

[...] embora nem todo conflito se reduza ao conflito de classe, ‘todo movimento social em sua especificidade mesma, não pode ser compreendido sem que seja considerado a centralidade da oposição capital/trabalho no seio das sociedades contemporâneas’ [...], centralidade essa que ultrapassa as fronteiras da empresa [...]. Trata-se, pois, de pensar a possibilidade estrutural da ação coletiva, ‘as articulações e as sobreposições entre os conflitos do trabalho e os mais transversais’ [...]. (p. 13).

Feitas estas breves considerações teóricas, procuramos analisar a FPDS tendo em conta a estrutura social argentina desde meados dos anos 1970, uma vez que ela foi redesenhada pela ditadura militar ao imprimir-lhe uma nova configuração social, política, ideológica e econômica. Este processo afetaria, nos anos 1990 e 2000, as resistências à dominação burguesa, quando eclode no país



uma nova forma de luta: o movimento piqueteiro, organizado basicamente fora do “chão de fábrica”, quer dizer, a partir dos bairros populares situados na Grande Buenos Aires e em outras regiões do país. Portanto, ao analisarmos essa estrutura, compreenderemos melhor quais são as classes que compõem esse movimento.

### 3.1 ESTRUTURA SOCIAL ARGENTINA E A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO PIQUETEIRO

Demonstramos no primeiro capítulo que até a década de 1950, o modelo de acumulação predominante na Argentina foi o da industrialização por substituição de importações. Esse modelo propiciou a incorporação de grandes massas da população à relação capital-trabalho. Com seu esgotamento, desembocamos no neoliberalismo que traz como consequência para o conjunto da classe trabalhadora a perda de direitos historicamente conquistados, aumento da jornada de trabalho, redução salarial, maior precarização de suas condições de trabalho e, conseqüentemente, de reprodução social. O desemprego atinge a sua máxima histórica, há um aumento da pauperização e da miséria. Paralelamente, a riqueza e a propriedade privada são cada vez mais centralizadas em poucas mãos.

Como uma caracterização geral, podemos dizer que a Argentina é um país capitalista dependente cujas relações de produção nestes moldes se estendem por todo o seu território, onde o proletariado é a classe social mais numerosa. Com um desenvolvimento precoce das relações de produção capitalistas – em relação a outros países da América Latina -, já no final do século XIX, mais da metade de sua população era constituída predominantemente por proletários e/ou semiproletários. (CARRERA, 2010). E mesmo apresentando um desemprego estrutural, o processo de proletarização não diminuiu como demonstra a tabela abaixo:

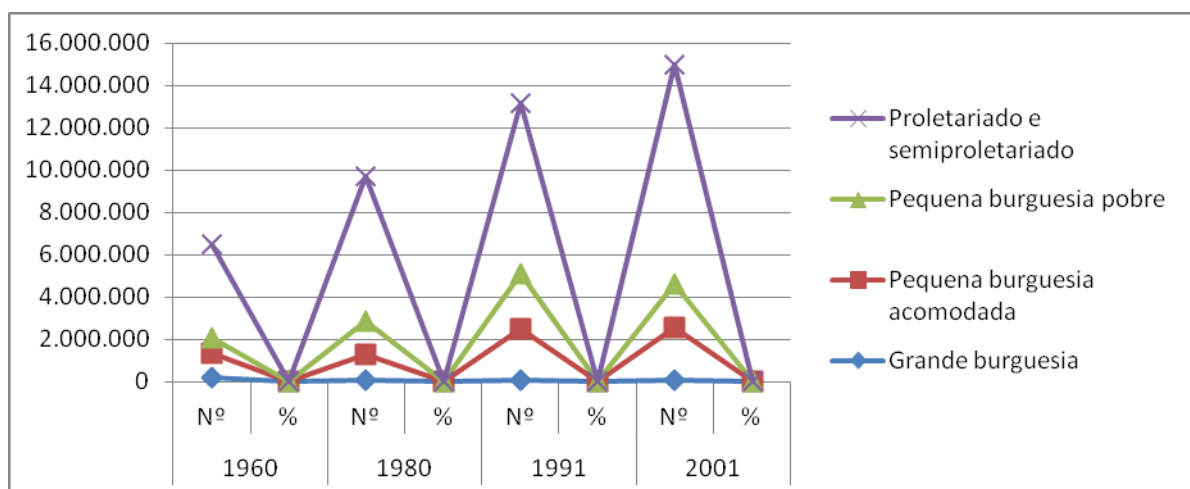
**Tabela 1 – Argentina. Os grupos sociais fundamentais (1960-2001)**

	1960		1980		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Grande burguesia</b>	182.871	2,8	64.018	0,7	65.863	0,5	71.466	0,5
<b>Pequena burguesia acomodada</b>	1.162.983	17,9	1.254.174	12,9	2.444.897	18,6	2.475.828	16,5
<b>Pequena burguesia pobre</b>	715.158	11	1.573.905	16,2	2.566.921	19,5	2.103.069	14
<b>Proletariado e semiproletariado</b>	4.447.935	68,3	6.820.040	70,2	8.100.692	61,5	10.356.575	69
<b>Total distribuído</b>	6.508.947	100	9.712.137	100	13.178.373	100	15.006.938	100
<b>Não classificável</b>	915.577		424.785		23.827		257.845	
<b>Total</b>	7.424.524		10.136.922		13.202.200		15.264.783	

Fonte: Carrera (2010, p. 304).

A partir de dados dos Censos Nacionais de População, Carrera (2010) faz uma distribuição da população economicamente ativa em grupos sociais por sua posição (propriedade) e função, substituindo categoriais censuais por conceituais. Com isso, busca demonstrar o desenvolvimento do processo de centralização, pauperização e proletarização na sociedade argentina. A parcela identificada como “não classificável” diz respeito àqueles grupos aos quais não foi possível definir segundo critérios teóricos<sup>37</sup>.

Abaixo, podemos visualizar melhor a pirâmide social argentina entre 1960 e 2001:

**Gráfico 1 – Os grupos sociais fundamentais na Argentina (1960-2001)**

Fonte: Carrera (2010). Elaboração própria.

<sup>37</sup> Sobre a metodologia utilizada pelo autor, ver Carrera e Podestá (1985).

Com esses dados, percebemos o processo de concentração da riqueza. Entre 1960 e 2001, a grande burguesia diminuiu 2,3%, sendo a queda mais expressiva no período entre 1960 e 1980, que coincide com o período de crise do modelo de acumulação pautado na industrialização por substituição de importações e a implantação do modelo neoliberal. Em 2001, ela representa menos de meio por cento da população argentina.

Se considerarmos a pequena burguesia em seu conjunto, percebemos uma tendência ao empobrecimento. A pequena burguesia empobrecida aumenta significativamente entre 1960 e 1991, diminuindo em 2001, no entanto, permanecendo quase o dobro do que na década de 1960. Já a pequena burguesia “acomodada”<sup>38</sup> sofre uma maior queda no período entre 1960 e 1980, elevando-se novamente e finalizando o período com porcentagens próximas às da década de 1960. Sobre esse grupo social, Carrera (2010) aponta que uma parte importante e crescente (principalmente profissionais e professores) se encontra em relações salariais:

[...] en 1960 el 61% de los agrupados en la pequeña burguesía acomodada eran ‘pequeños y medianos patrones’, proporción que disminuyó a 42% en 1980 y 27% en 2001, mientras que los ‘Intelectuales en funciones auxiliares asalariados’ crecieron desde 31% en 1960 a 41% (1980) y 58% (2001). (p. 304).

O proletariado e o semiproletariado, mesmo não agregando a porção da pequena burguesia em processo de proletarização, é o grupo mais expressivo da sociedade argentina, representando cerca de 70%. Entre 1960 e 2001, ele mais que duplicou de tamanho com exceção de 1991, onde apresenta uma forte queda. Carrera (2010) explica que isso pode estar relacionado com o fato de que o censo registrou como “trabalhadores por conta própria” um volume importante de trabalhadores que se encontravam em relações salariais encobertas, além de uma mudança no Classificador de Ocupações; também pode significar a manifestação de um momento de passagem (crise) até a consolidação da nova estrutura econômica da sociedade.

Analisando as mudanças dentro do proletariado, Carrera (2010) aponta que em 1980 o proletariado industrial representava 21,4% da classe. Se

<sup>38</sup> Conceito utilizado por Carrera (2010), diz respeito à pequena burguesia inserida de forma mais “privilegiada” no processo de acumulação capitalista, posições como cargos de chefia ou intelectuais.

considerarmos os assalariados do ramo industrial (nem todos são operários) – como indústria manufatureira, minas, eletricidade, gás e água, transporte, armazenamento e comunicações – temos que até 1990 essa fração da classe cresceu levemente em termos absolutos, e desde a década de 1990 perderam grande parte do seu número, coincidindo com o processo de privatização desses setores: “En 1960 eran 1.907.862, en 1980 2.065.501, en 1991 2.907.263 y en 2001 1.530.075. Observado en relación con su peso dentro del conjunto de asalariados ocupados resulta más evidente la caída constante (36,7%, 28,9%, 26,3% y 20%)”. (p. 305).

Se compararmos essa fração com o total de assalariados empregados e desempregados em 2001, o seu peso é ainda menor, representando 12,7% da classe. Esses dados mostram que há uma diminuição significativa e progressiva do proletariado industrial enquanto crescem outras camadas da classe trabalhadora, principalmente a sobrepopulação excedente.

Em *O Capital*, ao tratar da Lei Geral de Acumulação Capitalista, Marx (1985) demonstra que a sobrepopulação excedente não é um fenômeno, mas parte integrante do movimento de acumulação capitalista. Essa sobrepopulação se manifesta de três formas: líquida, latente e estagnada. A primeira está ligada ao desemprego, um movimento que oscila entre atração e repulsão dos trabalhadores conforme as necessidades do capital. A segunda se refere ao processo de migração dos trabalhadores rurais para as cidades em busca de trabalho. A última é composta pelo setor mais precarizado da classe trabalhadora, que vive em condições inferiores à média dos trabalhadores e que deve ser diferenciada do lumpemproletariado que, por sua vez, vive em condições extremas de pobreza.

A sobrepopulação excedente na Argentina foi encoberta na década de 1970 e na primeira metade dos anos 1980 sob diferentes formas, entre elas o emprego estatal: abertura, pelo governo militar, de postos estatais de trabalho como tentativa de reduzir o desemprego e evitar conflitos sociais. No entanto, a partir de 1988 o desemprego cresceu e, embora passasse por períodos de diminuição, principalmente na década de 2000, nunca mais voltou aos índices da década de 1960:

Según la información oficial, la tasa máxima de desocupación abierta entre 1964 y 1987 apenas superó el 6%. En 1988 rompió ese techo histórico y nunca volvió a sus niveles anteriores. Después de un breve intervalo en que rondó entre el 7% y el 9%, volvió a crecer hasta alcanzar el 18,4% en 1995, triplicando así su máximo histórico. Cuando bajó levemente al 13,2% en 1998, lo que fue presentado como un gran triunfo por el gobierno, la tasa de desocupación abierta más que duplicaba el máximo histórico. Desde entonces volvió a subir hasta alcanzar un nuevo máximo oficial, en mayo de 2002, de 21,5%; pero el mismo gobierno reconoció, a comienzos del año siguiente, que la tasa de desocupación abierta alcanzaba a casi una cuarta parte de la población económicamente activa. Después descendió: según las cifras oficiales, en el segundo trimestre de 2005 era de 12,1% (aunque debe tenerse presente que la tasa oficial considera *ocupados* a quienes reciben el subsidio para Jefas y Jefes de Hogar desocupados; si se los considera desocupados la tasa alcanzaba al 15,7% de la PEA); desde entonces siguió descendiendo hasta llegar, en el segundo trimestre de 2007, a 8,5% (excluyendo los subsidiados) y casi el 10% si se incluye a estos entre los desocupados. (CARRERA, 2010, p. 300).

Os planos sociais são outra forma de camuflar a sobrepopulação excedente que vive em condições paupérrimas. Desde a década de 1980, o Estado argentino vem aplicando esses subsídios para manter uma parte da população que já não consegue se reproduzir por meio das relações de trabalho. E essa população vem crescendo desde a década de 1970:

Según datos oficiales, en 1974 solo el 2,6% de los hogares (5,8% de la población) estaba por debajo de la línea de pobreza; en 1980 se encontraba en esa situación el 7,5% de los hogares, y alcanzo el 35,3% en el contexto de la crisis de 1989/1990; descendió hasta 11,9% en 1994 (es decir, entre cuatro y cinco veces más que en los setenta), y volvió a crecer desde 1995. Según datos del INDEC, en octubre de 2001, superaba el 40% de la población (61,3% en el NEA, el 51,4% en el NOA), y en mayo de 2003 eran más de 18.720.000 personas (54,7% de la población); el número de indigentes (que perciben un ingreso que no permite satisfacer las necesidades alimentarias) era de 9 millones (26,3% de la población)". (CARRERA, 2010, p. 307-308).

Outra manifestação da sobrepopulação é constituída pelo subemprego ou subocupação horária (aqueles que trabalham menos de 35 horas semanais, mas querem e precisam trabalhar mais, porém não conseguem). Na década de 2000, Buenos Aires chegou a ter 40% dos trabalhadores sem registro ou no trabalho "en negro", o que significa que estes trabalhadores não tinham proteção legal e viviam em condições de instabilidade e precariedade. (CARRERA, 2010).

A partir de 2003, há mudanças nas políticas de governo que impulsionam a economia, propiciando o crescimento do PIB a taxas de 9% ao ano durante cinco anos seguidos, e a diminuição das taxas de desemprego. Entre essas mudanças está o congelamento de tarifas dos serviços públicos, a extensão de subsídios aos desempregados e a renegociação da dívida pública. Os salários também aumentaram, seja por aumentos fixados por decretos governamentais, como em negociações paritárias entre sindicatos e câmaras empresariais ou empresas. No entanto, é necessário avaliar até que ponto esses aumentos salariais significam ganhos reais, depois de tantos processos inflacionários. Segundo Carrera (2010):

Si se considera a 1970 = 100, se observa que en 1976, el índice del salario real alcanzaba a 126, para descender un año después a 76. Desde entonces, los salarios permanecieron bajos: tuvieron un alza en 1984 y un descenso en el resto de la década, que se acentuó fuertemente en el contexto de las hiperinflaciones, para, con algunas oscilaciones, mantenerse aproximadamente en esos niveles o por debajo, sobre todo en la segunda mitad de los noventa. La crisis de fines de 2001 los redujo aún más. Los aumentos de emergencia dispuestos en 2002 no alcanzaron a cinco millones de trabajadores (estatales, servicio doméstico, agrarios ni excluidos de convenios laborales). Estos salarios recién comenzaron a recomponerse a partir de 2003, pero sin salir de los bajos niveles impuestos desde 1976. (p. 307).

Carrera (2010) continua analisando a situação mais atual:

En el momento ascendente del ciclo económico también se vio reflejado en los salarios, tanto por aumentos fijados por decretos gubernamentales como en las negociaciones paritarias entre sindicatos y cámaras empresarias (que en 2004 alcanzaron a 1.100.000 trabajadores, en 2005 a 1.955.000, en 2006 a 3.260.000 y entre enero y agosto de 2007 a 3.326.000) o empresas (122.000 trabajadores en 2004, 162.000 en 2005, 240.000 en 2006 y 236.000 entre enero y agosto de 2007 [...]). A la vez el gobierno realizó cambios impositivos que significaron un incremento de los ingresos nominales para unos 800.000 asalariados [...]. Según datos del Ministerio de Trabajo, el índice de salario promedio de los trabajadores de empresas privadas, que había descendido abruptamente en 2002 comenzó a recuperarse [...], pero, aunque en 2006 superaba el de 2001 y llegaba al nivel de 1998, se mantenía en los niveles establecidos desde mediados de la década de 1970. (p. 309).

O aumento do emprego e dos salários fez com que os índices de pobreza também diminuíssem. Embora os dados oficiais sejam questionáveis, o INDEC apresenta que em 2011 a população abaixo da linha de pobreza chegou a 8,3%, contra os 40% apresentados em 2001.

Há de se considerar que mesmo com uma significativa diminuição do desemprego e da pobreza - em comparação com os períodos de maior crise econômica, década de 1990 a 2003 -, as condições de vida da população argentina continuaram piores do que se encontravam na década de 1970, o que indica um dado já claro: as políticas neoliberais aumentaram a concentração da riqueza e intensificaram o processo de precarização das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora.

Essas mudanças na estrutura social também nos demonstram um dado importante: o conceito de classe trabalhadora ainda é plausível e de extrema importância para compreendermos a formação social argentina, ao contrário da tendência de teóricos dos movimentos sociais que defendem o fim da centralidade da luta de classes e do trabalho. Nesse sentido, corroboramos as conclusões de Carrera (2010): o desemprego não é um fenômeno conjuntural, mas estrutural; vemos que há uma tendência a uma maior homogeneização da classe trabalhadora por meio do processo de proletarização; e, ainda, há um aprofundamento das relações sociais capitalistas que se manifesta na cada vez maior polarização das classes. A Argentina estaria vivendo um momento de decomposição capitalista, por demonstrar a incapacidade do capitalismo em garantir a reprodução de um volume importante da população em condições consideradas socialmente normais, mesmo com os intentos de frear a tendência e dar soluções paliativas a seus efeitos.

Se considerarmos que o movimento piqueteiro é o resultado do desemprego massivo em função das privatizações, a terceira proposição de Galvão (2010) se confirma, ou seja, a oposição capital *versus* trabalho é central para a emergência dos movimentos sociais. Em outras palavras, os trabalhadores assalariados, ao se tornarem desempregados e “desnecessários” ao capital<sup>39</sup>, engrossaram as fileiras do exército industrial de reserva e, via de regra, o movimento piqueteiro. Evidentemente que são originários de diferentes posições nas relações de produção capitalistas.

---

<sup>39</sup> Na verdade, a valorização do capital depende do trabalho assalariado, portanto, os trabalhadores nunca são totalmente desnecessários ao capital.

Aproveitando-nos das contribuições teóricas até então apresentadas, consideramos a FPDS constituída, fundamentalmente, por proletários, semiproletários, pequena burguesia empobrecida e alguns setores do lumpemproletariado. Estão presentes além dos trabalhadores desempregados, os trabalhadores assalariados, subempregados e estudantes.

Dentro da FPDS e do grupo dos piqueteiros “autonomistas” e “autonomizantes”, destacamos a presença da pequena burguesia empobrecida, principalmente composta por jovens, uma vez que essa participação está intimamente vinculada à posição de rechaço às organizações tradicionais do proletariado, ou seja, aos partidos e aos sindicatos<sup>40</sup>. Para Svampa e Pereyra (2004), este repúdio é próprio das classes médias tradicionais que procuram se diferenciar da classe operária e, por isso, apresentam certa desconfiança de suas tradicionais formas de organização. Mas há de se ressaltar que esses jovens já não contam com uma condição de vida muito distinta dos próprios operários, sendo assim, constituem a pequena burguesia proletarizada. Segundo os autores:

[...] en el trayecto de una sola generación conocieron la caída social y la reducción de las oportunidades y hoy viven en los barrios y comparten las mismas condiciones de existencia que las tradicionales clases pauperizadas. Pero a diferencia de estas últimas, aquellos cuentan con recursos culturales y simbólicos, importantes a la hora de ejercer un rol de liderazgo dentro de las organizaciones o brindar un apoyo logístico y formativo. (p. 161).

Desse modo, podemos afirmar que a FPDS é um movimento policlassista, o que confirma a segunda hipótese de Galvão (2010). Passamos agora à análise das particularidades da FPDS, sua constituição, suas formas de organização e suas demandas. Tentaremos confirmar uma das proposições de Galvão (2010), quando relaciona a eclosão dos movimentos sociais à posição de classe de seus participantes.

---

<sup>40</sup> Atualmente a FPDS tem relativizado tal posição no sentido de reconhecer a sua importância em função da inserção dos trabalhadores assalariados na organização. Mesmo assim, mantém a crítica à burocratização dos partidos e sindicatos, como veremos mais à frente.



### 3.2 A FRENTE POPULAR DARÍO SANTILLÁN

Da mesma forma que os demais movimentos piqueteiros, a FPDS tem como antecedente histórico a investida neoliberal na Argentina, que culmina na crise econômica da segunda metade da década de 1990 e no levante popular de 2001.

Svampa e Pereyra (2004) dividem a história do movimento piqueteiro em três etapas. A primeira etapa (1996 a 1998) corresponde ao período de constituição do movimento, que vai desde os primeiros *cortes de ruta* nas províncias do interior da Argentina até a formação das diversas organizações. A segunda etapa (1998 a 2001) seria o período de consolidação das organizações que se tornam movimentos de massa e chegam ao conurbano bonaerense. Nessa etapa as organizações passam a gestionar os planos sociais e começam a desenvolver atividades produtivas na forma de cooperativas populares. Com maior expressividade, se constituem como interlocutores na política nacional, o que leva também à diversificação e fragmentação das organizações frente à crise de 2001 e ao governo Kirchner, que se apresentava com um discurso “peronista” e antagônico às políticas implantadas no governo Menem. A terceira e última etapa (2001 a 2003), é o período em que as organizações passam a se dividir entre a linha institucionalista favorável ao governo Kirchner e a linha “radicalizada”, em oposição a ele.

É nesta última etapa que surge a FPDS, exatamente em um cenário de fragmentação e diversificação do movimento. Recuperamos, brevemente, os seus antecedentes históricos mais imediatos, como forma de compreendermos o seu surgimento em 2004.

#### 3.2.1 De La Verón à “*Lucha y Organización*”<sup>41</sup>

Até 2003, os MTD’s que atualmente compõem a FPDS estavam quase todos dentro do MTD *Aníbal Verón* (MTD-AV). Trabalhando conjuntamente com algumas *Coordinadoras de Trabajadores Desocupados* (CTDs) dirigidas pelo

<sup>41</sup> O subtítulo faz referência à mudança nas palavras de ordem da organização. Como MTD-AV, as palavras de ordem sempre finalizavam com “La Verón”. Como FDPS, as palavras de ordem finalizam com “Lucha y Organización”.

*Quebracho*<sup>42</sup>, formavam a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón* (CTD-AV). Estas organizações apresentavam diferentes e até mesmo antagônicos projetos políticos. A principal divisão era entre os MTDs e os CTDs – *Quebracho* que, entre 2001 e 2002, conseguiram forjar uma unidade em torno de alguns pontos, como a ação direta como método de luta, a defesa da democracia direta e o rechaço ao eleitoralismo. No entanto, as concepções de democracia direta não eram consensuais: para os MTD's, significava horizontalismo, enquanto que para as CTD's – *Quebracho*, centralismo-democrático (SVAMPA & PEREYRA, 2004). Em 2002, há uma ruptura definitiva entre esses dois grupos.

Entre os MTD's que compunham o MTD-AV também não existia homogeneidade em relação às concepções políticas e ideológicas. Havia três divisões principais: os “autonomistas radicais” representados principalmente pelo MTD Solano; os grupos de inspiração guevarista, liderados pelo MTD Florencio Varela; e um “grupo de afinidade” composto pelos MTDs Lanús, Almirante Brown, Berisso, Lugano entre outros.

Os “autonomistas radicais” são fortemente influenciados pelas ideias de John Holloway e Toni Negri. Compreendem a experiência dos piqueteiros, das assembleias de bairro e das fábricas ocupadas como a manifestação de um “novo protagonismo social”, negam as definições marxistas do proletariado como sujeito revolucionário e a estratégia da tomada do poder do Estado:

Respecto de su propia ubicación en la coyuntura, ya no la piensan en los términos clásicos de “reformismo” o “revolución”. Simplemente saben que la táctica de la toma del poder no se corresponde con su forma de pensar y de trabajar. Y que si tuvieran que subordinar todo lo que están construyendo a esta táctica de “toma del poder del estado”, más bien, quedarían condenados a un pensamiento empobrecido de la maniobra y el atajo, lo cual implica un desconocimiento del riquísimo proceso de construcción de contrapoder en el que están inmersos. (COLECTIVO SITUACIONES *apud* CARVALHO, 2008, p. 80).

Em 2003, os “autonomistas radicais” se retiram do MTD-AV por considerarem que esta organização estava se burocratizando, seguidos pelos MTD's de Guernica, Allen e Río Negro. Passaram a atuar de forma cada vez mais isolada, fragmentando-se ainda mais em 2006, quando um grupo composto por quatro

---

<sup>42</sup> *Quebracho* - Movimento Patriótico Revolucionário, criado em 1993 a partir da divisão do Partido Intransigente.

bairros, que representavam a maioria do movimento, escreve uma carta de repúdio à “direção política” do MTD Solano, vista como corrupta e violadora do princípio da horizontalidade:

Durante nuestra estadía, al estar juntos, ustedes dijeron una y otra vez que las resoluciones se tomarían por Asamblea, que no debía existir mando dentro de la organización, respetar los acuerdos, no transar con los gobiernos de turno, demostrar a los habitantes de los barrios que la dignidad humana vive aún y está en los más empobrecidos. **Todo esto pasó a convertirse en una gran mentira y una traición al campo popular, por eso heredan este enfrentamiento con nosotros y nuestras demandas por el trato recibido** [grifos no original] (RED BARRIOS *apud* CARVALHO, 2008, p. 83).

O grupo de inspiração guevarista, liderado pelo MTD Florencio Varela, já havia se fragmentado em 1998, quando uma parte dos militantes decide se separar do MTD Solano por conceberem a tomada do poder de Estado como fundamental para a transformação social. Assim, fundam o *Movimiento Teresa Rodríguez* (MTR), que se auto define marxista. Em 2003, ainda estavam no MTD-AV os setores que restaram da divisão do MTD de Varela e o “grupo de afinidade”. Após o Massacre de Avellaneda, em 2002, há uma nova ruptura na qual o “grupo de afinidade” passa a constituir a FPDS.

### 3.2.2 O Massacre de Avellaneda

O Massacre de Avellaneda foi um episódio de violenta repressão policial comandada pelo governo de Duhalde contra uma manifestação piqueteira. Em 26 de junho de 2002, quatro mil desempregados se mobilizaram na *Puente Pueyrredón* – que divide a capital federal da cidade de Avellaneda - para reivindicar não só postos de trabalho e planos sociais, mas também o direito à manifestação por meio dos chamados *cortes de ruta*. Entre as organizações piqueteiras presentes, estavam a CTD-AV, o MIJD e *Barrios de Pie*. (MTD-AV, 2003).

A repressão resultou na morte de dois jovens e mais de 30 feridos. Os mortos foram Darío Santillán e Maximilano Kosteki, assassinados na estação de trem Avellaneda, onde câmeras capturaram fotos dos policiais agressores exibindo sorrisos enquanto arrastavam os corpos dos jovens. Em homenagem a Darío, importante militante do MTD Lanús, a FPDS leva o seu nome.

Em carta aberta à sociedade argentina, familiares das vítimas, organizações piqueteiras e outras organizações sociais e políticas apontaram o massacre como um ponto de inflexão na luta de classes, naquele momento protagonizado pelas forças populares e o governo de Duhalde. Isso demonstra a percepção dos envolvidos de que o ocorrido não fora um fato isolado e ao acaso, mas a forma deliberada assumida pelos órgãos de repressão estatal contra os movimentos sociais contestadores. Outros piqueteiros já haviam perdido suas vidas em função das suas participações nos protestos dos trabalhadores.

Em uma conjuntura na qual o movimento piqueteiro parecia ganhar força e se articular, especialmente depois da rebelião popular de 19 e 20 de dezembro de 2001, restou ao governo Duhalde tentar controlar a situação e um dos mecanismos era a repressão ao movimento. Intensificava-se, portanto, o processo de criminalização das lutas populares.

Uma semana antes do Massacre, entre os dias 17 e 19 de junho, Duhalde realizou cinco reuniões nas quais participaram membros do seu gabinete, das Forças Armadas e de Segurança, os serviços de Inteligência do Estado, integrantes do judiciário e o governador de Buenos Aires. O objetivo era frear as manifestações e os *cortes de ruta* por meio da repressão armada amparada legalmente. De acordo com a Agencia Infosic:

*El gobierno nacional, la justicia y las fuerzas de seguridad avanzaron hoy en la definición de las directivas que deberán acatar jueces, fiscales y efectivos uniformados para prevenir y dispersar protestas como los piquetes y otras acciones que interrumpen el tránsito en vías estratégicas, informaron fuentes oficiales [...] En los encuentros se debatió cuál será la actitud de la Gendarmería Nacional, Prefectura Naval y Policía Federal, y la cobertura a su acción que tendrá en la justicia, a través de los jueces y los fiscales federales en las próximas acciones de piqueteros que preocupan al gobierno. Las conclusiones deberán estar acordadas antes del jueves (sic), cuando los grupos piqueteros preparan interrumpir el tránsito en los accesos estratégicos a la Capital Federal, sitiando virtualmente a la metrópoli. (Agencia INFOSIC apud MTD-AV, 2003, p. 84).*

Duhalde não poupou esforços. Cinco forças de segurança atuaram para frear o bloqueio dos piqueteiros: polícia federal, polícia provincial de Buenos Aires, a *Gendarmería Nacional* – força de segurança de natureza militar -, a prefeitura e a SIDE – Secretaria de Inteligência. Segundo relato dos manifestantes,

eles sofreram perseguição por mais de 20 quadras da Ponte Pueyrredón, sendo reprimidos com munição de guerra.

Mesmo com a tentativa de culpabilizar os policiais sob o pretexto de que cometeram excessos, a publicação de fotos do massacre e a própria força que fora mobilizada ali deixava claro que o responsável político pelos mortos e feridos era Duhalde.

O “grupo de afinidade” seguiu reivindicando justiça contra o massacre. Em 2004, após uma sucessão de manifestações, Kirchner buscava persuadir o movimento para que cessassem os protestos e as reivindicações pela punição dos assassinatos. O MTD de Varela concordou em parar os protestos, enquanto o “grupo de afinidade” continuava exigindo a punição aos responsáveis e mentores políticos do massacre. Nesse momento, há uma divisão entre essas organizações. É, então, a partir desse “grupo de afinidade” que nasce a ideia de construir uma Frente de luta.

O Massacre de Avellaneda foi central para um novo realinhamento político entre os piqueteiros. A repressão do governo Duhalde contra o movimento fez com que as manifestações entrassem em refluxo, posteriormente reforçado pela política de cooptação instaurada pelo governo Kirchner. A FPDS nasce com a preocupação de reconstruir o movimento em novas bases sociais. Embora a convocação tenha partido dos desempregados, a proposta era constituir um movimento também composto por outros sujeitos das classes populares, além de desempregados: trabalhadores assalariados, camponeses, estudantes e todos aqueles que compartilhassem o desejo de lutar contra o imperialismo, contra o capitalismo e a favor da construção do poder popular. A organização, assim, passa de um caráter territorial para multisetorial, embora os desempregados ainda fossem maioria em seu interior.

### 3.2.3 De Organização Territorial à Multisetorial

Em larga escala, o desemprego foi o elemento propulsor para a organização desses sujeitos sociais. Quando, nos anos 2000, o cenário econômico se modifica, com taxas de inflação e desemprego reduzidas, começamos a questionar as implicações que essas mudanças trariam para o interior do movimento piqueteiro, já que o reaquecimento da economia argentina teria feito com que

integrantes do movimento passassem da situação de desempregados para empregados ou subempregados. Assim, se em um momento a grande questão em torno das organizações era como organizar os desempregados, em outro, a luta contra o emprego precarizado passa a ter um importante lugar ao lado das lutas por trabalho, implicando na readaptação das formas de organização:

*Creo que hay un intento de otras organizaciones piqueteras o que parten del movimiento piquetero, de tomar la cuestión del trabajo como un eje y empezar a pensarlo, y empezar a pensarse como trabajadores a partir de que muchos compañeros y compañeras de esas organizaciones consiguen trabajo. Creo que tiene que ver un poco con lo real, que se incremento el empleo, eso tiene un choque para la organización que estábamos teniendo. O sea, nosotros no pensábamos a prior el sujeto, lo pensamos a partir de que el sujeto va surgiendo, y el sujeto empieza a surgir a partir del 2004, 2005, y ahí empezamos a ver la necesidad de organizarse también en el sector de trabajadores asalariados. (FPDS, 2010b)<sup>43</sup>.*

Segundo Campione e Rajland (2006), a maior articulação entre trabalhadores assalariados e desempregados tem base em uma potencial tomada de consciência do empobrecimento absoluto de todos os trabalhadores nos últimos anos, assim como no fato de que a expulsão e a superexploração dos trabalhadores no mercado de trabalho são fenômenos completamente interconectados. Nossa hipótese é de que a inserção de sujeitos com distintas posições nas relações de produção ou reprodução do capital e com condições de vida muito parecidas, tenha favorecido essa tomada de consciência.

Com a concepção de que o sujeito revolucionário é multisetorial, a FPDS passa a agrupar mais de 40 pequenas organizações, em sua maioria de estudantes e de trabalhadores desempregados. São parte da FPDS:

---

<sup>43</sup> Entrevista com integrante do setor de trabalhadores assalariados - Regional La Plata.

**Quadro 4 – Organizações que compõem a FPDS, por região de atuação<sup>44</sup>**

<b>Buenos Aires</b>	
Regional Oeste	MTC ( <i>Movimento de Trabalhadores Comunitários</i> ) de Luján; MIA ( <i>Movimento Independente de Agronomia</i> Univ. Luján); <i>Cimientos</i> ; Agrupação Estudantil Independente “Frida”; FPDS Territorial La Matanza.
Regional La Plata – Berisso – Ensenada	MTD de La Plata; MTD de Berisso; FPDS de Ensenada; Estudantes e FPDS na UNLP (AULE – Humanidades, Psicologia, Direito; Cambium – Agronomia; MUECE – Econômicas; <i>El pelo de Einstein</i> – Exatas; Minga – Veterinária; Cronopios - Belas Artes; Fandando - Jornalismo; 26 de Junio – Serviço Social); Oficina de Educação Popular “Tiburones y Mojarritas”; Agrup. De Trabalhadores e Trabalhadoras “La Fragua”; <i>Galpón Sur</i> ; <i>Arte al Ataque</i> ; <i>Viento de Abajo</i> - Agrupação de Estudantes e Trabalhadores da Saúde.
Regional Sudeste	Agrup. Universitária “Confluencia” (Humanidades) de Mar del Plata; Coletivo “Lacandona”; Território Cultural e Cooperativa de Trabalho Rural de Tandil; Grupo <i>Cruz del Sur</i> de Necochea.
Capital Federal	MTD “Darío Santillán”; MTD de Villa Lugano; <i>Cimientos</i> ; Agrupação de Trabalhadores e Trabalhadoras “La Fragua”; Agrupação Juan Salvo ( <i>Instituto Superior del Profesorado Joaquín V. Gonzalez</i> ).
<b>Tucumán</b>	
COBA (Coordenadora de Organizações de Bairros Autônomas)	
<b>Santa Fé</b>	
Santiago Pampillón - Bioquímicas, Política, Psicologia, Veterinária; <i>El Grito</i> (Humanidades - Univ. Rosario); CTD (Coord. de Trabalhadores Desempregados) “Aníbal Verón”; Agrup. de Trabalhadores e Trabalhadoras “La Fragua”; <i>Movimento 26 de Junio</i> (Vía Honda, Alvear y Villa Manuelita).	
<b>Córdoba</b>	
Movimento Convergencia	
<b>Rio Negro – Neuquén</b>	
Reg. Alto Valle - MTD “Darío Santillán” Cipolletti; Espaço de Trabalhadoras e Trabalhadores de Alto Valle; <i>Vientos del Sur</i> (Coletivo de Cultura Popular).	
<b>Formosa</b>	
OCCAPI (Organização de Colonias, Comunidade Aborígene e Povo de Ibarreta).	
<b>Jujuy</b>	
Agrupação <i>Caminando por Jujuy</i> ; CTR de Caimancito	
<b>San Luís</b>	
Coletivo Político <i>El Taller</i> ; Cooperativa Editorial Revistas Callejeras	

**Fonte:** FPDS (2012). Elaboração própria.

<sup>44</sup> Levantamento feito até janeiro/2012.

A FPDS é uma das poucas organizações piqueteiras que segue fortemente organizada, o que podemos perceber com a constância de suas ações, seja por meio de cooperativas de trabalho, dos espaços de educação popular, das diversas oficinas que tratam de temas como a questão de gênero, saúde, formação política, entre outros. No entanto, faz-se necessário avaliar os caminhos que a organização vem trilhando, tanto nas questões práticas como teóricas, para verificarmos a qualidade de suas práticas políticas e analisarmos se tais práticas são capazes de constituir uma organicidade a partir de sua diversidade interna. Para isso, recorreremos às contribuições teóricas oferecidas tanto por pensadores marxistas como pelo legado de processos revolucionários que, da mesma forma que a FPDS, também se posicionaram como anticapitalistas, anti-imperialistas e reivindicaram a construção do poder popular. Nesse sentido, passamos agora para a análise dos principais conceitos e princípios que norteiam a prática política da FPDS. Esta organização se intitula enquanto um movimento social e político, multisetorial e autônomo, com vocação revolucionária. Vejamos o que isso significa.

*Frente:* refere-se ao fato de aglutinarem distintas organizações que coincidem com o posicionamento político-ideológico anti-imperialista, anticapitalista e a favor da construção do poder popular. Percebe-se, desde logo, que a ideia de “Frente” aqui não é a mesma do 7º Congresso da III Internacional Comunista, que passou a adotar a política de coligações eleitorais de partidos de esquerda junto aos partidos burgueses liberais e de centro-esquerda, conhecidas como Frentes Populares.

*Popular:* ao utilizar a denominação “popular”, questiona a teoria marxista que aponta o proletariado como sujeito revolucionário; afirmam, ainda, que no atual momento histórico, não só o proletariado está excluído do processo de repartição dos meios de produção, mas também os pequenos proprietários que foram transformados em assalariados e os profissionais proletarizados. Por outro lado, as camadas gerenciais e os burocratas que, mesmo sem serem donos dos meios de produção, compartilham os benefícios do sistema. Essas “transformações” teriam mudado o “sujeito das grandes transformações sociais”, que passou a ser multisetorial, não podendo se limitar apenas à classe trabalhadora formalmente assalariada. O sujeito transformador, então, é multisetorial, denominado como “povo trabalhador”, “oprimido” ou “os de baixo”:



Este sujeto ya no puede limitarse a la clase obrera ocupada formalmente, sino que abarca a un conjunto de sectores sociales que son víctimas directas o indirectas del capitalismo y que sólo pueden realizarse como tales en tanto protagonicen cambios revolucionarios, por lo que decimos que **el sujeto es plural o multisectorial, y lo denominamos como pueblo trabajador, oprimidos, o “los de abajo”**. Este reconocimiento de la pluralidad del sujeto no atribuye a todos los sectores el mismo peso estratégico, ya que reconocemos potencialidades diferentes de acuerdo al lugar que ocupan en la producción, sus posibilidades de acumular triunfos y organizarse, desde sus dimensiones cuantitativas y desde su experiencia de lucha [grifos no original]. (FPDS, 2010a).

Ainda sobre esse ponto, Miguel Mazzeo (2007), intelectual e militante da FPDS, sustenta que a sua organização

[...] constituye una especie de ‘frente único’ de organizaciones populares críticas de las estructuras orgánicas de la **izquierda tradicional** y el **populismo** [...] [grifos nossos]  
 [...] el FPDS hace-piensa la política como apuesta y no como realización de alguna verdad prefabricada. Ésta, probablemente, sea una idea susceptible de ser ‘cedida’ al campo popular y al conjunto de las clases subalternas”. (p. 25-26).

Com o intuito de definir o sujeito revolucionário na contemporaneidade, Mazzeo (2007), apoiado em Harvey (2006), considera que na atual etapa de desenvolvimento do capitalismo, os seus mecanismos de dominação são similares aos da etapa da acumulação primitiva, quando se aprofundou e diversificou as formas de opressão. Isso fez com que as confrontações sociais dos oprimidos e a luta de classes se complexificassem: “ya no se fundan exclusivamente en las condiciones materiales de explotación, también se expresan como oposición de relaciones gobernadas por patrones de organización, ideales y valores absolutamente incompatibles”. (MAZZEO, 2007, p. 39).

O autor ressalta que na América Latina, a contradição capital-trabalho nunca se desenvolveu exclusivamente nas fábricas. Por isso, a contradição entre produção social e apropriação capitalista não se manifesta somente no antagonismo entre proletariado e burguesia. Nesse sentido, considera que não há um único sujeito revolucionário, sendo este, plural.

Ao fugir da “autoritária universalização da classe explorada” marxista, Mazzeo (2007) não abraça completamente as formulações apresentadas pelos pós-modernos que defendem que aquela foi substituída pela “multidão”. Para

ele, as “multidões” se transformam em “povo” quando se constituem em organizações coletivas de base, movimentos sociais, movimentos políticos de libertação. Ao se transformarem em “povo”, adquirem as condições de se tornarem livres e de produzirem uma plena realidade intersubjetiva. O “povo” é a forma por meio da qual se começa a realizar um projeto coletivo:

Décimos entonces que pueblo no es un sujeto idéntico, uniforme y una condición metafísica. No es “contrato” y tampoco es, como pensaba candorosamente San Agustín, la unión de los que aman las mismas cosas. Pueblo es la reunión interminable de los hombres y las mujeres oprimidos que a través del diálogo buscan un símbolo, un fundamento eficiente para vivir. Pueblo es básicamente una categoría ético-política y dialéctica, y por lo tanto es praxis constitutiva, arraigo, identidades articuladas en torno a un proyecto liberador, instancia o momento de subjetivación (de construcción del sujeto o de relaciones intersubjetivas). Pueblo es la clase sometida que lucha. La opción por el protagonismo del sujeto popular – entraña una concepción de la política liberadora como apuesta permanente, no como ejecución de axiomas. (p. 43).

Como se observa, Mazzeo faz uma crítica tanto à concepção marxista de sujeito revolucionário, o proletariado diretamente inserido no modo de produção, como às concepções pós-modernas, como “multidão”. Ou seja, parece-nos que tenta se posicionar entre as duas linhas teóricas: nem o “autoritarismo” marxista que considera o proletariado como o único sujeito revolucionário, nem a “multidão” sem sujeito dos pós-modernos. No entanto, para estabelecer essa relação acaba adotando uma categoria que, por si só, também é difusa: “povo”.

Ao nos voltarmos para o significado de “popular” da FPDS, fica-nos claro que se trata de apresentar o “povo” como sujeito das transformações sociais. Por sua vez, este sujeito é plural e multisetorial, pois representa os homens e mulheres oprimidos que buscam um símbolo, um fundamento eficiente para viver e lutar pela construção de um projeto de libertação.

*Movimento social e político:* em seus documentos, a FPDS se define como movimento porque no momento de formação da organização se uniram diversos setores com diferentes perfis ideológicos que, ao longo do tempo, se caracterizou por uma identidade comum. Esta síntese se deu por meio de uma

[...] voluntad colectiva de evitar discutir “desde las bibliotecas”, y procurar discutir siempre a partir de las incógnitas que nos van presentando nuestras prácticas, la coyuntura del país y el mundo, y nuestra propia construcción. A eso le llamamos ‘**vocación de síntesis** [grifos no original]. (FPDS, 2010a).

Apesar de parecer à primeira vista que a FPDS se restringe a uma prática empirista, na realidade há uma grande preocupação com a formação política de seus militantes. Em nossa pesquisa de campo constatamos, em diversas oportunidades, as inúmeras leituras teóricas desenvolvidas nas atividades de formação, isto sem dizer dos seus intelectuais que desenvolvem trabalhos teóricos.

Como movimento social e político, a organização compreende que as lutas não acontecem de forma separada, sendo assim, toda luta social é política e toda luta política é social. Entende que a consciência política e a consciência de classe se formam no processo de organização e de luta concreta:

Valoramos a la conciencia política y a la **conciencia de clase** como proceso y producto de la experiencia de organización y lucha concreta, y no como objetos que se introducen artificialmente, desde afuera, por intelectuales (u organizaciones) esclarecidos/as [grifos no original]. (FPDS, 2010a).

*Autônomo:* a FPDS se auto define autônoma do Estado, dos partidos, das igrejas, das ONGs e das centrais sindicais. Essa autonomia seria herança da experiência de luta dos MTD's e parte da concepção de que as decisões da organização ocorrem por meio das assembleias. Em relação aos partidos e sindicatos, não poupa críticas às suas burocracias e à centralização política. No entanto, ao aglutinar o setor de trabalhadores assalariados, passa a considerar a importância da inserção nos sindicatos como forma de atender reivindicações que competem a esses sujeitos sociais.

*Transformação social:* a Frente considera que a transformação social deve ser feita cotidianamente, nesse sentido, busca mudar as relações sociais, de trabalho e as formas de luta. Além das transformações cotidianas, reconhece como objetivo final o socialismo conquistado pelo protagonismo do “povo”.

A FPDS tem como princípios de organização a democracia de base, a formação, a autogestão e a luta. Cada um desses princípios tem um significado:

✓ Democracia de Base: executada a partir das assembleias que se realizam periodicamente e nos plenários setoriais e nacionais;

✓ Formação: compreendida como a reflexão coletiva sobre a própria prática da organização e sobre outras experiências de luta, dentre elas o MST do Brasil. Metodologicamente, utilizam a educação popular nas escolas primárias e secundárias abertas à comunidade, além de oficinas e acampamentos de formação para os membros da organização, onde confeccionam as chamadas “cartilhas de formação”;

✓ Autogestão: aqui, reivindicam a livre decisão sobre o destino dos recursos gerados em seus projetos produtivos (hortas, granjas, carpintarias, oficinas, grupos de costura, serigrafias, padarias e currais);

✓ Luta: privilegia a ação direta por meio dos *cortes de rutas* e rodovias, passeatas, escraches e ocupações de espaços abandonados.

A organização defende a unidade política do campo popular, pois considera que a fragmentação é um dos males da esquerda. Desde 2010, trabalha para articular uma Coordenação de Movimentos Populares, juntamente com mais de 50 organizações que fazem parte da “esquerda independente”.

El objetivo de ese espacio es promover una nueva confluencia social y política con grupos afines mediante la maduración en el tiempo gracias a la acumulación de confianzas, las prácticas comunes y la reflexión común. La unidad no es algo instrumental, la unidad nos hace mejores, y es imprescindible para darle perspectiva a la lucha popular. (FPDS, 2010a).

Atualmente, a FPDS agrega cerca de cinco mil pessoas distribuídas por nove regiões do país, sendo no conurbano bonaerense onde ela se encontra mais fortemente organizada. A maioria dos integrantes é jovem, cuja média de idade não supera os 40 anos. São homens e mulheres que aprenderam a lutar no próprio movimento piqueteiro, sem histórico de participação nos partidos políticos tradicionais.

Todos os núcleos regionais estão divididos por setores: territorial/desempregados, estudantil, trabalhadores assalariados, gênero e rural. A articulação com camponeses se encontra em menor medida, mas presente através de organizações de trabalhadores e moradores de zonas rurais. O setor territorial é o mais antigo e aglutina os desempregados porque nele estão incorporados os antigos MTD's. O de trabalhadores assalariados é o mais recente e é pela sua existência que ocorre a principal mudança no interior da Frente, algo inimaginável

nos seus primórdios: a inserção, mesmo que crítica, de seus militantes em formas tradicionais de organização dos trabalhadores, como os sindicatos:

*El sector ocupado es parte más reciente del FPDS [...], el que más desafía el planteo de organizarse, lograr una organización diferente da que venían teniendo la organización obrera nos años previos. Lo que nosotros planteamos desde Frente justamente es como podemos hacer para organizar-nos en lo sector ocupado, en el sector asalariado de una manera diferente que fue históricamente la organización obrera en la Argentina. Por supuesto tomando las herramientas históricas, la lucha obrera en la Argentina, pero vemos grandes problemas a partir de la burocratización de los sindicatos y de la caída de la lucha obrera como componente central de la lucha popular. Tenemos la necesidad de reventar un poco, tener una nueva lógica de disputa que no se venía dando hasta ese momento en lo sector ocupado. Y bueno, tratando de mezclar un poco la experiencia del sector territorial, el nacimiento del movimiento piquetero e las experiencias de los trabajadores desocupados previas. Intentamos una nueva forma de lucha basado no tanto en un rol de conducción, desarrollo que mas se plantea en los partidos de izquierda, sino apuntar hacer elementos de organización de la clase trabajadora como activistas. Activistas con un marco de referencia en la organización. En parte esa es la forma que vemos de creación de poder popular en este espacio de los trabajadores ocupados. A partir de 2005, más o menos, empieza a conformarse el sector de ocupados con esta perspectiva, entender que es central en la Argentina ese sector como sujeto político, pero que estaba muy desgastada las prácticas sindicales previas, entonces, bueno, empezar a cambiar esa lógica.*

*Para nosotros, el sindicato es una herramienta más de lucha de la clase trabajadora. No es la única herramienta, es una herramienta muy importante de algunos sectores, pero en otros sectores no. En algunos espacios de trabajo, en algunos gremios, el sindicato es muy relevante, como en lo sector de asalariados formales. No pasa lo mismo en otros sectores donde hay mucha precarización laboral. Ahí el sindicato no existe, entonces quizá la forma de organización es otra. No renegamos el sindicato como forma de organización, sino que nos parece una herramienta más. Muchas veces lo que ocurre con el sindicato es que hay un fuerte problema de centralización e verticalización, donde es muy difícil construir en la base. Otras veces no, es mas permeable lo sindicato y hay más posibilidades de que activistas opositores o combativos se inserten en la lógica del sindicato y construyan desde ahí. Es cierto que vemos muy importante el rol del sindicato, sobretudo en sentido de las negociaciones salariales, la cuestión más institucional. En la Argentina solo el sindicato tiene posibilidades de incidir en las negociaciones más institucionales, entonces vemos que es relevante organizarse desde ahí también. (FPDS, 2010b).*

Essa mudança de tática incorpora reivindicações de cada setor e, conseqüentemente, revela o respeito às suas particularidades. Ao agir dessa forma,

incorpora as diferentes especificidades setoriais em uma plataforma política unificada. Questionado sobre como o setor de trabalhadores assalariados se organiza no interior de uma organização multisetorial, um de seus integrantes responde:

*Nosotros, lo que tratamos de hacer en cada uno de los sectores es que el sector tenga una dinámica propia por un lado y que esa dinámica se lleve a cabo con los sectores de las distintas regiones, como una lógica de sintieses de las distintas posiciones de las regionales por cada sector a nivel nacional. Esa es la lógica que planteamos también en el sector de ocupados, o sea, sería la dinámica más propia del sector de ocupados. Ahora, después lo que tratamos de hacer es sintetizar en cada región y en los instancias mas nacionales, plenarias nacionales y distintas articulaciones nacionales que tenemos es poner en común con los demás sectores las políticas que tenemos nosotros acá. O sea, nosotros tratamos todo desde abajo hasta arriba, y en este abajo hasta arriba es a partir de nuestras asambleas periódicas y partir de estas asambleas tenemos ciertos planteos para comunicar con los demás sectores, y los demás sectores hacen lo mismo. Bueno, y muchas veces la idea es coordinar actividades en conjunto y debatir, resolver discusiones que en un principio son solo sectoriales, resolvemos de una manera más multisetorial. No estaría fácil porque cuando se está en un sector, cuasi siempre tiene una mirada más centrada ahí en este sector, pero creo que estamos avanzando bastante en eso. (FPDS, 2010b).*

### 3.2.4 Autonomia e Autogestão Frente à Dependência Estatal

A FPDS estabelece que sua atuação política não depende de nenhuma outra instância a não ser as assembleias, ou seja, os passos do movimento devem ser decididos por seus integrantes a partir da democracia de base. Nesse ponto, organiza-se de forma horizontalizada e se utiliza do termo “referente” para se contrapor às vanguardas e aos seus líderes. Na FPDS, portanto, não há líderes, mas “referências”<sup>45</sup>.

Sobre essa questão, em nossa pesquisa de campo junto à organização, podíamos livremente entrevistar quaisquer de seus militantes, pois parte-se da concepção de que todos podem falar por ela. Embora esta postura seja diferente em relação a outras organizações – em algumas delas percebíamos forte diferença entre lideranças e liderados – é difícil sustentar que na FPDS não há líderes. Há integrantes que, por sua trajetória no movimento piqueteiro anterior à

<sup>45</sup> Em espanhol argentino, trata-se dos “referentes”.

própria composição da Frente, acabam sendo mais consultados pelos militantes para traçarem ações políticas. Há, ainda, aqueles que, como o próprio Miguel Mazzeo, atuam como uma espécie de intelectuais da organização. No fundo, o que a FPDS faz é não desprezar a experiência política dos militantes mais antigos e nem mesmo dos seus “intelectuais orgânicos”, mas as opiniões das bases não são anuladas, nem mesmo consideradas inferiores. Nesse sentido, a mudança semântica de “líderes” para “referentes” está mais relacionada à ênfase na horizontalidade dada pela FPDS.

Por autogestão, a FPDS reivindica a livre decisão sobre o destino dos recursos que recebem para desenvolver seus projetos produtivos. Por autonomia, a organização reitera a relação de independência do Estado, dos partidos, sindicatos, igrejas e ONGs. No entanto, assim como todo o movimento piqueteiro, a maior fonte de recursos para os seus projetos produtivos, que garante a manutenção e a geração de renda de seus integrantes, provém do Estado por meio das políticas assistencialistas.

Como vimos no 2º capítulo, o governo da *Alianza* em 1999, representou uma maior autonomia para as organizações piqueteiras, ao possibilitar que elas gerenciassem os recursos dos planos sociais. No governo Duhalde, entretanto, essa autonomia é retirada. Néstor Kirchner (2003-2007) mantém a mesma estratégia, assim como Cristina Kirchner (2007 - atual). Em agosto de 2009, quando lança o *Plan Argentina Trabaja* prometendo 100 mil postos de trabalho em cooperativas de Buenos Aires e deixando de fora as organizações sociais, a FPDS se organiza e, a partir de uma mobilização na qual os manifestantes ficaram 32 horas acampados em frente ao Ministério de Desenvolvimento Social da Nação e em que denunciavam o caráter clientelista dessa forma de distribuição dos planos, conquistou verba suficiente para colocar em funcionamento algumas cooperativas autônomas.

A luta da FPDS pela autonomia na gestão dos recursos e contra os “punteros”<sup>46</sup> políticos é constante e faz parte de sua plataforma política. Mas a sua dependência do Estado deve ser problematizada, uma vez que considera que o alcance da transformação social se dá pelas revoluções nas relações cotidianas e

---

<sup>46</sup> Os *punteros* formam uma rede clientelista vinculada aos partidos políticos, principalmente o PJ. São homens e mulheres que atuam em bairros periféricos e que têm como função controlar politicamente a população com ações assistencialistas, de cooptação ou, se necessário, por meio do embate físico com outras lideranças que ameacem seu domínio.

que, nesse processo, as cooperativas representam a prática da mudança nas relações de trabalho e a superação da lógica capitalista. O que se nota, por outro lado, é uma defasagem entre o “discurso” político da autonomia e a manutenção concreta (financeira) dos seus “projetos produtivos”: fora dos recursos públicos, não lhe resta alternativa além do próprio Estado.

### 3.2.5 Antecedentes Históricos e Síntese das Ideologias

A FPDS se apresenta como herdeira do movimento operário do início do século XX, especialmente organizado pelos sindicalistas revolucionários, assim como as experiências da *pueblada* de 17 de outubro de 1945, da resistência peronista (1955-1969), das rebeliões inauguradas pelo *Cordobazo* (1969-1983), das coordenadoras interfabris de base (1974-1975) e das lutas de resistências contra a ditadura (1976-1983).

Devido à sua importância não só para a FPDS, como para as organizações proletárias argentinas em geral, retomamos sumariamente estas lutas históricas. As lutas de resistências contra a ditadura e as experiências do sindicalismo revolucionário, em geral, foram trabalhadas no primeiro capítulo dessa dissertação, por isso iremos nos deter, nesse momento, aos outros fatos históricos apontados pela FPDS como seus antecedentes. Mas é importante resgatar que, do ponto de vista político e ideológico, o sindicalismo revolucionário defendia que a transformação social e a sociedade futura seria construída por meio dos sindicatos, negando assim as organizações partidárias por reproduzirem a mesma lógica estatal autoritária e verticalizada, mesmo que fossem de oposição. Como estratégia para pôr fim ao Estado capitalista, investiam na greve geral e rechaçavam a tomada do poder do Estado. Com o fim do Estado, seria possível a constituição de uma sociedade de produtores independentes, associados livremente em federações.

#### 3.2.5.1 A *pueblada* de 17 de outubro de 1945 e a resistência peronista (1955-1969)

É impossível falar da história da classe trabalhadora argentina sem fazer referência ao peronismo, ao mesmo tempo em que é impossível falar do peronismo sem considerar a importância que os sindicatos tiveram na constituição desse movimento populista. E para compreender o que foi o movimento de



resistência peronista, temos que voltar atrás, no processo de constituição do próprio peronismo e entender a relação entre sindicatos e peronismo.

Essa tarefa foi bem desenvolvida por Murmis e Portantiero (1973) que partem do pressuposto de que

[...] antes do populismo, desenvolveu-se na sociedade argentina um processo de crescimento capitalista sem intervencionismo social e que esta situação determinou a configuração de um aumento de reivindicações tipicamente operárias, que abarcavam o conjunto da classe trabalhadora, exigências que o sindicalismo tratou de satisfazer sem êxito, até que, entre 1944 e 1946, em decorrência de políticas estatais definidas, essa série reivindicativa foi encontrando solução, o que se traduziu em uma inversão das tendências de distribuição da renda nacional. Sobre esta base, a maioria dos sindicatos – velhos e novos – articula uma política de alianças com um setor do aparelho do Estado, sem abdicar, durante esse processo, reforçando ao contrário – tal como o prova a criação do Partido Laborista – suas pretensões tradicionais de autonomia e de independência ante outros setores sociais. (p. 66)

Hipólito Yrigoyen (1916-1922) tinha um projeto distributivo ancorado no populismo, uma vez que almejava tornar a UCR hegemônica e, ao mesmo tempo, derrotar o PAN, até então hegemônico<sup>47</sup>. Nesse sentido, cedeu à pressão dos sindicatos para ganhar expressão política, estratégia essa que teve seu fim ao se deparar com greves que colocavam em xeque os interesses da burguesia agroexportadora. Yrigoyen passa de “conciliador de classes” para mutilador do movimento operário, pelo grau de repressão exercido contra os trabalhadores.

A hipótese geral que norteia o trabalho de Murmis e Portantiero (1973) é a de que, ao estudarem o peronismo, teóricos têm dado ênfase ao próprio movimento populista, minimizando o papel dos sindicatos e exaltando o papel das organizações sob o amparo do Estado. Para comprovar que os sindicatos antes de Perón já estavam muito bem articulados e crescendo vertiginosamente, os autores apresentam os seguintes dados:

---

<sup>47</sup> Como apontado no 1º capítulo, no governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922), a classe operária argentina vislumbrou uma nova relação entre Estado e classe trabalhadora, na qual, por diversas vezes, o governo interveio a favor desses. Com a intenção de conquistar o proletariado, Yrigoyen implantou leis trabalhistas e reduziu a jornada de trabalho. Houve também uma expansão da sindicalização. Sobre esse assunto, ver Díaz (1999).

**Tabela 2 – Número de trabalhadores sindicalizados Argentina (1936-1941)**

<b>Ano</b>	<b>Número de sindicalizados</b>
1936	369.969
1937	418.902
1939	436.609
1940	472.828
1941	441.412

**Fonte:** Murmis e Portantiero (1973, p. 67).

Em 1941, última data anterior ao peronismo em que existem levantamentos estatísticos relevantes, o quadro geral de sindicalizados era:

**Tabela 3 – Número de sindicatos filiados às centrais sindicais**

<b>CGT</b>	<b>USA</b>	<b>FACE</b>	<b>Autônomos</b>	<b>Total</b>
217	31	25	83	356

**Fonte:** Direção Nacional do Trabalho, *Organización Sindical* (1941) apud Murmis e Portantiero (1973, p. 66).

**Tabela 4 – Número de sindicalizados em cada central sindical**

<b>CGT</b>	<b>USA</b>	<b>FACE</b>	<b>Autônomos</b>	<b>Total</b>
320.681	14.543	13.550	82.638	441.412

**Fonte:** Direção Nacional do Trabalho, *Organización Sindical* (1941) apud Murmis e Portantiero. (1973, p. 66).

Crescente em números, mas igualmente crescente em repressão sofrida, o movimento sindical argentino foi fortemente golpeado na Semana Trágica de 1919, durante a ditadura de Félix Uriburu (1930-1932) e, posteriormente, sob a chamada “Democracia Fraudulenta” (1932-1943). Com um período de prosperidade e plena ocupação (1940), o movimento sindical passa por um processo de burocratização impulsionado pela política de conciliação com setores da burguesia, dirigido pelos socialistas e comunistas. (PEÑA *Apud* CARVALHO, 2008, p. 35).

Em 1943, sofre um novo golpe repressivo com a ditadura de Pedro Pablo Ramírez (1943-1944). Nesse governo, o coronel Juan Domingo Perón era o Secretário do Trabalho e Previdência que, ao mesmo tempo em que se mostrava conciliador, também reprimia. Para ganhar os setores sindicalizados, Perón estatizou

os sindicatos e transformou a CGT (Confederação Geral do Trabalho) em uma repartição estatal na qual escolhia os delegados. Oferecia benefícios aos trabalhadores que se sindicalizassem nos sindicatos estatais e, por meio do suborno, conseguiu atrair para si grande parte do movimento sindical, colocando na clandestinidade aqueles que se negassem a fazer parte de seu jogo político. Os comunistas e socialistas, embora com uma política de conciliação, acabaram sendo afastados da burocracia sindical.

Em um contexto econômico que propiciava maior redistribuição de renda, a estratégia de Perón foi ceder melhorias à classe trabalhadora, evitando assim que ela reivindicasse de forma autônoma, ao mesmo tempo em que mantinha a ordem. Para Peña, esta prática política é tipicamente bonapartista: “El bonapartismo del gobierno militar preservó, pues, al orden burgués, alejando a la clase obrera, sumergiéndola en la ideología del acatamiento a la propiedad privada capitalista”. (PEÑA *Apud* CARVALHO, 2008, p. 36).

O golpe de 1945 contra Perón, mobilizado por frações da burguesia industrial, latifundiária, dos militares e da embaixada norte-americana que o afastam dos cargos que ocupava - Secretário do Trabalho, Ministro de Guerra e vice-presidente da Argentina-, levando-o à prisão em 09 de outubro de 1945, deixa descontentes os sindicatos, que por sua vez, se mobilizaram e uma multidão tomou conta da Praça de Maio, em 17 de outubro. Esta *pueblada* o libertou da prisão e, além disso, deu-lhe condição para pleitear as eleições de 1946.

Eleito em 1946, Perón assume a presidência da Argentina até 1955, quando os Comandos Civis, compostos por radicais, socialistas, conservadores, Marinha de guerra e setores da Igreja Católica, tentam um golpe de Estado. Os trabalhadores em massa caminharam até a Praça de Maio na defesa de Perón, centenas foram mortos com o bombardeio. Para evitar uma guerra civil, Perón declara o fim de sua “revolução justicialista”, convocando os partidos opositores para o diálogo. As Forças Armadas derrubam Perón em setembro de 1955, que se exila no Paraguai. Setores do peronismo, a CGT e até antiperonistas pediam armas para resistir ao golpe, mas Perón opta pelo exílio. Volta ao governo em 1973 e permanece até 1974, quando falece.

A resistência peronista dura até 1969, entre grupos armados e não armados, orientados por seu líder à distância. Entre os grupos armados, destacamos

as FAP (Forças Armadas Peronistas), considerada pela FPDS como a mais combativa.

As FAP, criadas em 1968, tinham dois objetivos principais que norteavam suas ações: a defesa de uma pátria justa, livre e soberana e o retorno de Perón. No entanto, questionavam as posições dele no último mandato e o consideravam um quadro da burguesia. Daí a consigna “*Perón al poder: con los trabajadores y no con los traidores*”, o que demonstra que essa organização acreditava que tal dirigente encontrava-se em disputa. Por sua vez, as FAP acreditavam que os trabalhadores deveriam ter sua própria organização, independente do Estado, do PJ e da burocracia sindical, levando-os a terem maior força política no interior do peronismo. Nesse sentido, reforçavam a necessidade da organização de base. Após a década de 1970, as FAP incorporam o socialismo enquanto bandeira de luta e passaram a compreender que a “pátria justa, livre e soberana” correspondia à “pátria socialista”.

### 3.2.5.2 As rebeliões inauguradas pelo *Cordobazo* (1969-1973) e as coordenadoras fabris de base (1974-1975)

Em 1969, sob o governo de Juan Carlos Onganía (1966-1970), a Argentina presenciou o início de uma série de levantes populares que protagonizavam o retorno da organização autônoma da classe trabalhadora, após um período de nacional-reformismo.

Enfrentando o capital industrial nacional e internacional, revestido pela política militar e ditatorial, o primeiro dos levantes, o *Cordobazo*, representava a manifestação da classe trabalhadora argentina contra as políticas de Onganía:

[...] retirada de representação legal dos sindicatos, desconhecimento das representações trabalhistas em organismos do Estado, imposição da arbitragem obrigatória, anulação do salário mínimo vital e móvel; legislação contra os direitos de greve; anulação de lei de indenizações, suspensões, rebaixamentos de categoria, perda de salários, suspensão da estabilidade em várias convenções coletivas de trabalho, aumento da idade de aposentadoria, dentre outras. (CARVALHO, 2008, p. 49).

O levante teve como estopim a anulação do sábado inglês, por parte do governo nacional, ocorrida em 13 de maio de 1969. No dia 29 houve uma greve

geral dos trabalhadores industriais, de serviços e empregados públicos. A forte repressão do Estado resultou em assassinatos e desencadeou uma série de manifestações e alianças entre proletários e pequena-burguesia, levando à configuração de um movimento de massas. As manifestações ganharam amplitude geográfica, chegando a várias províncias do interior, como Tucumán, Rosário, Corrientes e Chaco.

Com a unificação de estudantes e de trabalhadores de diversos setores, esse período de lutas com tendência insurrecional dura até 1973, quando a burguesia e as Forças Armadas recorrem à reeleição de Perón para acalmar os ânimos. Perón morre um ano depois, em 1974, deixando um cenário de intensa burocracia dos sindicatos. No final desse ano, nasce a Coordenadora Nacional de Grêmios Combativos e Trabalhadores em Luta, que adota o método da ocupação de fábricas, uma alternativa às intervenções contínuas do Estado sobre os sindicatos.

Maria Estela Perón, que havia assumido a presidência com a morte do marido, adotou a estratégia de frear os setores em luta ao colocar anticomunistas no comando das Forças Armadas e setores reacionários nas centrais sindicais como a CGT. No entanto, em um contexto econômico de desvalorização do peso, alta inflacionária e arrocho salarial, não consegue conter a organização dos trabalhadores.

Entre junho de 1975 e março de 1976, parte da classe trabalhadora argentina se organiza nas coordenadoras fabris, com conduções de base nas fábricas. Estas tiveram um importante papel na luta contra a burocratização dos sindicatos e por colocarem o debate sobre o controle operário e condições de produção, em defesa da democracia operária. Com o golpe militar de 1976, as ações operárias foram fortemente reprimidas e freadas.

### 3.2.5.3 Síntese das ideologias

Segundo Mazzeo (2004), é possível relacionar o movimento piqueteiro - sobretudo as correntes autônomas, como a FPDS - com o anarquismo por priorizar o desenvolvimento da organização “para dentro”, ou seja, fortalecer as bases internas do movimento, ponto chave para a sua força social. Esse movimento teria se manifestado nas primeiras etapas do movimento operário até a metade do século XIX, quando construíram a “sociedade dos oprimidos” às margens da

sociedade dos opressores, fundando ambientes de identidade própria, como os sindicatos anarquistas, centros culturais, teatros e bibliotecas para operários.

Nesse sentido, da corrente anarquista e sindicalista revolucionária, encontramos presentes na FPDS as tendências antiautoritárias, antihierárquicas e antiburocráticas, a ênfase na ação direta das massas e a tomada de decisões por assembleias. O movimento pela construção de ambientes próprios, onde se desenvolvem espaços culturais, bibliotecas, oficinas e as cooperativas de trabalho também são características da organização. Em sua maioria, são prédios abandonados e ocupados, vulneráveis às pressões para a desocupação.

Para a FPDS a tese marxista-leninista de tomada do poder de Estado deve ser reavaliada, muito em função do papel do partido para essa teoria. Se os sindicalistas revolucionários defendiam a greve geral como saída, a Frente aposta na mobilização constante e na ação direta, embora não deixe claro em seus documentos qual é a estratégia pontual para por fim ao Estado capitalista.

Em relação à resistência peronista, a FPDS resgata principalmente os princípios das FAP como proponentes da construção do poder popular, ao enfatizar a construção, pelas bases, de organizações autônomas. As FAP, que em 1971 se tornam FAP-PB (Forças Armadas Peronistas – Peronismo de Base) propunham que a organização autônoma dos trabalhadores não deveria partir de uma vanguarda, mas sim de uma organização de novo tipo, que contribuiria para a construção popular. As circunstâncias de luta devem ser analisadas e as decisões devem ser tomadas pela própria organização de base. O papel do partido seria o de auxiliar na execução dessas decisões.

Também convergem na negação da ideia de “assalto” ao poder de Estado através do partido, em lugar disso, elevam a importância da construção de organizações autônomas por parte da classe trabalhadora:

La idea de construcción de poder popular (o poder obrero) como opuesto a la idea de “asalto al poder”; la concepción de concretar la hegemonía de los trabajadores a través de la construcción y desarrollo de organizaciones autónomas de trabajadores y no de un partido obrero; la propuesta de organización político-estratégica como herramienta al servicio de la organización de los trabajadores y no como representación del sujeto, son aportes que están presentes en el plano teórico y práctico a principio de los 70. Son ideas todavía en pañales pero que tienen el mismo sentido con que las conocemos ahora, muchas veces presentadas como grandes novedades teóricas. Voy hacer referencia a la experiencia que mas conozco que es la

propuesta de Alternativa Independiente lanzada en 1971 por las Fuerzas Armadas Peronistas (FAP) y a la que adhirió el Peronismo de Base (PB). Esta es una experiencia interesante ya que llegó a plasmar en construcciones sociales sus concepciones, pero no es la única, ni tiene el patrimonio absoluto de esos aportes. (CIEZA, 2003).

A organização autônoma proposta pelas FAP-PB deve contribuir para evitar o divórcio entre as gerações dos setores populares, apresentando suas experiências históricas de luta. Nesse sentido, o papel da organização, resgatado pela FPDS seria:

Aportar a experiencias de lucha, que haya experiencias de lucha que no se pierdan. [...] agarrar experiencias, útiles de la lucha popular, y ayudar a que se conozcan para que las puedan tomar otras. No como idea de vanguardia, no como idea de dirección. (FPDS, 2006, p. 14).

Com relação aos levantes populares (1969-1973) e as coordenadoras fabris, novamente surge a questão da construção de organizações autônomas e antiburocráticas desenvolvidas pelas bases. A mobilização nas ruas também estariam presentes na FPDS, ao dar foco nas ações diretas e ao lançar mão dos piquetes quando a conjuntura é favorável.

#### 3.2.5.3.1 A questão do poder popular

O “poder popular” é a plataforma política encontrada em todos os documentos, comunicações e cartilhas de formação da FPDS. Por ser o pilar de toda a sua política, terá características próprias, peculiares.

Tendo por objetivo final o socialismo construído pelas bases sociais, a organização alega partir da prática para a teoria. Parte-se da ação dos sujeitos sociais e, a partir daí, traça-se as estratégias de luta para alcançar o socialismo. Em outras palavras, parte-se das práticas das classes populares organizadas, problematiza-se teoricamente e volta-se à realidade com maior grau de compreensão e até de consciência de classe. A crítica ao “vanguardismo teórico”, visto como intelectuais que objetivam encaixar uma teoria “pronta” nas lutas populares, é outra constante. A FPDS alega que a transformação social deve ser feita e pensada pelos “de baixo”, a partir de sua própria lógica e experiência de luta.

Nesse tópic, apoiamo-nos tanto na cartilha de formação *Construcción de Poder Popular* (2006) como nas contribuições de Miguel Mazzeo (2007) para compreendermos melhor a definição de “poder popular” para a FPDS.

Mazzeo critica tanto a esquerda tradicional como a “pós-moderna”, intitulada por ele de “esquerda sem sujeito”. A primeira estaria presa aos velhos métodos que já se mostraram falhos e que não dialogam com as classes populares. A segunda traz um discurso ambíguo, romântico e uma celebração da transformação da produção acadêmica em mercadoria.

Seu principal objetivo é compreender a questão do poder na América Latina, considerando suas especificidades e suas condições neocoloniais. Sua principal referência é José Carlos Mariátegui. Para isso, propõe uma articulação entre o que considera como os melhores aspectos de uma tradição nacional-popular “não burguesa e não populista” argentina, da esquerda revolucionária, da teologia da libertação e da narrativa autonomista centrada na criação do ser coletivo e de nexos sociais alternativos aos do capital, narrativa esta que, segundo o autor, reconhece muitos aspectos de uma linhagem marxista e libertária.

De imediato, parece contraditório pensar na influência de uma tradição nacionalista quando se fala de mudança social protagonizada pelas classes trabalhadoras. A primeira justificativa poderia ser encontrada na discussão de Mariátegui sobre a questão nacional, concebida como “el marco único e intransferible que da una cultura propia, un tiempo propio y un espacio propio; lo nacional como la dimensión específica de la lucha de clases en América Latina” (MAZZEO, 1995, p. 34). Para Mariátegui, era impossível ser nacionalista revolucionário sem ser socialista.

Almeyra (2004) aponta que na Argentina o nacionalismo se exacerba diante da forte investida do capital transnacional. Nesse sentido, o nacionalismo argentino atual seria anti-imperialista:



El nacionalismo popular actual es un fenómeno pos menemista y plebeyo, porque durante el gobierno de Carlos Saúl Menem prácticamente no encontraron resistencia las privatizaciones de empresas símbolo, como las fundiciones, las Fabricaciones Militares, los ferrocarriles o, sobre todo, Yacimientos Petrolíferos Fiscales, que antaño eran orgullo de los militares nacionalistas y del pueblo en general. El derrumbe de la convertibilidad y la terrible crisis del año 2001 lo revivió, como en el caso de la defensa de Aerolíneas Argentinas, uniendo a los trabajadores ocupados del sector con la población contra la dirección española de la empresa privatizada que antes y por muchos años había sido “SU compañía”. (p. 46).

O argumento de Almeyra vai ao encontro do proposto por Mazzeo como projeto emancipador na América Latina, que necessita da articulação entre soberania e autonomia. A questão fundamental estaria no fato de que a soberania (expressa e vinculada ao Estado-nação, representação, direção centralizada, tática, transação e política institucional) não necessita imediatamente da autonomia (vinculada à comuna, expressão, confrontação, direção coletiva e estratégia), porém, esta última, no marco das relações impostas pelo imperialismo, necessita da primeira por correr o risco de cair na esterilidade. Segundo o autor,

[...] por ahora – y creemos que por mucho tiempo más- la autonomía necesita de la soberanía. Resulta imprescindible la articulación de la lucha por la autonomía con las luchas por la nacionalización del petróleo y los recursos naturales, de los ferrocarriles, etc. Una teoría de la transición que dé cuenta de nuestro tiempo exige la combinación de estas dos dinámicas. Por esto creemos que un proyecto emancipador, para consolidarse, debe ejercer las formas de mando específicas de la dinámica de la autonomía y del poder popular en el marco de las dinámicas de soberanía. Es la única forma de evitar que estas últimas cedan a la tentación del atajo y terminen auspiciando formatos jerárquicos, elitistas y burocráticos. (MAZZEO, 2007, p. 55).

Mas ressalta que a construção do “poder popular” em países como a Argentina deve se articular aos processos globais e projetos políticos alternativos para não sucumbirem.

Aponta que o conceito de “poder popular” é algo elástico e multiforme e por isso busca uma definição mínima. Como princípios básicos do “poder popular” estariam o anticapitalismo, a luta antiburocrática, o socialismo e principalmente os tipos de intervenções sociais e políticas das organizações dos oprimidos que dão base à definição do conceito. E esclarece:

[...] el poder popular no es algo distinto del socialismo aunque alude a una forma singular de concebirlo y construirlo. Creemos que el poder popular es el camino más genuino hacia este horizonte estratégico, porque lo instala como posibilidad concreta y porque cabalga sobre las tendencias reales y actuales que median con él y lo van construyendo desde el seno mismo del movimiento de masas. (MAZZEO, 2007, p. 31).

Segundo o autor, qualquer raciocínio e argumento sobre o “poder popular” obriga, em primeira instância, a uma consideração sobre o sujeito, que está inserido em um processo de acontecimentos históricos, geopoliticamente demarcados, sempre conflitivos e inevitavelmente coletivos, no qual o sujeito se cria, se reconhece e busca ser reconhecido. O sujeito, para reconhecer-se como tal, necessita de poder no interior das relações sociais capitalistas. É por isso que o “poder popular” é e deve ser “poder”. Este é compreendido como uma relação social e toda relação de poder vincula dominadores e dominados. O “poder popular” teria por objetivo acabar com toda forma de dominação.

El poder popular aspira a la autodeterminación del pueblo, a su desobjetivación (su constitución como sujeto) y a la distribución democrática de la autoridad. Pero también trabaja en la construcción de espacios donde se torne imposible el ejercicio del infra poder radical de la sociedad instituida. Afecta el funcionamiento de su máquina de producir individuos ‘en serie’ (individuos plenamente funcionales al sistema, adaptados a sus exigencias) y que le ahorran al poder hegemónico algunos esfuerzos de la dominación. El poder explícito e implícito de las clases dominantes. (MAZZEO, 2007, p. 51-52).

Retomando a Foucault, Mazzeo (2007) define que os dominados devem reconhecer o campo de atuação dos dominadores, seus mecanismos. Esse reconhecimento, que se dá por meio da organização, é chamado pelo autor de “autoconsciência do oprimido”. O “poder popular” seria, assim, a expressão de uma força liberadora e transformadora que se retroalimenta a partir do desenvolvimento da consciência (e da confiança) da própria potencialidade.

Para o autor, há três formas de conceber o “poder popular”: entendido como meio para um fim, como caminho sem fim e como meio e fim dialeticamente. O “poder popular” como meio para um fim seria o mesmo que uma concepção instrumentalista, atrelada à concepção de poder da esquerda das décadas de 1960 e 1970, que recuperavam os conceitos de “duplo poder” e “tomada

do poder de Estado”, remetendo às experiências das revoluções Russa, Chinesa e Cubana.

O “poder popular” entendido como caminho sem fim parte da ideia de que toda finalidade é “imposta” pelo movimento real. Pode ser associada a noções alternativas ao “poder popular”, como “antipoder” e “contrapoder”, a primeira seria trabalhada por John Holloway e a segunda por Antoni Negri. São as concepções que Mazzeo considera como “sem sujeito” por não apresentarem objetivos claros, apenas a negação.

O “poder popular” concebido como meio e fim dialeticamente é a proposta do autor, a forma como deve ser assumida pelas organizações das classes populares. Relaciona-se às predisposições não instrumentalistas, mais heterodoxas, que consideram que a tomada do poder (e os momentos coercitivos) não é suficiente para inaugurar uma sociedade de puro consenso, sem opressão.

O “poder popular” é assim concebido como espaço prefigurativo e inaugural da nova sociedade e como momento de concreção histórica – sempre parcial e inconcluso da “utopia absoluta”. Assume o “amor com poder” e não renega as formas de mando funcionais. O fim não está dado, se constrói intersubjetivamente. O presente é encarado como momento de gestação e antecipação do que “ainda não é”. Como não há um ponto de chegada preestabelecido, obriga a aposta política permanente.

A construção do poder popular, para Mazzeo, se define como a construção de novas relações sociais alternativas às impostas pelo capitalismo. Sendo prefigurativo o trabalho de base, é esta que desenvolve uma nova institucionalidade, constrói a organização e os espaços autônomos<sup>48</sup>, ou seja, pensa e constrói a ferramenta que irá consolidar a autonomia e liberar o potencial de invenção social das organizações populares. Aqui, os homens e as mulheres do “povo” são os sujeitos.

En la concepción de base del poder popular la base trabaja en la organización política, piensa y construye la herramienta que trabajará para consolidar la autonomía y liberar el potencial de invención social de las organizaciones populares, el potencial de negatividad frente al orden dominante. (MAZZEO, 2007, p. 99).

---

<sup>48</sup> As cooperativas de trabalho fazem parte desses espaços autônomos. Sendo assim, como fora feito no tópico 3.2.4 desse capítulo, é necessário problematizar a autonomia desses espaços frente à dependência estatal.

Há uma ênfase, por parte da organização, à questão cultural, compreendida como ferramenta imprescindível para a transformação social. Sobre isso, Mazzeo recorre a Mariátegui, que dava grande importância à espontaneidade das massas populares, seus recursos e sua inventividade. Por outro lado, o autor rechaça as organizações verticalistas e vanguardistas.

#### 3.2.5.3.2 A questão do partido, da vanguarda e da transição

Para discutir esta questão, Mazzeo (2007) parte das experiências da Revolução Russa, Chinesa e Cubana identificando a relação entre os partidos revolucionários e as organizações das massas.

Ao analisar a Revolução Russa, aponta que a vanguarda (partido) teria se aproveitado das organizações criadas espontaneamente pelas massas (Sovietes). Já a Revolução Chinesa teria utilizado as zonas liberadas para o desenvolvimento da guerra popular na qual o exército era conduzido pelo partido revolucionário. Em ambas as experiências, a conjuntura levou à constituição do “duplo poder”, o poder alternativo contra o poder institucional. No caso da Rússia, os Sovietes compartilharam espaço no interior do governo provisório, quando em 1917 os bolcheviques tomam o poder. Na China, com o desenvolvimento da guerra e da liberalização das zonas, foram instituídos poderes alternativos locais ou comunais, porém, estes poderes eram transitórios, configurando-se em um meio para a conquista do poder pelo partido. O resultado final foi a assimilação das instâncias de poder popular pela estrutura do Estado.

A Revolução Cubana também trabalhou com a noção de zonas liberadas. Para o autor, a diferença entre a Chinesa e a Cubana é que esta última não foi conduzida por um partido revolucionário clássico, mas o “poder popular” se confunde com o poder do partido ou diretamente com o poder estatal (marxista-leninista). Dessa forma, o autor acredita que a autonomia das classes subalternas é suplantada pelo partido e pelo Estado, não dando espaço de atuação para as organizações de base, o que faz com que a revolução se atrofie ao invés de se refazer constantemente. Mazzeo (2007) ainda acredita que a Revolução Cubana só se mantém porque preserva elementos da invariante comunista e pelo peso dos elementos de soberania, no entanto, acredita que essa sociedade só caminhará para

rumos mais igualitários e democráticos se articular as ações políticas de autonomia que tornem efetivo o “poder popular”.

Vemos assim, que a principal crítica do autor é à subtração das classes subalternas de suas iniciativas de construção de “poder popular” em favor de práticas hierárquicas e burocráticas pelas vanguardas que, depois de tomado o poder, dirigem o Estado. Esta é a estratégia de uma concepção de poder enquanto objeto que, em suas premissas, já traz embutida a noção de um poder “acima” e outro “abaixo”. No fundo, a crítica resvala para a teoria trotskista e leninista, vista como sistema unitário e objetivo:

El poder se concebía como un “objeto” y por lo tanto podía asaltarse, tomarse o también asirse, usurparse, arrebatare, apoderarse, arrancarse, conquistarse. La objetivación también servía para “localizarlo”, para asignarse “envases” privilegiados, “sedes” donde se condensaba y afincaba. Si el objetivo era la “toma del poder” por el camino del derrocamiento del gobierno burgués, había que crear una herramienta apta para ese fin, una llave universal irremplazable. Esa herramienta-llave fue el partido político “revolucionario”, cuya función que exigía saberes y capacidades específicas. Por su lado, la noción de doble poder que se derivaba, remetía a dos poderes separados, uno abajo y otro arriba, y era tributaria de una concepción instrumentalista y anti dialéctica del Estado (y del poder, claro). (MAZZEO, 2007, p. 89).

Para justificar a concepção de que a estratégia do “assalto ao poder de Estado” é insuficiente para a transformação social, a FPDS recorre a Gramsci e aos conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e sociedade civil.

Em termos gerais, o conceito de hegemonia em Gramsci diz respeito à capacidade de uma classe exercer seu domínio sobre as outras parcelas da sociedade por meio da coerção e do consenso. A sociedade civil, por sua vez, corresponde ao conjunto das organizações que geram o consenso na sociedade e permitem a hegemonia. Ela pode ser compreendida:

- como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da ideologia, da arte à ciência, incluindo a economia, o direito, etc.;
- como concepção do mundo, difundida em todas as camadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advém daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore;
- como direção ideológica da sociedade, articula-se em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica – isto é, as organizações que a criam e difundem -, e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia (sistema escolar, *mass media*, bibliotecas etc.). (PORTELLI, 1977, p. 22).

Nesse sentido, a sociedade civil é a “base”, o “conteúdo ético” da sociedade política – o Estado (PORTELLI, 1977). A classe dirigente e seu sistema hegemônico tem se utilizado predominante ou exclusivamente da sociedade política. Por isso, a forma das classes subalternas conquistarem a transformação social é pelo exercício da contra-hegemonia. Esta, por sua vez, deve ser exercida na sociedade civil.

A FPDS, ao apoiar-se em Gramsci, concebe a construção do “poder popular” na sociedade civil como espaço essencial da luta contra a classe dirigente. Ela considera que, para Gramsci, “tomar o poder de assalto” é uma estratégia insuficiente, sendo necessário que as classes subalternas travem uma guerra de posições. A contra-hegemonia seria, assim, exercida pelo fortalecimento da cultura, dos símbolos, das organizações próprias das classes populares, que devem se impor à maioria da sociedade antes de tomar o poder de Estado. (FPDS, 2010a).

Em vários momentos, na leitura dos documentos da organização e contrapondo com as formulações teóricas de Miguel Mazzeo, se torna nebuloso o limite da crítica da organização à ideia de tomada do poder de Estado, se está chega a negar totalmente essa estratégia ou se a considera como insuficiente, mas ainda plausível.

A partir das formulações apresentadas por Mazzeo (2007), e relacionando com o legado de Gramsci para essa organização, vamos considerar que para a FPDS, a tomada do poder de Estado enquanto estratégia de transformação social pode ser utilizada desde que feita e decidida pelas organizações autônomas do “povo”. Ou seja, é o “povo” que decide, segundo a conjuntura, qual será a tática e a estratégia para a transformação social. Assim, a

crítica à teoria marxista-leninista estaria mais ligada à questão do partido e da vanguarda, e ainda, pela forma de interpretar o “poder”.

Para discutir essa última questão, a FPDS recorre ao filósofo Rubén Dri, que aponta que o “poder popular” não é o “poder-sobre”, não é a imposição de uma vontade sobre os outros, mas é a de “poder fazer”, poder construir, é o poder que as classes subalternas constroem. O “poder popular” seria uma relação social e, entendido dessa maneira, se remete à transformação da sociedade hoje com a construção de novas maneiras de pensar, de novos valores, antecipando a “sociedade que queremos” e não esperando a tomada do poder para isso. A FPDS defende que os meios – as transformações das relações cotidianas – não estão dissociados do fim:

En esta concepción los nuevos valores, la nueva sociedad, no es solamente un medio, sino que es también parte del fin. Es decir, cuando nosotros construimos con otros valores, cuando nosotros cambiamos la manera de relacionarnos, cuando nosotros tratamos de construir con relaciones menos alienadas, menos jodidas, menos burocratizadas, tratamos digo, lo que estamos haciendo de algunas manera, es anticipar la sociedad que queremos. Fuertemente estamos pensando que lo que estamos haciendo no es solo un fin para otra cosa que es más importante, sino que esto es parte de lo importante, es parte del fin, más aun, sin esto no hay fin posible, no hay cambio social posible. Porque en esta concepción de Poder Popular el cambio social, el cambio de valores se va construyendo previamente. (FPDS, 2006, p. 18).

Ao reafirmar que o “poder popular” não é o “poder-sobre”, que não visa à imposição em nenhuma hipótese, critica a ideia da suposta ditadura do proletariado. Ao incorporar o conceito de “reconhecimento entre iguais” de Dri, a FPDS critica também a ideia de vanguarda e compreende que a organização deve ir se criando no processo de luta. Aqui também se apoiam em Rosa Luxemburgo que afirmava que a organização não se decreta, mas se cria na própria luta.

Vemos, assim, que a principal crítica da organização ao partido é em relação à sua burocratização e hierarquização de suas instâncias decisórias. Por sua vez, a vanguarda é criticada ao supor que as massas não possuem capacidade de se auto organizarem, necessitando sempre de dirigentes para isso.

Sobre a questão da transição, a FPDS defende que as transformações das relações sociais são cotidianas ou, em termos gramscianos, elas ocorrem no âmbito da sociedade civil. Para Mazzeo (2007), o conceito de

transição se remete à categoria da *práxis* que contempla dimensões sociais, econômicas, políticas, ideológicas, culturais e internacionais. A transição ocorrerá com a construção da “contra-hegemonia” pelas organizações populares até chegar às instituições burguesas, às empresas, às corporações, às forças armadas e aos meios de comunicação.

Para a FPDS, a questão da transição está fortemente ligada à construção da consciência de classe, elemento fundamental do “poder popular”. Esta consciência é formada a partir das novas relações sociais que se estabelecem nas classes populares cotidianamente. Ou seja, as transformações cotidianas das relações sociais fazem com que as classes populares passem a compreender a lógica capitalista e que ela deve necessariamente ser superada por outra. Nesse momento, ao contrário do que compreendem como “assalto épico” leninista - cujas transformações sociais ocorreriam apenas após a tomada do poder -, a FPDS propõe que tal mudança ocorra em doses homeopáticas e contemple as diversas esferas da sociedade civil:

No estamos pensando específicamente en un “salto” épico, grandioso y definitivo, sino en infinidad de saltos más modestos que se retroalimentan al articularse, lo que nos propone un antes y un después desdibujado en el proceso del cambio social. El salto puede expresarse como “asalto parcial”, como desarrollo de una institucionalidad alternativa y periférica, como avance en la autogestión y el autogobierno, como develamiento de la posibilidad de otra sociedad y crítica de la sociedad capitalista. (MAZZEO, 2007, p. 187).

Assim, a estratégia revolucionária proposta, realizada na mobilização direta das massas, prepara as bases para a construção de um “não-Estado”. Não se nega o papel do Estado, nem da necessidade de sua destruição. Mas a estratégia para a sua superação se daria na consolidação das organizações populares, que devem fortalecer seu poder, o Poder Popular, para tomarem todas as instituições da sociedade civil, que são a base para a sociedade política.

Ni asalto de la fortaleza, ni rodeo para poner un pie en ella (el Estado). Pero tampoco hacer nuestro juego pensando que la fortaleza no trabaja en nosotros y contra nosotros. Esto, de alguna manera, ya lo plantearon los socialistas utópicos y no funcionó. Hablamos de contrahegemonía (que exige un amplio despliegue de recursos contrahegemónicos), es decir, de consolidar, desde las organizaciones populares, posiciones en múltiples territorios, incluso



en los “ajenos”, en el campo institucionalizado (siempre y cuando sirvan para consolidar los propios de lucha y resistencia); transitar un camino dinámico donde la resolución de una contradicción abre otra más esencial. No colocamos al Estado como nuestro horizonte en el pensar-hacer la política. Aspiramos a otra forma colectiva, más cercana a la idea de “comunidad”, pero sabemos que el Estado está allí, atravesado. Queremos que la comunidad no sea el dinero. (MAZZEO, 2007, p. 188).

Em resumo, vemos por parte da FPDS uma valorização da tomada de decisões por parte das classes populares que, organizadas a partir de organizações autônomas, constroem as bases para o que será a transformação definitiva da sociedade. Essa, por sua vez, deve se dar cotidianamente, através da construção da contra-hegemonia exercida pelo fortalecimento da cultura, dos símbolos, das organizações próprias das classes populares, que devem se colocar à maioria da sociedade antes de tomar o poder de Estado. A transição de uma sociedade para outra, assim, é feita de forma cotidiana, através da construção de novos valores que se contraponham à lógica capitalista, sendo essa a única maneira de se sustentar uma real transformação social. Por isso que a estratégia de “tomada do poder de Estado” é vista como insuficiente para a organização, no entanto, por compreenderem que a organização se faz no processo de luta e deve ser uma aposta permanente, não excluem a necessidade de acabar com o Estado, mas sim, compreendem que as investidas das classes populares caminham para a construção de um não-Estado. Não apresentam claramente como se dará essa derrocada final, e essa questão fica ainda mais obscura ao se colocarem críticos aos partidos políticos e ao jogo eleitoral, mas ressaltam sempre que a forma da organização política das classes populares deve ser decidida pelas próprias classes populares, ou como preferem dizer, pelo protagonismo do “povo”.

Ainda, em relação ao partido, no *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels (s/d) o definem como a organização do proletariado em classe, cujo objetivo é lutar pelo fim da supremacia burguesa e pela conquista do poder político pelo proletariado. Os comunistas, segundo os autores, têm o papel de despertar nos operários uma consciência dos antagonismos de classe existentes entre burguesia e proletariado, a partir das relações de propriedade.

Se considerarmos que grande parte das organizações piqueteiras se diluiu por se pautar apenas em reivindicações mais imediatas, a FPDS constitui-se como organização de massa e multisetorial, justamente por ir além das questões

imediatas. No fundo, a Frente está desenvolvendo o papel de articuladora das classes populares, fora do jogo eleitoral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para melhor compreensão do movimento piqueteiro argentino, inevitavelmente o inserimos em um processo mais longo. Reconstituímos, mesmo brevemente, os modelos de acumulação que formam econômica e socialmente o capitalismo na Argentina, dando ênfase na história do movimento operário desse país, como precursor das lutas sociais contemporâneas. Em outras palavras, revisamos o processo de constituição econômico-social de um país de capitalismo dependente que se integra à economia mundial precocemente. Neste processo, contou com um período de relativo crescimento econômico que possibilitou certa estabilidade laboral para as classes trabalhadoras, estabilidade essa que, atualmente, mesmo em um contexto de “reaquecimento” da economia, nunca mais voltou a ser a mesma.

Ao revisarmos os modelos de acumulação capitalista argentino, notamos que a classe trabalhadora usufruiu de maiores direitos e benefícios sociais durante o modelo de industrialização por substituição de importações (1930-1976), principalmente durante o primeiro e segundo peronismo. Por sua vez, o Estado sempre teve um papel fortemente interventor e favorável aos interesses da burguesia e de suas diversas frações.

Entre 1880 e 1930, a burguesia latifundiária exerceu papel hegemônico no interior do bloco no poder. Trata-se do modelo agroexportador, economicamente bem sucedido para a grande burguesia e totalmente desigual para as classes populares. Embora a intervenção do Estado nesse momento tenha sido menor em comparação com o modelo de acumulação posterior, ela ocorre e contraria as teses de que ele não intervém na economia. Socialistas, anarquistas, comunistas e sindicalistas revolucionários foram as principais organizações da classe trabalhadora que se opuseram a este modelo. “Usufruíram” pela primeira vez de políticas populistas do governo de Hipólito Yrigoyen (1916-1922) até o momento em que começaram a ferir os interesses do modelo agroexportador, quando sofreram uma dura e trágica repressão (Semana Trágica, de 1919). O caráter dependente da economia Argentina foi agravado neste modelo, especialmente com a crise da bolsa de valores de Nova York, em 1929.

Já no modelo de industrialização por substituição de importações, entrou em cena a fração industrial da burguesia. Em um contexto de crise

econômica do capitalismo mundial, era necessário fortalecer as bases econômicas internas. Coube ao Estado um papel importante em favor dos interesses da burguesia, embora tenha “cedido” alguns direitos à classe trabalhadora ao mediar um pacto entre o capital e o trabalho.

No entanto, os momentos de melhoria nas condições de vida das classes populares estiveram diretamente vinculados à necessidade da economia em ampliar seu mercado de consumo. Em crises econômicas, eram as classes populares que sofriam as suas consequências, como se expressou em vários momentos de desvalorização econômica imposta pelo Estado, assim como na política do *stop and go*. Ao mesmo tempo, o Estado não podia permitir a organização autônoma dos trabalhadores, como se observou durante o peronismo. E não podia porque os interesses gerais da burguesia não deviam ser plenamente contrariados, mostrando o real papel do Estado, burguês.

De meados dos anos 1970 para cá, vingou o chamado modelo neoliberal (1976-atual). Sob o neoliberalismo, o pacto entre capital e trabalho precedente é substancialmente rompido, assim como a política do Estado nacional popular que o sustentava institucionalmente. Sob o neoliberalismo, as classes trabalhadoras sofreram (e ainda sofrem) mais fortemente as mazelas impostas pelo capital: altíssimas taxas de desemprego; maior precarização das condições de vida e de trabalho; intenso processo de proletarização da pequena burguesia; e maior pauperização dos setores mais empobrecidos.

Praticamente todo o processo de acumulação capitalista argentino foi acompanhado de intervenções diretas ou indiretas das suas Forças Armadas. Algo comum nas economias dependentes latino-americanas. Em vários momentos, suas intervenções foram cirúrgicas, ou seja, ocorreram em situações especiais de crise de hegemonia no interior (e exterior) do bloco no poder. Os resultados não podiam ser outros a não ser o de abrirem as portas para a inserção de mudanças no processo de acumulação, como foi o caso do modelo neoliberal, violentamente imposto sob a ditadura militar de 1976-1983. Mas, ao longo do tempo, a Argentina vivenciou seis golpes de Estado: 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976. As ditaduras dos quatro primeiros golpes foram intermitentes, de curta duração, ao contrário dos dois últimos que prologaram-se por sete anos cada.

Em todo esse processo, as classes populares pagaram um preço pesado que se soma à sua fragmentação interna, impossibilitando a consolidação de

uma esquerda socialista revolucionária de massas com capacidade para assumir a cena política e iniciar um processo de transformação social. Isso não diminui a importância de suas experiências, ao contrário, se tornaram referências para a organização da classe trabalhadora na atualidade. Quando comparado ao movimento operário em outros países da América Latina, o argentino demonstrou, ao longo da sua história, ser um dos mais organizados e combativos. Por outro lado, não se pode desconsiderar que, especialmente sob o governo Perón, se fragmentou, perdeu autonomia e combatividade.

Os piqueteiros de modo geral e, particularmente, os que estão organizados na FPDS, partem exatamente dessa preocupação: como manter a autonomia das organizações das classes populares e não perder a combatividade? Esse problema não é exclusivo dos dominados argentinos, mas de todos os que se encontram na defensiva e lutam pela superação do capitalismo. Como sabemos, as classes dominantes, para manterem a dominação de classe, contam principalmente com os aparelhos estatais com seus dispositivos políticos, ideológicos e repressivos. Evidentemente que não se restringem a eles, mas são fundamentais para a produção e reprodução do capitalismo.

As lutas dos piqueteiros e os levantes populares que o precederam, demonstram que as classes trabalhadoras estiveram (e estão) em movimento. No âmbito desta pesquisa, coube-nos avaliar na FPDS a qualidade de suas práticas políticas e se são capazes de criar organicidade no interior de uma formação social heterogênea.

Duas hipóteses serviram para esta avaliação. A primeira refere-se ao próprio termo “piqueteiro”, a partir das mudanças fundamentais percebidas no interior do movimento: 1. o termo “piqueteiro” está atrelado aos *cortes de ruta* (piquete fora das fábricas) como principal ferramenta de luta, mas atualmente essa ferramenta foi praticamente abandonada; 2: o termo “piqueteiro” identificava os trabalhadores desempregados organizados, mas atualmente os movimentos são compostos por outros sujeitos sociais, como os trabalhadores empregados. Sendo assim, torna-se difícil designar os atuais movimentos como “piqueteiros”, tanto pela sua composição social como pela ausência do instrumento de luta que lhe consagrou o nome. Por outro lado, praticamente todas as organizações reivindicam o termo para si e se auto intitulam “piqueteiras”. Assim, nossa hipótese é que o termo “piqueteiro” é suficientemente flexível para se adaptar a determinadas

conjunturas que, não necessariamente, se mantêm desde sua origem. No entanto, na atualidade o termo não é suficiente para apresentar a complexidade das organizações.

A partir do momento que a condição de desempregado organizado em movimento o definiu como sujeito, lançamos a segunda hipótese: ao arregimentar outros setores sociais, principalmente as camadas médias proletarizadas, a sua composição social global se altera. Embora partilhem da condição de exploração, dominação e opressão capitalistas, mesmo que em níveis diferentes<sup>49</sup>, houve mudança substancial dos objetivos, das formas de organização e dos instrumentos de luta. Em termos poulantzanos, pressupomos que as classes sociais não se definem exclusivamente pela posição no processo de produção, mas na luta de classes. (POULANTZAS, 1977). Portanto, se a constituição em classe é processual, é possível considerar que os piqueteiros compartilham situações de classe que, uma vez inseridos na mesma luta das classes médias proletarizadas, podem criar, em conjunto com estas, a mesma identidade ideológica.

Ao tomarmos as experiências da FPDS na história recente argentina como objeto de nossas investigações, pode-se afirmar que, em geral, estas hipóteses foram confirmadas. Mas é preciso destacar as particularidades dessa experiência.

Em primeiro lugar, algumas palavras sobre o método tradicional de luta, os *cortes de ruta*. Como apresentado no decorrer do trabalho, a FPDS, em sua plataforma de luta, afirma privilegiar a ação direta com os bloqueios de vias públicas. Entretanto, os canais de negociação com o Estado, mesmo que este continue reprimindo as lutas sociais, se ampliou. O que se nota, portanto, é que o número de ações diretas é muito menor quando comparado ao período de maior radicalidade do movimento piqueteiro, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000.

Se a FPDS impediu, outrora, a circulação das mercadorias através dos *cortes de ruta*, com a inclusão dos setores assalariados talvez a sua intervenção devesse se ampliar também para o bloqueio da produção de mercadorias. No momento, parece-nos que isto está fora de seu horizonte imediato, pois é preciso levar em conta que os trabalhadores assalariados no interior da organização são

---

<sup>49</sup> No *Manifesto do Partido Comunista*, publicado em 1848, Marx e Engels apontaram que o processo de proletarização da sociedade capitalista era inevitável, juntamente com o maior desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo leva a pequena burguesia à oscilar entre burguesia e proletariado, embora seja lançada com mais frequência nos braços do proletariado, até o momento em que desaparecerá enquanto parcela independente da sociedade. (MARX; ENGELS, 1998).

majoritariamente compostos por funcionários públicos. Essa parcela tem se articulado muito mais por melhorias nas condições de trabalho e suas ações, como as greves, são definidas pelos sindicatos da categoria e não pela FPDS. Estes funcionários podem ou não levar o apoio da Frente. Mas esta já é outra questão.

Como uma organização policlassista, a FPDS procura aglutinar as reivindicações das classes que a compõem, o que confirma uma das proposições de Galvão (2010) que relaciona a eclosão dos movimentos sociais à posição de classe de seus participantes. Composta por frações da pequena burguesia proletarizada, do proletariado, do semiproletariado e de parcelas do lumpemproletariado, suas reivindicações mais imediatas se centram na questão do trabalho (aumento do número de postos de trabalho; melhores condições de trabalho para os empregados), na questão da terra (acesso à terra e questões relacionadas ao trabalho rural), e dos planos assistenciais geridos em formas de cooperativas de trabalho pelo próprio movimento. No plano político e ideológico, a Frente apresenta-se como anticapitalista, anti-imperialista e socialista.

É um salto qualitativo na consciência dos militantes envolvidos a tentativa de articulação das diversas frações das classes populares em torno de um mesmo projeto político. Reconhecem, por exemplo, que o capitalismo atinge desigualmente a diversas classes sociais e que, para as classes populares, isso se traduz em maior pobreza e desigualdade social. Nesse sentido, torna-se possível a unidade entre a heterogeneidade, pois mesmo que de formas distintas, reconhecem que todos são atingidos pelo capitalismo. Mas reconhecem também as particularidades dessas frações. Como os *cortes de ruta* diziam respeito ao principal instrumento de luta dos desempregados em determinada conjuntura do país, com a sua mudança, a Frente passou a investir internamente nas particularidades da situação de vida dos sujeitos que a integram a partir da formação de setores: assalariados, desempregados, rural, estudantes, gênero. Apesar disso, com os cursos de formação política, procura articular a questão da transformação social com todos os setores.

Embora críticos ferrenhos dos partidos políticos - por seu processo de burocratização e hierarquização -, a Frente acaba exercendo esse mesmo papel, uma vez que, ao se organizarem nela, os sujeitos sociais abrem mão de negociações individuais e aderem à luta política coletiva, mesmo fora do jogo eleitoral. Ou seja, trata-se de “partido” em sentido amplo do termo, como entidade

que organiza os interesses políticos das classes populares e os projeta para além dos seus interesses imediatos. Entretanto, antecipam práticas que seriam próprias de sociedades socialistas: nas cooperativas, as famílias usufruem dos resultados da produção coletivamente. Nestas condições, os meios de produção pertencem aos trabalhadores associados, embora isto não venha impedindo a ruptura com a dependência estatal.

Outra questão interessante que se coloca para a FPDS é a da construção do “poder popular”. A Frente dá ênfase à criação de organizações autônomas das classes populares como formas de exercício do “poder popular”. Até aqui, parece-nos uma formulação com alguma precisão. O problema teórico, pelo menos, aparece quando entende que o protagonista desse “poder” é o “povo”. Temos a impressão que o caráter de classe se dilui ou é confundido com a categoria de “povo”. Em outras palavras, a rigor, o “popular” diz respeito à composição política entre setores do proletariado e pequena burguesia proletarizada engajadas em um projeto político socialista. Isto não pode ser confundido com a ideologia burguesa de “povo” como suposta supressão das classes sociais em luta. Em termos poulantzanos, o “poder político” é o exercício da dominação de uma classe ou de mais classes sobre as demais. Sob esta ótica, inspirada também em Lênin, entre outros, o “poder popular” é o exercício da dominação política, ideológica, econômica e social das classes populares sobre as classes outrora dominantes (burguesia e suas frações).

Em suma, ao assumir como objetivo a unificação dos trabalhadores (assalariados, desempregados e demais setores das classes populares) em prol da transformação social, parece-nos que a FPDS caminha em direção a um movimento que extrapola as lutas imediatas.

Talvez por se constituir em uma frente policlassista, não enfatiza um ponto crucial mantenedor da lógica capitalista: a propriedade privada. Em seus documentos não há um apontamento claro sobre a necessidade da distribuição igualitária dos meios de produção e, em consequência, da abolição da propriedade privada dos meios de produção. Contraditoriamente, faz referências à questão “nacional” que, se não for tematizada em termos classistas (do protagonismo do proletariado revolucionário e das camadas médias aliadas), não rompe com a ideologia burguesa. Sobre esse aspecto, o populismo e o peronismo também recebem poucas críticas.



Por outro lado, a Frente reivindica o trabalho não alienado, a prática da democracia direta, a horizontalidade entre os militantes e a formação teórica da base. Essas bandeiras nos levaram a investigar as práticas dessa organização. Mesmo assim, não está isenta de cair em uma política reformista ao não colocar em xeque questões fundamentais para a superação do Estado burguês.

Por último, é importante ressaltar que analisamos um movimento social com características de “partido”, a FPDS, nos valendo do aparato classista da formação social argentina. Em termos teóricos, concordamos com Galvão (2010) quando sustenta que o conceito de classe continua pertinente para a compreensão das relações sociais capitalistas. Mesmo não assimilando todos os valores classistas em sua formulação teórica e política, a FPDS reconhece, em alguns momentos, a luta de classes ao reivindicar melhorias nas condições de trabalho e maior número de postos de trabalho, somada à compreensão de que essas reivindicações são paliativas e que a real transformação social só se dará com o fim da sociedade capitalista.

Embora policlassista, a FPDS – e o movimento piqueteiro em geral – , demonstra que a centralidade da relação capital/trabalho continua presente, contrariando autores como Touraine (1970) e Daniel Bell (1972), que viram no fim do Estado de bem-estar social europeu o fim dos conflitos trabalhistas. O correspondente deficitário deste processo na América Latina foi o chamado, genericamente, de “Estado-nacional-populista”, respeitando-se as diferentes formas que assumiu na região.

Embora Touraine e Bell se refiram ao processo europeu, é possível fazermos uma crítica de suas teorias ao avaliarmos que a institucionalização dos conflitos trabalhistas na Argentina não significou a satisfação das demandas dos trabalhadores. Na verdade, o processo de flexibilização do trabalho mascara a mais intensa precarização da situação dos trabalhadores. É cada vez menor o número de indivíduos que pode contar com a estabilidade de emprego e, dessa forma, as demandas que dizem respeito à subsistência voltam sempre à tona.

Se as lutas sociais no interior da sociedade se modificaram, não significa que a centralidade da relação capital/trabalho foi perdida. Com a maior centralização da riqueza, os conflitos ultrapassaram os muros da fábrica e propiciaram que as demandas mudassem de “endereço”: das fábricas, passaram para as ruas. O Estado burguês passou a ser o foco principal. Ao contrário do que se

pode supor, esta alteração demonstrou que a divisão entre detentores e não detentores dos meios de produção se aprofundou ainda mais.

A realidade social argentina no período investigado demonstra que aumentou o fosso entre burguesia e proletariado. Tendo em vista aquela centralidade para a compreensão dos movimentos sociais na atualidade, é preciso compreendê-los para além dos muros das fábricas, mas sem descartá-los completamente.

Este é o desafio político e teórico que se coloca para os dominados latino-americanos: articular os conflitos do trabalho com aqueles mais transversais. Parece-nos que a FPDS, mesmo com seus limites, sinaliza por este caminho.

## REFERÊNCIA

ALMEYRA, Guillermo. **La protesta social en la Argentina (1990-2004)**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2004.

ALTAMIRA, Jorge. **El Argentinazo. El presente como historia**. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2002.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BEIRED, José Luís Bendicho. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1972.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

CAMPIONE, Daniel; RAJLAND, Beatriz. Piqueteros y trabajadores ocupados en la Argentina de 2001 en adelante: novedades y continuidades en su participación y organización en los conflictos. In: CAETANO, Gerardo. (Org.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

CARRERA, Nicolás Iñigo. El movimiento orgánico de la estructura de la sociedad argentina (1975-2007). In: LÓPEZ, Margarita; FIGUEROA, Carlos; RAJLAND, Beatriz. (Org.). **Temas y Procesos de la historia reciente de América Latina**. Santiago de Chile: ARCIS, 2010.

\_\_\_\_\_. Las transformaciones en el capitalismo contemporáneo y el concepto clásico de clase obrera. Un análisis desde Argentina. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, n. 3, 2008, Londrina. **Anais...** Londrina, 2008.

\_\_\_\_\_. COTARELO, María Celia. Revuelta, Motín y Huelga em La Argentina actual. In: **PIMSA**, Buenos Aires, v. 1, n. 7, 1997. Disponível em: <<http://www.pimsa.secyt.gov.ar/publicaciones/DT7.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2010.

\_\_\_\_\_. La insurrección espontánea. Argentina diciembre 2001. Descripción, periodización, conceptualización. **PIMSA**, Buenos Aires, v. 7, n. 7, p. 201-308, 2003.

\_\_\_\_\_. La protesta social em los 90. Aproximación a una periodización. **PIMSA**, Buenos Aires, v. 4., n. 4., p. 173-181, 2000.

\_\_\_\_\_. Los llamados cortes de ruta. Argentina 1993-97. **PIMSA**, v. 2, n. 2, p. 141-147, 1998.

\_\_\_\_\_. PODESTÁ, Jorge. Las estructuras economico sociales concretas que constituyen la formación económica de la Argentina. In: **PIMSA**, v. 3, n. 3, p. 37-81, 1999.

CARRERA, Nicolás Iñigo; PODESTÁ, Jorge. Análisis de una relación de fuerzas sociales objetiva. **Cuadernos de Cicso**, Estudios, n. 46. Buenos Aires: Cicso, 1985.

CARVALHO, Soraia de. **Lutas sociais, piqueteiros e autonomismo**: a experiência político-ideológica da Frente Popular Darío Santillán. 2008. 107 p. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2008.

CHESNAIS, François. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. **Praga**: Estudos Marxistas, São Paulo, n. 3, p.19-46, set. 1997.

\_\_\_\_\_. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CIEZA, Guillermo. **Argentina**: La política de los 70 y la actualidad. 26 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/hemeroteca/argentina/030826cieza.htm>>. Acesso em: 15 maio 2011.

DELAMATA, Gabriela. **Los barrios desbordados**: las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires. Buenos Aires: Eudeba, 2004.

DÍAZ, Hernán. A 80 años de la Semana Trágica de enero de 1919. **Prensa Obrera**, Buenos Aires, n. 616, fev. 1999.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRENTE POPULAR DÁRIO SANTILLÁN. Área de Formação. **Construcción de Poder Popular**. Argentina, Agosto 2006.

\_\_\_\_\_. **Intregantes de la FPDS**. Argentina, 2012. Disponível em: <<http://frentedario.santillan.org/fpds/>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **¿Qué es el Frente Popular Darío Santillán?** Argentina, 2010a. Disponível em: <<http://frentedariosantillan.org/fpds/>>. Acesso em: 7 maio 2011.

\_\_\_\_\_. Integrante do Setor de Trabalhadores Assalariados Regional La Plata. **Depoimento**. Entrevistadora: Ivone Cristina de Sá Cavalcante. La Plata, 12 abr. 2010b. 34:34 min. Arquivo em mp3.

GALVÃO, Andréa. Marxismo e movimentos sociais. In: SEMINÁRIO LUTAS & RESISTÊNCIAS, n. 6, 2010, Londrina. **Anais...** Londrina, 2010.

GAMBINA, Julio C.; CAMPIONE, Daniel. **Los años de Menem**: Cirugía mayor. Buenos Aires: Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, 2002.

GIULIANI, Alejandra. Conformación y límites de la alianza peronista (1943-1955). In: **Pasados presentes**: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea. Buenos Aires: Dialektik, 2006, p. 161-197.

HARVEY, David. El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión. In: **Cuadernillo de in(ter)vencción**. El nuevo imperialismo. Acumulación por desposesión. Textos y entrevistas. Buenos Aires: Piedras de papel, 2006.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS. **Indec web**. 2011. Disponível em: <<http://www.indec.gov.ar>>. Acesso em: 1 fev 2012.

ISMÁN, Raúl. **Los piquetes de La Matanza**: de la aparición del movimiento social a la construcción de la unidad popular. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2004.

KLACHKO, Paula. Análisis del llamado “movimiento piquetero” de la Argentina: los objetivos de sus acciones de protesta. **Revista Lutas & Resistências**, n. 2/3, v. 2, p. 137-150, 2º semestre 2007.

LAUFER, Ruben.; SPIGUEL, Claudio. Las “puebladas” argentinas a partir del “santiagueño” de 1993. In: MAYA, Margarita López. (Org.). **Lucha popular, democracia, neoliberalismo**: protesta popular en América Latina en los años de ajuste. Caracas: Nueva Sociedad, 1999.

LUQUE, Susana de; SCALTRITTI, Mabel. La crisis de 1929 y las transformaciones en la situación internacional. In: SCALTRITTI, Mabel Susana et. al. **Pasados presentes**: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea. Buenos Aires: Dialektik, 2006, p. 105-116.

\_\_\_\_\_. Una década de transición: el Estado y la sociedad argentinos durante los años 30. In: SCALTRITTI, Mabel Susana et. al. **Pasados presentes**: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea. Buenos Aires: Dialektik, 2006, p. 117-160.

MACHADO, Eliel Ribeiro. **Mal estar da democracia no Brasil e Argentina nos anos 90**: Lutas sociais na contramão do neoliberalismo. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica.

MANDEL, Ernest. **La teoría leninista de la organización**. Disponível em: <[www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/form\\_teoría-leninista-organización.pdf](http://www.ernestmandel.org/es/escritos/pdf/form_teoría-leninista-organización.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2011.

MANEIRO, María. Movimentos sociais e Estado: uma perspectiva relacional. In: DOMINGUES, J. M.; MANEIRO, M. (Org.). **América Latina hoje**: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política, v. 1, n. 2, 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras Escolhidas**, v. 1, s/d. Editora Alfa Omega.

\_\_\_\_\_. **O manifesto comunista**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MASSETI, Astor. **Piqueteros: protesta social e identidad coletiva**. Buenos Aires: De las Ciencias, 2004.

MAZZEO, Miguel. **El sueño de una cosa: introducción al poder popular**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Qué [no] hacer?** Apuntes para una crítica de los regimes emancipatorios. Buenos Aires: Antropofagia, 2005.

\_\_\_\_\_. **Piqueteros: notas para una tipología**. Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas – FISyP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Volver a Mariátegui**. Buenos Aires: Ediciones del Centro de Estudios Universitarios José Carlos Mariátegui, 1995.

MILIBAND, Ralph. Análise de classes. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

MOURIAUX, René. A esquerda e a reanimação das lutas sociais na Europa. In: **Crítica Marxista**, n. 14. Campinas, abr. 2002.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. **Estudos sobre as origens do peronismo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

NICANOFF, Sergio; PITA, Fernando. Regreso y fracaso en tres actos: el peronismo (1973-1976). In: SCALTRITTI, Mabel Susana et. al. **Pasados presentes: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea**. Buenos Aires: Dialektik, 2006, p. 319-351.

\_\_\_\_\_. RODRÍGUEZ, Sebastián. La “Revolución Argentina” y la crisis de la sociedad posperonista (1966-1973). In: SCALTRITTI, Mabel Susana et. al. **Pasados presentes: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea**. Buenos Aires: Dialektik, 2006, p. 251-318.

OGANDO, Ariel. Desocupados y Planes Sociales en el Pos-menemismo. 09 abr. 2004. **Rebelión**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/argentina/040409ogando.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2010.

OVIEDO, Luis. **Una historia del movimiento piquetero: de las primeras coordinadoras al Argentinazo**. Buenos Aires: Ediciones Rumbos, 2004.

PEÑA, Milcíades. **Masas, caudillos y elites: la dependencia argentina de Yrigoyen a Perón**. Buenos Aires: D. Libonati, 1973.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo D; RAMPINELLI, Waldir. J. (Org.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1998.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977

POULANTZAS, Nicos. **Poder político y clases sociales en el estado capitalista**. México: Siglo veintiuno editores, 19. ed. 1980.

ROJAS, Gonzalo Adrián. **Os socialistas na Argentina (1880-1980). Um século de ação política**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SCALTRITTI, Mabel Susana [et. al]. **Pasados presentes: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea**. Buenos Aires: Dialektik, 2006.

SCIRICA, Elena. Proscripción, modernización capitalista y crisis. Argentina, 1955-1966. In SCALTRITTI, Mabel Susana [et. al]. **Pasados presentes: política, economía y conflicto social en la historia argentina contemporánea**. Buenos Aires: Dialektik, 2006, p. 213-249.

SINGER, Paul. **Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SVAMPA, Maristella. **La sociedad excluyente: la argentina bajo el signo del neoliberalismo**. Buenos Aires: Taurus, 2005.

\_\_\_\_\_. PEREYRA, Sebastián. **Entre la ruta y el barrio**. La experiencia de las organizaciones piqueteras. 2. ed. Buenos Aires: Biblos, 2004.

TOURAINÉ, Alain. **A sociedade pós-industrial**. Lisboa: Porto, 1982.

MTD-AV. Movimiento de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón. **Dario y Maxi: Dignidad Piquetera**. El gobierno de Duhalde y la planificación criminal de la masacre del 26 de junio en Avellaneda. Buenos Aires: Ediciones 26 de junio, 2003.

VICENTE, Fernando.; FÉLIZ, Mariano [et. al]. **Nuevas y viejas prácticas organizativas de l@s trabajador@s frente a la precarización**. Buenos Aires: El colectivo, 2008.

ZIBECHI, Raúl. **Genealogía de la revuelta: Argentina la sociedad en movimiento**. La Plata: Letra Libre, 2003.